

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

BIANCA VELLO COLNAGO

O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO NA FAMÍLIA ADOTIVA
SOB A PERSPECTIVA DA CRIANÇA

VITÓRIA

2019

BIANCA VELLO COLNAGO

**O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO NA FAMÍLIA ADOTIVA
SOB A PERSPECTIVA DA CRIANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito para obtenção do título de Mestre em Psicologia, sob orientação da Professora Doutora Célia Regina Rangel Nascimento.

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C717p Colnago, Bianca, 1991-
O processo de adaptação na família adotiva sob a perspectiva da criança / Bianca Colnago. - 2019.
151 f.

Orientadora: Célia Regina Nascimento.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Adoção. 2. Adaptabilidade (Psicologia). I. Nascimento, Célia Regina. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 159.9

BIANCA VELLO COLNAGO

**O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO NA FAMÍLIA ADOTIVA
SOB A PERSPECTIVA DA CRIANÇA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia

Aprovada em 18 de outubro de 2019, por:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Célia Regina Rangel Nascimento

Universidade Federal do Espírito Santo

Orientadora

Prof.^a Dr.^a Edinete Maria Rosa

Universidade Federal do Espírito Santo

Dr.^a Cláudia Paresqui Roseiro

Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo

À minha irmã Bruna, que é a
minha maior inspiração

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me concedido a benção da vida e ter guiado meus passos. Eu nunca estarei sozinha enquanto estiver com o Senhor em meus pensamentos e minhas orações.

À minha família, por ter me apoiado e suportado a minha ausência constante durante todo o tempo em que estive no mestrado. Seu apoio foi indispensável durante minha trajetória.

Aos meus pais, Christina e Luiz, por terem me propiciado um lar repleto de amor e carinho. Vocês são a razão de tudo, minha inspiração e um lembrete diário de que eu devo me superar sempre.

Aos meus irmãos, Bruna e Eduardo, pelo companheirismo, pela amizade e pelo olhar carinhoso, sempre enxergando o melhor em mim. Obrigada por sempre estenderem a mão. Seus conselhos e seu apoio foram fundamentais durante toda a minha vida.

À minha avó Nazareth. Sempre que eu precisei de calma, foi no nosso paraíso que eu encontrei a paz. Você sempre esteve ao meu lado em todos os momentos.

À Professora Dra. Célia Regina Rangel Nascimento, minha orientadora, pela paciência, dedicação e ajuda em tudo que precisei neste estudo e pela confiança depositada em mim.

À Professora Dra. Edinete Maria Rosa, Professora Dra. Rebeca Valadão Bussinger e Jade, pelos compartilhamentos que foram essenciais para a minha pesquisa.

Aos demais professores e funcionários do Departamento de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, por todo o empenho que dedicam ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Aos colegas de mestrado, por todo carinho com que fui recebida. As alegrias deste caminho não seriam as mesmas se eu estivesse trilhando sozinha.

Aos meus grandes amigos, Thamires, Gustavo, Ronnan, Leticia, Bianca, Ingrid, Paulo e Isaac, por não me abandonarem e me aguentarem durante todo esse tempo. Vocês proporcionaram momentos maravilhosos, que foram bolhas de descontração em meio ao caos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo auxílio

financeiro que tornou este trabalho possível. Obrigada pela oportunidade de me desenvolver como pesquisadora.

Aos participantes deste estudo de caso, por me permitirem acompanhar esse momento tão delicado que é o processo de adaptação adotiva e por toda a sensibilidade com que vocês expressaram seus anseios, medos e vivências.

COLNAGO, B. V. (2019). *O processo de adaptação na família adotiva sob a perspectiva da criança*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Espírito Santo.

RESUMO

Na adoção de crianças e adolescentes, a adaptação é um processo gradual em que se estabelecem vínculos entre a criança e sua família. A proposta deste trabalho foi investigar a experiência de adaptação ao ambiente familiar de uma criança inserida em uma família. Foi realizado um estudo de caso com abordagem qualitativo-descritiva, com embasamento na Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner. Neste estudo, a adaptação é observada pela perspectiva da criança. Para complementar as informações obtidas, foram realizadas entrevistas com a mãe e com membros da família extensa. Para a coleta de dados, foram selecionados sete instrumentos: instrumento gerador do mapa afetivo; roteiro de entrevista complementar ao mapa afetivo; ecomapa; baralho das emoções; e roteiros de entrevista com a criança, com a mãe e membros da família extensa. A utilização de uma variedade de instrumentos permitiu que se realizasse uma visualização mais completa das relações que a adolescente tinha com sua casa e sua rede social de apoio, facilitando que a menina expressasse suas vivências e sentimentos. Observou-se que a participante ainda estava em processo de adaptação e possuía sentimentos fortes e ambivalentes em relação à sua casa e às pessoas de sua família nuclear e extensa. Ela já se considerava parte de sua família, sentindo-se aceita pelos familiares e considerando-os como membros de sua família, mas ainda não havia se desvinculado completamente da ideia de reintegração familiar e possuía a instituição de acolhimento como referência significativa. Verificou-se que a adolescente considerava que a casa da família a pertencia, porém ainda não havia desenvolvido em sua plenitude o sentimento de apropriação em relação a todos os espaços da casa. Foram observados diversos fatores que

favoreciam a adaptação da participante, como exemplos: a demarcação de um espaço para a adolescente na nova casa; a abertura dos pais para que ela pudesse contar sua história e manter contato com suas irmãs; a mudança de emprego dos pais; as viagens regulares em família; a facilidade da adolescente em fazer amizades e deixar transparecer seus sentimentos; e a família extensa ser grande e próxima. Notou-se, também, a existência de dificultadores da adaptação, como: o medo de substituir sua família biológica; o sentimento de culpa por sentir-se responsável pela separação da família biológica; a dificuldade em se sentir completamente feliz sem evocar tristeza ao relembrar de seu passado; o desconforto em expressar seus sentimentos na frente de familiares; e o fato de a adolescente ter menos companhia dos pares desde a adoção, sentindo-se solitária no ambiente doméstico. Espera-se que este estudo possa contribuir para ampliar os conhecimentos acerca do processo de adaptação da criança à nova família e na avaliação de possíveis impactos do processo adaptativo no relacionamento da criança com seu novo ambiente doméstico. Como limitações para o estudo, destaca-se a dificuldade ao acesso aos participantes.

Palavras-chave: adaptação, adoção, criança

COLNAGO, B. V. (2019). *The adaptation process in the adoptive family from the child's perspective*. Master's degree dissertation. Post-graduation program in Psychology, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo

ABSTRACT

In adoption of children and adolescents, adaptation is a gradual process in which bonds are established between the child and adoptive family. The aim of this study was to investigate the experience of adaptation to the family environment of a child inserted in a family, after three years of living. A case study with a qualitative-descriptive approach was carried out, with theoretical basis on the Bronfenbrenner Bioecological Theory of Human Development. In this study, adaptation is observed from the child's perspective. To complement the information obtained, interviews were conducted with the child's mother and extended family members. For data collection, seven instruments were selected: affective map generator instrument; interview script complementary to the affective map; ecomap; feelings flashcards; and interview scripts with the child, the mother and extended family members. The use of a variety of instruments allowed a more comprehensive view of the relationships the teenager had with her home and social support network, facilitating the child's expression of her experiences and feelings. It was observed that the participant was still in adaptation process and had strong and ambivalent feelings about her home and the people of her nuclear and extended family. She already considered herself part of her family, feeling accepted by her family and considering them as members of her family, yet she has not completely detached herself from the idea of family reintegration and has the host institution as a significative reference. In addition, the teenager considered the family home to be her own, yet she has not yet fully developed the sense of ownership of all places in the house. Several factors favoring the participant's adaptation were observed, such as the demarcation of a space for the adolescent in the new

home; the opening of her parents so she could tell her story and keep in touch with her sisters; parents' job change; regular family trips; the teenager's ease in making friends and letting her feelings flow; and the extended family is big and lives nearby. It was also perceived the existence of adaptation difficulties such as the fear of replacing their biological family; the feeling of guilt for feeling responsible for the separation of the biological family; the difficulty in feeling completely happy without evoking sadness as she recalls her past; the discomfort in expressing her feelings in front of family members and the fact that the adolescent has less company since adoption, feeling lonely in the home environment. This study is expected to contribute to allow the expansion of knowledge about the child's adaptation process to the new family and on possible effects evaluation of the adaptive process on child's relationship with her new family environment. As limitations to this study, it is noteworthy the access difficulties to the participants.

Keywords: adaptation, adoption, children

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| Apresentação..... | 15 |
| 1 Introdução | 18 |
| 1.1 Evolução da regulamentação do processo de adoção no Brasil..... | 18 |
| 1.2 A opção pela adoção e o perfil desejado da criança adotada..... | 25 |
| 1.3 O processo de adaptação de crianças adotivas | 29 |
| 1.4 O desenvolvimento segundo a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano 34 | |
| 2 Objetivos da Pesquisa..... | 41 |
| 2.1 Objetivo geral..... | 41 |
| 2.2 Objetivos específicos..... | 41 |
| 3 Método | 42 |
| 3.1 Delineamento da pesquisa..... | 42 |
| 3.2 Participantes..... | 42 |
| 3.3 Instrumentos | 43 |
| 3.3.1 <i>Mapa afetivo</i> | 44 |
| 3.3.2 <i>Ecomapa</i> | 46 |
| 3.3.3 <i>Entrevistas</i> | 47 |
| 3.4 Procedimentos de coletas de dados | 48 |
| 3.5 Tratamento e análise dos dados | 52 |
| 3.5.1 <i>Análise do mapa afetivo</i> | 52 |
| 3.5.2 <i>Análise do Ecomapa</i> | 53 |
| 3.5.3 <i>Análise das entrevistas</i> | 53 |
| 3.6 Aspectos éticos e papel do pesquisador..... | 54 |
| 3.7 Devolutiva..... | 55 |
| 4 Resultados..... | 56 |
| 4.1 A história de Mariana | 56 |
| 4.2 O processo adotivo..... | 58 |
| 4.3 Relação com a casa - mapa afetivo..... | 62 |
| 4.4 Ecomapa | 66 |
| 4.5 Resultado das entrevistas..... | 76 |
| 4.5.1 <i>Família biológica</i> | 76 |
| 4.5.2 <i>Nova família</i> | 81 |
| 4.5.2.1 Avaliação de Mariana sobre a nova família | 81 |

| | | |
|--------------|--|------------|
| 4.5.2.2 | Autoavaliação | 84 |
| 4.5.3 | <i>Mudanças na rotina desde a adoção</i> | 85 |
| 4.5.4 | <i>Família extensa</i> | 87 |
| 4.5.4.1 | Avaliação da família extensa sobre a adoção | 87 |
| 4.5.4.2 | Avaliação de Mariana sobre a família extensa | 92 |
| 5 | Discussão | 94 |
| 5.1 | Família biológica | 94 |
| 5.2 | Instituição de acolhimento | 97 |
| 5.3 | Ambiente doméstico | 101 |
| 5.4 | Nova família | 104 |
| 5.5 | Família extensa e amigos | 112 |
| 6 | Considerações Finais | 117 |
| | Referências | 123 |
| | Apêndices | 134 |
| | Apêndice A - Entrevista complementar do mapa afetivo para avaliação da convivência no espaço da casa e com as pessoas: | 134 |
| | Apêndice B - Entrevista complementar relacionada as pessoas que aparecem no Ecomapa da criança..... | 136 |
| | Apêndice C - Entrevista com a adolescente | 137 |
| | Apêndice D - Entrevista com a família extensa | 140 |
| | Apêndice E - Termo de consentimento livre e esclarecido | 142 |
| | Apêndice F - Termo de assentimento livre e esclarecido..... | 144 |
| | Anexos | 146 |
| | Anexo A - Roteiro de aplicação do Mapa afetivo | 146 |
| | Anexo B - Baralho das emoções | 147 |
| | Anexo C - Ecomapa | 148 |
| | Anexo D - Roteiro de entrevista com os pais (adaptado)..... | 149 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1. Encontros com a família participante | 51 |
| Tabela 2. Mapa afetivo de Mariana | 64 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1. Desenho gerador do mapa afetivo | 63 |
| Figura 2. Primeiro ecomapa de Mariana | 67 |
| Figura 3. Segundo ecomapa de Mariana | 73 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BFF – Best Friend Forever, que em português significa Melhores Amigas para Sempre

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CCHN - Centro de Ciências Humanas e Naturais

CEP - Comitê de Ética em Pesquisa

CF - Constituição da República Federativa do Brasil

CFP - Conselho Federal de Psicologia

CNA - Cadastro Nacional de Adoção

CRUSH - utilizada no sentido figurado, refere-se a um sentimento de atração por alguém.

ECRIAD - Estatuto da Criança e do Adolescente

HIV - Human Immunodeficiency Virus, que em português significa Vírus da Imunodeficiência Humana.

TPM – Tensão Pré Menstrual

UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

Apresentação

Este estudo se articula com um projeto maior, intitulado “Pelos caminhos da adoção: do interesse dos pretendentes ao convívio das famílias adotivas” (Bussinger & Rosa, 2018), que tem como objetivo conhecer a experiência de pessoas adotantes e de crianças e adolescentes adotados e suas vivências relacionadas ao estabelecimento de vínculos de filiação e de relações fraternas.

Até 2017, o projeto “Pelos caminhos da adoção” realizou um acompanhamento com 10 famílias adotantes para conhecer suas vivências relacionadas aos primeiros anos de adoção. No decorrer da coleta de dados com essas famílias, considerou-se que seria interessante realizar um levantamento de informações focado nas crianças, para que elas tivessem um tempo dedicado especificamente a elas. Observou-se, também, que seria necessário utilizar outros recursos metodológicos, além da entrevista, para que as crianças pudessem ter meios que as auxiliassem a se expressar livremente sobre sua convivência familiar. Araujo, Nascimento e Nascimento (2017) apontam que a aproximação do pesquisador com as crianças durante a investigação, exige um cuidado diferenciado se comparado à abordagem com os adultos. As autoras enfatizam que na pesquisa com famílias é importante que o pesquisador adote uma postura ética e uma abordagem metodológica adequada para favorecer a construção de um vínculo de confiança com os participantes, exigindo uma atenção ainda maior quando se tratar de uma criança ou adolescente. Vale destacar que, durante a coleta de dados realizada no projeto, as famílias foram informadas sobre a possibilidade de realizar novos encontros e concordaram, uma vez que a proposta apresentada previa um estudo longitudinal.

Este trabalho propõe-se a descrever a experiência de adaptação ao ambiente familiar após a adoção pela perspectiva da criança. Foram escolhidas famílias que tivessem filhos e filhas com idades entre nove e treze anos, pois considerou-se que com crianças menores, a pesquisadora teria mais dificuldade para acessar as percepções da criança sobre suas interações

com a família. Portanto, ao escolher crianças nessa faixa etária, considerou-se a possibilidade de acessar com maior facilidade e a partir de relato verbal as experiências das crianças no processo de adaptação, bem como os sentimentos associados a essas vivências. Além disso, foram consideradas neste estudo apenas crianças adotadas há menos de três anos, pois pretendeu-se analisar o processo de adaptação dessas crianças às novas famílias.

Inicialmente, o estudo abrangeria todas as quatro famílias do projeto que se adequassem aos critérios desta pesquisa. No entanto, somente uma família participou efetivamente do estudo. Ao serem realizadas novas coletas com os participantes, uma das famílias não concordou em fazer parte novamente do estudo. Foram efetuadas várias tentativas de contato com a segunda família, mas os telefones registrados na pesquisa anterior tinham sido desligados, portanto, não foi possível entrevistá-los. A terceira família solicitou que fosse realizado um novo contato para participar da pesquisa somente após dezembro, durante as férias das crianças. Entretanto, quando o novo contato foi realizado, verificou-se que as crianças não se adequavam aos critérios, uma vez que uma das crianças já havia sido adotada há nove anos e a outra tinha apenas quatro anos de idade. Dessa forma, para este trabalho foi realizado um estudo de caso com a única família que se adequava aos critérios estabelecidos e que concordou em participar da nova coleta de dados.

Vale ressaltar que muitas famílias receiam participar de pesquisas sobre adoção por acreditarem que poderiam expor as crianças, desestabilizá-las ou gerar retrocessos no processo de adaptação. Além disso, existe o medo de que alguma informação possa acarretar consequências para o processo adotivo. Essa dificuldade em compor a amostra torna ainda mais difícil acessar a perspectiva das crianças sobre seu processo de adaptação, enfatizando ainda mais a importância deste trabalho.

Diante dessas considerações, este estudo teve como objetivo ampliar o conhecimento a respeito do processo de adaptação ao ambiente familiar, a partir da perspectiva da criança, nas

famílias que foram participantes do projeto “Pelos caminhos da adoção”. Assim, espera-se que possa contribuir para as discussões acerca das vivências da criança no processo de adoção, tendo a criança como participante ativo.

1 Introdução

1.1 Evolução da regulamentação do processo de adoção no Brasil

A adoção se dá pela disponibilidade de pessoas que, por diversas razões, queiram cuidar de crianças que foram impossibilitadas de permanecerem com seus pais biológicos (Bueno, Vieira, & Crepaldi, 2016). A prática da adoção está presente na história da humanidade desde as mais antigas civilizações (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Queiroz, 2009).

A escolha dos faraós no Egito e a criação de linhagens hereditárias mais convincentes em Roma são alguns exemplos de situações de adoção na história. Foram encontradas no Egito, Índia, China, Grécia, Roma e no Código de Hammurabi (2800 a.C.) registros de algum tipo de regulamentação da prática de adoção (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). Portanto, é uma prática presente na vida social das cidades, “tornando-se meio legítimo de acolher as crias abandonadas e atender os lares órfãos de filhos” (Queiroz, 2009, p. 74).

Segundo Vanalli e Santana (2008), a adoção é uma forma de proporcionar o convívio familiar às crianças que vivem em situação de abandono ou de institucionalização. As iniciativas de assistência à criança abandonada no Brasil foram introduzidas pelos europeus a partir da colonização (Marcílio, 1998), dado que tal prática não fazia parte da cultura dos povos indígenas que habitavam o país (Weber, 2008). Paiva (2004) aponta que nessa época era a sociedade civil que atuava diretamente na proteção de crianças abandonadas, pois a Igreja e o Estado não as assumiam diretamente. A primeira medida oficial adotada pela Igreja com o objetivo de evitar a prática do aborto e do infanticídio foi a instauração da chamada roda dos expostos, ou roda dos enjeitados (Rizzini & Rizzini, 2004), um mecanismo em forma de tambor giratório construído na parte externa das instituições de caridade e que funcionava como uma portinhola pela qual as crianças eram abandonadas, sem que a pessoa que as deixou fosse vista por aqueles que a recebiam (Biasutti, 2016; Paiva, 2004; Rizzini & Rizzini, 2004). Dessa forma, a criança ficava menos exposta aos riscos de ser abandonada na rua.

Antes do século XIX, na maior parte das vezes, a prática de adoção era realizada sem que houvesse qualquer tipo de regulamentação pelo Estado. Muitos casais iam até as rodas dos expostos para conseguir uma criança para criar ou adotar (Paiva, 2004). Apesar de o acolhimento dessas crianças ser justificado como um ato de caridade, muitas vezes as adoções eram motivadas pela expectativa de obter mão-de-obra gratuita para os serviços domésticos, ou pela possibilidade de enviar os seus filhos adotivos para o exército no lugar de seus filhos biológicos (Paiva, 2004; Reppold & Hutz, 2003).

A primeira regulamentação a mencionar a adoção no Brasil foi a Lei 22 de setembro de 1828, que orientava que os juizes concedessem cartas de legitimação a filhos ilegítimos e confirmassem as adoções (Biasutti, 2016; Lei 22 de setembro de 1828; Maux & Dutra, 2010; Paiva, 2004). Com a elaboração do Código Civil em 1916, a regularização sobre adoção foi inserida de forma mais específica e evidente (Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, 1916). Estabelecia que só estariam aptos a adotar pessoas maiores de 50 anos que não possuíssem filhos legítimos ou legitimados. Também era necessário um documento para a legitimação jurídica da adoção chamado de escritura pública, porém a adoção era revogável e não era vista como um modo normal de se constituir família (Biasutti, 2016; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Weber, 2008).

A partir de 1927, a institucionalização foi regulamentada pelo Código de Menores de 1927 (Biasutti, 2016; Decreto nº 17.943-A, 1927). Assim, as crianças que eram abandonadas passaram a ser colocadas em orfanatos e internatos enquanto não eram adotadas, com objetivo de protegê-las dos riscos de ficarem nas ruas e, ao mesmo tempo, proteger a sociedade da convivência com a criança abandonada (Queiroz, 2009).

Com o tempo, novas leis foram sendo promulgadas no Brasil, aprimorando-se a regulamentação sobre adoção. Em 1957 ocorreram mudanças significativas nas leis brasileiras sobre adoção. As pessoas que já possuíam filhos só puderam adotar após a promulgação da Lei

nº 3.133/57, de 1957 (Lei nº 3.133, 1957). Além disso, a idade mínima para adotar passou de 50 anos para 30, com diferença de 16 anos entre o adotado e o adotante (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Weber, 2008).

A Lei nº 4.655 de 1965 trouxe como mudança a legitimação da adoção, uma ampliação dos direitos do filho adotado, que passou a possuir praticamente os mesmos direitos dos biológicos através do rompimento com sua família de origem (Biasutti, 2016; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Lei nº 4.655, 1965). A adoção se tornava irrevogável. Era necessário um período de guarda de três anos antes da legitimação (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007). Outro ponto relevante nessa lei foi a garantia de que viúvas e desquitados poderiam adotar legalmente, se tornando o primeiro dispositivo a legalizar a adoção monoparental (Biasutti, 2016).

Já em 1979, com a promulgação do Novo Código de Menores, a legitimação da adoção passou a ser substituída por duas modalidades de adoção: a plena e a simples (Biasutti, 2016; Lei nº 6.697, 1979). A adoção plena ocorria com crianças menores de sete anos, e era referente ao corte de todos os laços com a família biológica e a emissão de um registro de nascimento novo, tornando assim a adoção irrevogável e fornecendo quase os mesmos direitos que os filhos biológicos (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Lei nº 6.697, 1979; Weber, 1998). Também poderia ser concedida para adotandos com mais de sete anos que estivessem sob a guarda dos adotantes na época que completou essa idade (Lei nº 6.697, 1979). Já a adoção simples ocorria quando a criança tinha mais de sete anos, estava em situação irregular (Biasutti, 2016; Lei nº 6.697, 1979), era regida pela lei civil e o adotando obtinha um novo nome de família, a ser averbado no registro de nascimento através de alvará e da escritura (Lei nº 6.697, 1979).

Apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988 foi que os filhos adotivos passaram a ter os mesmos direitos dos filhos biológicos legítimos e ilegítimos, proibindo “quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação” (Constituição da República Federativa do Brasil, 1988; Maux & Dutra, 2010). O Estatuto da Criança e do Adolescente -

ECRIAD, estabelecido pela Lei nº 8.069, destaca-se como uma das normativas mais significativas para os procedimentos que envolvem o processo da adoção no Brasil (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990). O estatuto, que evolui constantemente com a incorporação de novas leis, visa à assistência e proteção integral da criança e do adolescente, garantindo o direito à criança e ao adolescente de, entre outras coisas, ter uma convivência familiar e comunitária. Em seu artigo dezenove, o estatuto dispõe ainda que “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (nova redação dada pela Lei nº 13.257 de 2016), garantindo que todas as crianças tenham direito a uma família.

A partir dessa consideração, medidas como a retirada da criança de sua família para uma instituição de acolhimento e posterior encaminhamento para uma família substituta são compreendidas como sendo excepcionais e protetivas, devendo ser norteadas pelos interesses da criança, ou seja, devem ocorrer quando apresentarem reais vantagens para a criança (Campos & Costa, 2004; Queiroz, 2009; Sonogo, 2007). Assim, a adoção é uma das opções para garantir o direito à convivência familiar quando não é possível que a criança permaneça com a sua família biológica.

O ECRIAD recomenda que nenhuma criança deve ser retirada de sua família de origem por questões econômicas (artigo incluído pela Lei nº 13.257 de 2016), porém é importante ressaltar que esse é um dos principais motivos da institucionalização no Brasil, provavelmente devido à escassez de políticas públicas que possam amparar essas famílias (Sequeira & Stella, 2014).

A Lei nº 12.010 de 2009 inclui o parágrafo 1 no artigo 39 do ECRIAD, estabelecendo que a adoção é medida excepcional e irrevogável, complementando a lei original, que estabelece não haver mais a diferenciação entre crianças maiores ou menores de sete anos (artigo 40),

dando ao adotado a condição de “filho” com os mesmos direitos e deveres dos filhos biológicos (artigo 41). Com a adoção, ocorre o desligamento de qualquer vínculo com pais e parentes anteriores (artigo 41), objetivando proporcionar uma família para que a criança possa se desenvolver de maneira saudável e segura (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990; Campos & Costa, 2004; Queiroz, 2009; Ribeiro, 2008; Santos, Fonsêca, Fonsêca, & Dias, 2011).

Além da adoção conjunta por casais, o ECRIAD torna legítimos outros tipos de adoção, tais como: a adoção monoparental, na qual uma pessoa solteira adota; a adoção unilateral, quando um dos cônjuges adota; e a adoção póstuma, em que o adotante vier a falecer no curso do processo (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Santos et al, 2011). A Lei nº 8.069 de 1990 originalmente, em seu artigo 42, estabelecia que qualquer pessoa maior de vinte e um anos poderia adotar, desde que se mantivesse a diferença de dezesseis anos entre o adotado e o adotante e que não existisse relação de ascendência com o adotando. Neste último caso, embora não seja possível a adoção, os familiares podem receber a guarda da criança (Levy & Féres-Carneiro, 2002; Santos et al, 2011).

A partir da promulgação do ECRIAD, os candidatos à adoção devem passar por um processo de avaliação e seleção, conduzido por uma equipe multiprofissional do judiciário. Essa equipe fornecerá informações por escrito ou verbalmente na audiência para auxiliar a decisão da justiça, além de realizar um acompanhamento dos adotados e adotantes em todo o percurso do processo (Campos & Costa, 2004; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990). Além disso, os adotandos com idade maior que doze anos passaram a ser ouvidos durante seu processo (nova redação dada pela Lei nº 12.010, de 2009) (Lei nº 12.010, 2009; Santos et al, 2011).

Com a promulgação do Novo Código Civil (Lei nº 10.406, 2002), a idade dos adotantes diminuiu para dezoito anos, mantendo-se a diferença mínima entre adotado e adotante em

dezesseis anos. Além disso, o Novo Código Civil permitiu a adoção por casais divorciados ou judicialmente separados, desde que a convivência entre a criança ou adolescente tenha se iniciado de maneira constante antes do divórcio e que o casal esteja de acordo com a guarda e o regime de visitas (Santos et al, 2011; Campos & Costa, 2004). A Lei nº 12.010 de 2009 revogou a redação anterior e alterou esse artigo estendendo-o para os ex-companheiros e condicionando-o a ocorrência de acordo sobre a guarda, a visitação e os vínculos de afinidade e afetividade com o adotante não detentor da guarda.

Em 2009, visando reduzir o tempo de permanência de crianças e adolescentes em instituição de acolhimento à espera de uma nova família ou de uma reinserção familiar, foi publicada a Nova Lei da Adoção - Lei nº 12.010/2009, que criou o Cadastro Nacional de Adoção (CNA) (Biasutti, 2016; Lei nº 12.010, 2009; Santos et al, 2011). Entende-se que a Nova Lei da Adoção teve como objetivo o aperfeiçoamento da sistemática do processo e a atualização das leis referentes à adoção (Biasutti, 2016; Santos et al, 2011), prevendo a preparação prévia dos pretendentes à adoção.

A Nova Lei de Adoção prevê, ainda, que a criança seja liberada para adoção apenas após se esgotarem as possibilidades de recolocação em família natural, além de valorizar a tentativa de recolocação em família extensa e de estabelecer que os irmãos só podem ser separados nos casos em que isso os beneficie (Lei nº 12.010, 2009; Queiroz, 2009; Santos et al, 2011). Ademais, estabelece o prazo máximo de vinte e quatro meses de institucionalização, com o envio de relatórios semestrais das instituições sobre cada criança para o judiciário, além de estabelecer a possibilidade de colocação de crianças e adolescentes em famílias acolhedoras de forma provisória, como medida de proteção (Lei nº 12.010, 2009; Santos et al, 2011).

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA) tem como objetivo facilitar o processo de adoção a partir da reunião de informações sobre crianças disponíveis para adoção e sobre os perfis de crianças indicados pelos pretendentes em todo o território nacional, tornando mais

fácil o cruzamento de dados entre as Varas de Infância e Juventude e aumentando as chances de a criança achar uma família (Biasutti, 2016). Dessa forma, o CNA visa minimizar as situações em que ocorrem a adoção direta, ou seja, aquela quando os pais biológicos indicam um adotante ou quando o adotante manifesta a vontade de adotar uma criança com a qual já possui uma relação de afeto, sem passar pelos trâmites previstos na legislação (Biasutti, 2016; Santos et al, 2011). No entanto, ainda são observados casos em que os pretendentes à adoção buscam uma criança sem obedecer aos trâmites legais (Valério & Lyra, 2016).

A Lei nº 12.955 de 2014 estabeleceu que crianças e adolescentes com deficiência ou com doença crônica teriam prioridade nos processos de adoção. Mais recentemente, em novembro de 2017 foi sancionada outra Lei, nº 13.509, que trouxe outras mudanças ao processo de adoção, assegurando maior participação dos setores técnicos no processo e estendendo à pessoa que adotou as mesmas garantias trabalhistas dos pais consanguíneos: estabilidade provisória após adoção, licença-maternidade e direito a amamentação. O texto prevê que o estágio de convivência seja de no máximo noventa dias, e que a conclusão da adoção ocorra no prazo máximo de cento e vinte dias, além de reduzir o tempo máximo de acolhimento institucional de vinte e quatro para dezoito meses.

O período máximo previsto para que a justiça reavalie a situação da criança que se encontra institucionalizada foi reduzido de seis para três meses. Buscando facilitar a adoção de crianças que geralmente são preteridas, o texto dá preferência, na fila de adoção, para candidatos que estejam interessados em adotar grupos de irmãos, crianças e adolescentes com deficiência, com doença crônica ou com necessidades específicas de saúde (Lei nº 13.509, 2017). Verifica-se, assim, que as mudanças na legislação ao longo do tempo exercem um papel importante para que as crianças que não podem permanecer com a família biológica tenham garantido o direito a uma convivência familiar.

1.2 A opção pela adoção e o perfil desejado da criança adotada

A adoção pode ser definida como uma das maneiras de se constituir família a partir da criação de um relacionamento afiliativo que envolve aspectos sociais, afetivos e jurídicos (Reppold & Hutz, 2003; Schettini et al, 2006). Para a criança, a família constitui o primeiro ambiente de desenvolvimento e de trocas sociais (Biasutti, 2016; Silva & Dessen, 2001). Levinzon (2009) enfatiza que é na relação com seu ambiente familiar que a criança pode desenvolver as suas potencialidades. Segundo Schettini et al (2006), são os pais que mais contribuem para a formação da identidade da criança. A adoção, portanto, é uma das formas de garantir a convivência da criança e do adolescente nesse contexto.

Existem diversos motivos pelos quais uma pessoa decide optar pela adoção. Na literatura, pode-se encontrar como exemplo de motivação para adoção: a impossibilidade de gerar filhos biológicos, o desejo de ter companhia na velhice; a perda de um filho; o parentesco com os pais biológicos que não possuem condições de cuidar da criança; as ideias filantrópicas; o preenchimento de um vazio existencial; a convivência anterior com a criança; vontade de exercer a parentalidade; a possibilidade de escolher o sexo da criança; dentre outros (Biasutti, 2016; Costa & Kimmelmeier, 2013; Mota, Vargas, & Vasconcelos, 2015; Otuka, Scorsolini-Comin, & Santos, 2009; Sampaio, Magalhães, & Féres-Carneiro, 2018; Teixeira & Rampelotto, 2017).

A impossibilidade de gerar filhos biológicos destaca-se como o principal motivo pelo qual as pessoas decidem pela adoção (Araujo, 2017; Bento, 2008; Bicca & Grzybowski, 2014; Merçon-Vargas, Rosa, & Dell'aglio, 2011; Sampaio et al, 2018). Segundo alguns autores, antes de optar pela adoção nesses casos, é necessário trabalhar o luto pelo filho biológico, aceitar e elaborar a incapacidade de gerar (Oliveira, Souto, & Silva, 2017; Otuka et al, 2009; Schettini, Amazonas, & Dias, 2006). O acompanhamento e avaliação dos pretendentes à adoção, realizados pela equipe multiprofissional das Varas de Infância e Juventude, é um momento

importante, em que se pode refletir sobre as motivações que levam uma pessoa a optar pela adoção (Morelli, Scorsolini-Comin, & Santeiro, 2015).

Apesar dos avanços na legislação, a adoção ainda é considerada uma opção alternativa para se ter filhos, pois se observa no Brasil a crença de que o filho autêntico e verdadeiro é aquele que mantém laços de consanguinidade (Barbosa-Ducharne & Soares, 2016; Queiroz, 2009). Essa compreensão se atrela muitas vezes às crenças e fantasias relacionadas aos aspectos hereditários que o filho adotivo pode trazer (Sequeira & Stella, 2014). Dessa forma, a compreensão e os valores a respeito do que é uma família e do que é necessário para exercer a parentalidade ou para ser um filho impactam na possibilidade de inserção das crianças e adolescentes aptos para adoção em novas famílias (Nascimento, Araujo, & Biasutti, 2017a).

Segundo Maux e Dutra (2010), ainda é comum nas famílias adotivas o desejo de que a adoção seja um segredo e que exista um constrangimento em falar sobre como o filho se tornou parte da família. Vieira (2004) cita que a preferência por adotar crianças com pouca idade e com características próximas aos pais é uma tentativa de minimizar o risco de se deparar com a curiosidade alheia. Morelli et al (2015) apontam que a opção dos pretendentes à adoção por crianças com a mesma cor da pele é uma tentativa de que a criança se identifique fisicamente, imitando a família biológica.

Outros autores citam que a opção por adotar bebês se deve à crença de que os bebês podem estabelecer vínculos mais facilmente com os novos pais e se tornarem parecidos com a família adotiva, visto que eles passaram pouco tempo longe dessa (Gondim et al, 2008; Mahl, Jaeger, Patias, & Dias, 2011). Além disso, alguns pretendentes à adoção sentem receio de adotar crianças mais velhas por acreditarem que elas terão dificuldades de adaptação, pela preocupação de que as crianças tenham maus hábitos aprendidos na instituição ou na sua família biológica e de que podem ocorrer dificuldades na educação (Otuka et al, 2009; Santos et al, 2011).

Alguns autores apontam que na adoção tardia, quando a criança tem mais de dois anos, as crianças podem necessitar de cuidados maiores do que na adoção de bebês, pois suas histórias de vida são geralmente marcadas por sofrimentos e frustrações (Silva & Benetti, 2015; Weber, 1998). Nesse tipo de adoção, a criança pode participar de forma ainda mais ativa do processo, pois já tem uma história de vida e identidade pessoal antes da adoção, que influenciam na construção da filiação com seus novos pais (Solon, 2008).

A maioria dos candidatos à adoção optam por bebês, de mesma cor de pele, na sua maioria brancos e do sexo feminino (Biasutti, 2016; Mahl et al, 2011; Weber, 1998). Biasutti (2016) ressalta que essas preferências acabam por fazer com que as crianças maiores tenham grandes chances de passarem suas vidas institucionalizadas, tirando delas o direito à convivência familiar e comunitária. Bueno, Vieira e Crepaldi (2016) afirmam que o processo adotivo muitas vezes se torna demorado devido ao perfil da criança escolhida pelos pretendentes à adoção.

Um levantamento realizado no Espírito Santo buscou identificar quais características das crianças eram mais aceitas pelos requerentes à adoção (Bussinger, Merçon-Vargas, Nascimento, & Rosa, 2018). As autoras apontaram 6 perfis diferentes, sendo o mais aceito o de crianças não deficientes com condições de saúde tratáveis, seguido por crianças saudáveis; crianças pequenas com deficiências moderadas e tratáveis; crianças pequenas, brancas, sem deficiência e com problemas; adolescentes saudáveis; e crianças com deficiências graves e condições de saúde. Concluiu-se que o perfil escolhido depende das motivações e de fatores micro-sistêmicos dos pretendentes, e que os requerentes mais velhos preferiam adotar adolescentes saudáveis.

Apesar da discrepância entre o perfil desejado e as crianças aptas à adoção, busca-se uma nova cultura da adoção. As mudanças que ocorreram no processo possibilitaram que se priorize os interesses da criança, buscando uma família para uma criança e não uma criança

para a família (Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Otuka et al, 2009; Queiroz, 2009; Ribeiro, 2008; Schettini et al, 2006; Souza, 2016). Com essa perspectiva, o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (Brasil, 2006) busca promover as adoções pouco valorizadas, como as adoções de grupos de irmãos, crianças portadoras do vírus HIV, adoções inter-raciais e tardias.

Durante o processo de habilitação para se tornarem aptos a adotar, os candidatos à adoção são avaliados. Alguns pretendentes participam de grupos de apoio à adoção, que são espaços destinados à discussão e à troca de experiências. Esses grupos podem ser compostos apenas por pretendentes à adoção, pais adotivos e outras pessoas interessadas, ou contar com a participação de profissionais que auxiliam os participantes a compartilhar suas vivências. Sequeira e Stella (2014) ressaltam que a participação nesses grupos contribui para a reflexão sobre a diferença entre o perfil da criança que os candidatos buscam e o perfil das crianças que esperam a adoção, reduzindo os estigmas relacionados à adoção e promovendo possibilidades de inserção das crianças nas novas famílias. Atualmente os pretendentes à adoção têm aceitado adotar crianças maiores, de várias etnias e possuidores de necessidades especiais, que antes costumavam ser preteridas, permanecendo em situação de institucionalização (Andrade, Hueb, & Alves, 2017)

Nos grupos de apoio à adoção são discutidos, vivenciados e refletidos temas relativos à adoção (Gondim et al, 2008; Otuka et al, 2009). São abordados os principais medos, preconceitos, motivações, trâmites legais e processuais, como lidar com a história anterior da criança, dentre outros assuntos relacionados à adoção (Gondim et al, 2008). Os candidatos à adoção veem o grupo de maneira positiva, como um lugar para compartilhar suas histórias, dúvidas e suas angústias, contribuindo assim para a prevenção de possíveis dificuldades e para a diminuição da ansiedade presente no processo (Morelli et al, 2015; Schettini et al, 2006; Sequeira & Stella, 2014).

1.3 O processo de adaptação de crianças adotivas

Buscando definir o conceito de adaptação, verifica-se que o termo é utilizado com diferentes perspectivas. A definição desse termo segundo o dicionário é “fazer com que uma coisa se combine convenientemente com outra; acomodar, apropriar” (Adaptações, 2019). Do ponto de vista biológico, Futuyma (2002) afirma que a adaptação é uma consequência do processo de seleção natural, pois gera uma melhoria na capacidade do indivíduo em produzir e sobreviver no meio ambiente. Do ponto de vista psicológico e da construção do conhecimento, Piaget (2014a) afirma que a adaptação ao meio ocorre a partir da equilíbrio entre os processos de assimilação e acomodação. A assimilação envolve a capacidade de incorporar os objetos do mundo exterior às estruturas já construídas pelo organismo; por outro lado, a acomodação é a alteração dessas estruturas existentes, em função das transformações ocorridas. Ainda segundo o autor, “toda conduta é uma adaptação, e toda adaptação, o restabelecimento do equilíbrio entre o organismo e o meio” (Piaget, 2014b, p. 41). Patterson (2002), ao se referir à resiliência familiar e as estratégias para lidar com o estresse, ressalta que a adaptação é o resultado da superação das adversidades.

No contexto da adoção, pode-se considerar que a adaptação é processo em que são criados vínculos entre a criança e sua nova família. O processo adaptativo dos membros da família adotiva possibilita o estabelecimento de laços afetivos e a concretização da parentalidade e da filiação (Araujo, 2017; Merçon-Vargas et al, 2011). Esse processo se inicia no estágio de convivência, que é um período prévio à concretização da adoção, no qual a criança ou adolescente passa a viver com a família que pretende adotá-la (Lei nº 12.010, 2009).

O estágio de convivência gera oportunidades de desenvolvimento, crescimento e mudanças para todos os membros da família, tornando esse momento significativo na vida de todos e gerando novos arranjos familiares e novas rotinas (Segalin, 2013). Após a adoção, há uma mudança na rotina familiar e de trabalho dos pais adotivos para adaptação ao novo filho,

priorizando as necessidades da criança adotiva. As mudanças na rotina familiar podem ser consideradas tanto um dificultador no processo de adaptação (Mota et al, 2015; Sampaio et al, 2018) como uma etapa esperada nesse processo (Bicca & Grzybowski, 2014; Merçon-Vargas et al, 2011). Sampaio et al (2018) destacam que a integração rápida nas atividades já realizadas pela família é um aspecto facilitador no processo adaptativo.

Segalin (2013) aponta que a inserção de um filho na família, seja ele biológico ou adotivo, é um marco na vida das pessoas e que isso demanda uma reorganização na família que envolve adaptações no espaço físico, no orçamento, novos papéis parentais, mudanças na rotina diária, entre outros. Os papéis dos membros da família – que, além de companheiros, tornam-se pais – são ampliados a partir da chegada do filho (Bueno et al, 2016). Um ponto importante mencionado nos estudos sobre adoção é que os papéis parentais são construídos a partir da chegada da criança na família, ou seja, os pretendentes à adoção foram aprendendo a se tornar pais e mães com a convivência com a criança (Bicca & Grzybowski, 2014; Merçon-Vargas et al, 2011; Mota et al, 2015; Sampaio et al, 2018). Bicca e Gryzbowski (2014) relataram que essa mudança de papéis foi um dificultador na adaptação para um casal participante em seu estudo, pois eles viviam há muitos anos sozinhos, desempenhando somente os papéis de marido e mulher.

Alguns estudos sobre adoção têm buscado entender quais aspectos participam da adaptação familiar no processo adotivo. A construção do vínculo com a criança se inicia durante o processo de adaptação, com o começo da convivência entre a criança e os pais, logo após a criança adquirir confiança nos membros da família (Bento, 2008; Bicca & Grzybowski, 2014; Merçon-Vargas et al, 2011; Mota et al, 2015; Sampaio et al, 2018; Verceze, Silva, Oliveira, & Sei, 2015). Biasutti (2016) cita que os vínculos de parentalidade e filiação são construídos e se fortalecem com o tempo de convivência, caracterizando-se como uma conquista diária e que envolve todos os membros da família. Crianças que passaram ou passam por uma situação

difícil durante sua vida, tais como uma situação de abandono, separação ou interrupção de algum vínculo, possuem uma dificuldade de adaptação nos mais variados contextos (Dugnani 2009; Paiva, 2004). Segundo Machado, Ferreira e Seron (2015a, p.76), “para que ocorra a formação de um vínculo saudável entre pais e filhos adotivos, carregados de experiências de lares anteriores, é preciso que os pais compreendam sua importância como válvula de escape de impulsos e de agressividade de crianças maiores”. O estudo de Peixoto, Giacomozzi, Bousfield, Berri e Fiorott (2019) constatou que o apoio da família extensa, a persistência dos pais para superar as dificuldades e o auxílio psicológico foram estratégias utilizadas no sucesso da adaptação de crianças maiores e, conseqüentemente, no sucesso da adoção.

Em um estudo sobre uma família que adotou quatro irmãos, Araujo (2017) identificou os aspectos facilitadores e dificultadores no processo de desenvolvimento da filiação, que é um dos principais aspectos do processo da adaptação na adoção. A autora identificou que o respeito pela história pregressa da criança, a liberdade para expressar sentimentos, a preparação do ambiente físico e a aproximação gradual dos pais com os filhos são aspectos facilitadores da filiação. Por outro lado, as fantasias em relação aos pais biológicos, os trâmites jurídicos demorados e burocráticos, a sobrecarga de demandas diferentes no cuidado com a criança e as dificuldades de aprendizagem e comportamento das crianças são aspectos identificados pela autora como dificultadores da filiação.

Os estudos de Moraes (2011) e Cruz (2013) apontam como indicadores que facilitam o processo de adaptação da criança em ambiente familiar: a integração positiva com a família extensa, a importância de se dialogar abertamente sobre a família de origem e a boa preparação da criança e dos pais adotivos por parte do judiciário. Em contrapartida, o medo de ser devolvido para a instituição, a dificuldade da criança em se ver como filha e os sentimentos ambíguos em relação à filiação são apontados por esses autores como sendo indicadores que dificultam o processo de adaptação.

A agressividade da criança adotiva no início da convivência na sua nova família é apontada em alguns estudos como um comportamento dificultador para o processo de adaptação da criança adotiva (Bento, 2008; Bicca & Grzybowski, 2014; Dias, Silva, & Fonseca, 2008; Merçon-Vargas et al, 2011; Mota et al, 2015; Sampaio et al, 2018). Esse comportamento se extingue na medida em que a criança vai se sentindo confiante e parte da família. A imposição de limites e regras, a paciência e a afetividade são considerados como fatores facilitadores para as interações e a diminuição de comportamentos agressivos, consequentemente facilitando o próprio processo adaptativo (Bicca & Grzybowski, 2014; Merçon-Vargas et al, 2011; Mota et al, 2015; Sampaio et al, 2018; Verceze et al, 2015). Solon (2008) relata que as crianças tendem a testar a aceitação dos pais, o que pode ocorrer através de comportamentos agressivos ou considerados inadequados para a convivência em família, principalmente quando a adoção ocorre com crianças mais velhas. Por isso, a autora aponta que é necessário que os pais estejam preparados para lidar com essa possibilidade, não encarando esses comportamentos como rejeição por parte da criança à família, mas parte do processo de adaptação da criança.

O respeito pela história trazida pela criança é um importante meio de facilitar esse processo, deixando que se expresse sobre suas vivências. Alguns autores apontam que a maioria dos pais adotivos tem preocupações e receios dos costumes e aprendizados que possivelmente foram adquiridos anteriormente à adoção (Bento, 2008; Bicca & Grzybowski, 2014; Merçon-Vargas et al, 2011; Sampaio et al, 2018). No entanto, ressalta-se a importância de que pais adotantes aceitem e integrem as vivências anteriores de seus filhos como parte peculiar de sua identidade, além de receberem informações acerca de sua rotina e gostos, para favorecer a construção da nova família (Araujo, 2017; Costa & Rossetti-Ferreira, 2007; Schettini et al, 2006). O conhecimento acerca dos aspectos da vida da criança possibilita a construção de meios funcionais para lidar com as dificuldades, sendo um facilitador do processo de adaptação familiar. Outra preocupação muito presente nos pais adotivos é a falta de informações acerca

do histórico de saúde da criança (Bicca & Grzybowski, 2014; Sampaio et al, 2018).

O apoio da família extensa e dos amigos é considerado um fator importante para o processo adotivo, pois auxilia os pais na adaptação familiar e na criação dos filhos (Merçon-Vargas et al, 2011; Mota et al, 2015; Sampaio et al, 2018). A família e os amigos proporcionam aos pais adotantes a possibilidade de elaborar suas dúvidas e incertezas e acolhê-los para que o processo ocorra da melhor forma possível (Levy, 2005). No estudo de Biasutti (2016), o suporte e a aceitação da família e dos amigos também foram considerados como importantes para a construção do vínculo e para a organização da rotina durante o processo de adaptação da família monoparental adotiva. Para a criança e para o adolescente inseridos na nova família, o apoio da família extensa e dos amigos favorece o processo de inserção no contexto familiar a partir do estabelecimento dos laços afetivos (Santos et al, 2011).

A busca por acompanhamento profissional e a participação em grupos de apoio à adoção são um suporte essencial para o sucesso do processo adotivo e da adaptação familiar, pois permite aos pais adotivos a construção da história familiar conjugal e parental (Morelli et al, 2015). Os grupos de apoio à adoção são espaços importantes para discussão e troca de experiências com outros pais que estão passando pelo mesmo processo (Bento, 2008; Bicca & Grzybowski, 2014; Dias et al, 2008; Merçon-Vargas et al, 2011; Mota et al, 2015; Sampaio et al, 2018).

Bento (2008) relata a prática de intervenção com uma criança de 5 anos, com o objetivo de trabalhar a dificuldade de vinculação durante um processo de desabrigamento e adoção, em atendimentos realizados durante 14 meses. Esse estudo destacou a importância do processo terapêutico para a reinserção familiar, pontuando que esses atendimentos, tanto com a criança quanto com seus futuros pais, foram essenciais para que ocorresse o sucesso da adaptação para a família (Bento, 2008). A orientação psicológica durante e após a adoção fornece apoio para que os adotantes possam elaborar e lidar com angústias, medos e dúvidas, favorecendo a

adaptação da criança (Biasutti, 2016; Gondim et al, 2008).

A morosidade, as dificuldades e a burocracia do processo jurídico podem aparecer como um fator que gera ansiedade e desmotiva os pais adotantes durante o processo de adoção, gerando um sentimento de insegurança em relação à concretização do processo adotivo (Araujo, 2017; Bicca & Grzybowski, 2014; Gondim et al, 2008; Machin, 2016; Mota et al, 2015; Sampaio et al, 2018). O estudo de Merçon-Vargas et al (2011) aponta que, no caso de uma adoção internacional, o período de estágio de convivência, que é uma das etapas obrigatórias no processo de adoção, extenso e longe do que seria a vida real após a adoção, foi considerado um aspecto dificultador para a adaptação familiar inicial, por não estarem em uma situação real de rotina diária. Ressalta-se, também, que no estudo de Bento (2008) foi possível perceber uma preocupação da justiça em apoiar o tempo que a criança precisava para iniciar o processo de adaptação familiar.

Pode-se concluir que a adaptação é um processo que envolve múltiplos fatores e significações que vão sendo construídas ao longo do tempo de maneira conjunta com todos os membros da família. Apesar de o processo de adaptação na adoção envolver tanto os pais adotantes quanto os filhos adotivos de maneira igualitária, a maior parte da produção científica utiliza como participantes principais os pais adotantes, mesmo quando as crianças adotivas possuem idades que as habilitariam a responderem os instrumentos e participarem ativamente das pesquisas. Salienta-se, então, a importância de novas pesquisas sobre o processo adaptativo, tendo as crianças adotivas como participantes diretos.

1.4 O desenvolvimento segundo a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano

Para a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, o microsistema familiar é considerado um importante ambiente promotor do desenvolvimento, pois considera-se que os pais são as principais pessoas com quem as crianças, principalmente as mais novas, interagem em uma base regular e por períodos prolongados de tempo. Essas interações promotoras do

desenvolvimento são denominadas nessa teoria de processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

O processo proximal é o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento humano, que é definido como sendo o fenômeno das mudanças e estabilidades nas características biopsicológicas dos indivíduos através do curso da vida e das gerações. Os processos proximais são caracterizados pelas interações recíprocas duradouras e progressivamente mais complexas entre o indivíduo biopsicológico ativo e as pessoas, os objetos e os símbolos (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Exemplos de processos proximais apontados na Teoria são: “Brincar com uma criança pequena, atividades realizadas entre crianças, leitura, aprendizagem de novas habilidades, jogos em grupos ou individuais e exercícios físicos” (Bronfenbrenner & Morris, 2006, p. 797).

Em relação aos processos proximais com objetos e símbolos, estes devem estimular a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação do indivíduo em desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006). No contexto adotivo, as interações com objetos e símbolos dentro do microssistema familiar podem permitir a construção de sentimentos de pertencimento a esse novo ambiente, favorecendo o processo de adaptação da criança (Araujo et al, 2017). No estudo de Araujo (2017, p. 125), a autora constatou que “após serem inseridas na nova família, as crianças valorizaram muito os objetos que simbolizavam o quanto seu espaço foi demarcado na nova casa por seus novos pais”.

Segundo Bronfenbrenner e Morris (2006), os processos proximais podem reduzir os resultados de disfunção ou aumentar os resultados de competência. Os resultados de competência ocorrem quando há uma aquisição de conhecimentos, de habilidades e de competências nas várias esferas: intelectuais, físicas, socioeconômicas, artísticas, entre outras. Por outro lado, os autores apontam que os resultados de disfunção ocorrem quando há manifestações recorrentes de dificuldades da pessoa em desenvolvimento em manter o controle

e a integração do comportamento.

No caso da adoção, espera-se que a inserção da criança em uma nova família proporcione a ela uma maior possibilidade de estabelecimentos de processos proximais. O envolvimento afetivo e a proximidade entre os membros de sua nova família, estabelecidos durante o processo de adaptação da criança, são determinantes para que os processos proximais ocorram (Bronfenbrenner, 2001). Além disso, considera-se que um ambiente familiar pode proporcionar maior estabilidade em comparação à instituição de acolhimento, o que pode favorecer os resultados de competência e beneficiar o desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006). Pode-se inferir que o estabelecimento dos processos proximais na instituição de acolhimento é prejudicado pela grande quantidade de crianças para cada cuidador e pela rotatividade constante de profissionais dentro da instituição, dificultando as interações em períodos extensos e com uma relativa evolução de sua complexidade (Acioli, Barreira, Lima, Lima, & Assis, 2018).

Considera-se, ainda, que o poder, a forma, o conteúdo e a direção dos processos proximais têm relação com outros fatores que são importantes no estudo do desenvolvimento, sendo estes: as características da pessoa; os ambientes nos quais a pessoa está inserida, desde o mais próximo ao mais distante; e o tempo, compreendido pelas mudanças e continuidades que ocorrem ao longo do ciclo vital e do período histórico em que a pessoa vive (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Assim, a compreensão de que a pessoa está inserida em diferentes contextos é um dos fatores considerados importantes no estudo dos processos envolvidos no desenvolvimento. Para a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, os contextos são compreendidos por um conjunto de sistemas que são inter-relacionados e denominados: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. O microsistema é o ambiente mais íntimo e imediato do indivíduo, em que passam uma quantidade significativa de tempo e onde as interações ocorrem

diretamente com pessoas, objetos e símbolos (Bronfenbrenner, 1994; Tudge, 2008). A casa, a escola, a creche e a igreja são exemplos de microssistemas. Especificamente no caso de crianças adotivas, a instituição de acolhimento também é considerada um microssistema.

Vale ressaltar que a família é um importante microssistema para o processo de desenvolvimento da criança, por isso existe a preocupação em reintegrá-la à família de origem ou colocá-la em família substituta o mais rápido possível (Lei nº 12.010, 2009; Nascimento et al, 2017a; Rosa, Nascimento, Matos, & Santos, 2012).

O mesossistema consiste na interconexão entre vários microssistemas. Com relação à questão da adoção, podemos exemplificar o mesossistema como a relação entre a escola e o serviço de acolhimento, a família e o juizado, a casa e a escola, a família e a instituição de acolhimento, entre outros.

O exossistema se refere aos ambientes nos quais o indivíduo não está diretamente inserido, mas que influenciam suas interações. Tudge (2008) aponta como exemplos de exossistemas o trabalho dos pais e a escola de irmãos. Os grupos de apoio à adoção também podem se caracterizar como exossistemas das crianças adotivas, quando seus pais participam ativamente desses. Os grupos de apoio à adoção proporcionam aos pais trocas de experiências com outros pais adotivos, que podem ajudar na convivência com a criança.

Por fim, o macrossistema é caracterizado pelos sistemas de crenças, valores, culturas e subculturas que englobam todos os outros contextos, como os valores a respeito da constituição da família, da parentalidade, da filiação, bem como as crenças em torno do filho adotivo presentes na sociedade (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

De acordo com Bronfenbrenner e Morris (2006), outro conceito importante para a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano é a pessoa, que é um conceito que se refere a características do indivíduo que são tanto produto como produtoras do seu desenvolvimento. Segundo os autores, essas características podem ser classificadas em força/disposição, recurso

e demanda, e têm a função de atuarem como incentivadoras, mantenedoras ou inibidoras dos processos proximais.

As características de força ou disposição podem manter, sustentar, interferir ou retardar os processos proximais. Comportamentos como impulsividade, distração, agressividade, apatia, desatenção e timidez podem retardar ou dificultar a ocorrência de processos proximais, influenciando de forma negativa o desenvolvimento. Já comportamentos como curiosidade, responsabilidade e interesse contribuem e sustentam a ocorrência de processos proximais, sendo geradores de desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

As características de recurso são aquelas que influenciam a capacidade do indivíduo de se envolver efetivamente nos processos proximais. Problemas de ordem genética, baixo peso ao nascer, doenças graves e deficiências físicas são condições que limitam o desenvolvimento. Por outro lado, conhecimentos intelectuais e artísticos, boa educação e experiências culturais enriquecedoras são condições que ampliam os domínios em que os processos proximais são constituídos (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Por fim, as características de demanda referem-se às qualidades que podem convidar ou desencorajar reações do ambiente social que influenciam no funcionamento dos processos proximais, impedindo ou favorecendo o crescimento psicológico. Como exemplo, podemos citar aparência física atraente versus não atraente (Bronfenbrenner & Morris, 2006). No entanto, Martins e Szymansk (2004) salientam que nenhuma característica da pessoa pode influenciar o desenvolvimento isoladamente.

O estudo de Merçon-Vargas et al (2011) identificou as características pessoais que contribuíram para a adaptação familiar de duas famílias adotivas, sendo uma adoção nacional e uma internacional. As características pessoais relacionadas à afetividade foram identificadas como características de força ou disposição que favoreceram a boa interação e a adaptação familiar, por exemplo, quando as pessoas são carinhosas, afetuosas, comunicativas e

extrovertidas. As autoras identificaram que as experiências prévias de apadrinhamento, a convivência anterior com pais adotantes, as atividades dos adotantes em instituições de acolhimento e as tentativas de paternidade e maternidade eram características de recursos das famílias, contribuindo para o estabelecimento de processos proximais. Por fim, as características de demanda observadas foram a aparência alegre e sorridente das crianças. Em ambas as famílias adotivas estudadas pelas autoras, essas características foram facilitadoras para o processo adotivo, mas atuaram de formas diferentes. No caso da adoção nacional, essas características foram consideradas como os fatores que encorajaram a família a iniciar o processo adotivo, pois se tratava de uma adoção motivada pela convivência anterior com as crianças; por outro lado, no caso da adoção internacional, essas características foram encorajadoras para a continuação do processo adotivo (Merçon-Vargas et al, 2011).

Outro fator importante do modelo da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano é o tempo, que é entendido pela dimensão temporal dos acontecimentos que influenciam no desenvolvimento da pessoa. Segundo Bronfenbrenner e Morris (2006), o tempo é dividido em microtempo (o que ocorre durante uma determinada interação), o mesotempo (com qual frequência e em que medida essa interação ocorre) e o macrotempo (dimensão temporal dos acontecimentos históricos que influenciam o indivíduo).

Segundo Rosa e Tudge (2017), a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano incentiva uma aproximação entre o pesquisador e o cotidiano do sujeito pesquisado, dando ênfase à importância de estudar os processos de desenvolvimento humano no ambiente em que ele ocorre. Os autores citam que essa aproximação permite ao pesquisador apontar condições que facilitam, promovem e, até mesmo, dificultam o desenvolvimento psicológico da pessoa.

Ademais, podemos considerar que o estudo de famílias adotivas utilizando o aporte teórico da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano permite ao pesquisador identificar os múltiplos fatores e interações que influenciam o desenvolvimento na convivência familiar.

Outros estudos que utilizaram essa teoria apontam que a identificação das interações significativas com pessoas, objetos e símbolos pode contribuir para o processo adaptativo no processo adotivo (Araujo, 2017; Merçon-Vargas et al, 2011).

Por todos os motivos explicitados acima, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner foi escolhida como aporte teórico para a realização deste estudo.

2 Objetivos da Pesquisa

2.1 Objetivo geral

Investigar a experiência de adaptação ao ambiente familiar após a adoção de uma criança inserida em uma família, residente na região metropolitana de Vitória, ES.

2.2 Objetivos específicos

- a) Descrever a experiência da criança adotada em relação ao processo de adaptação na nova família, através dos sentidos atribuídos à sua nova casa e sua nova família;
- b) Investigar os aspectos da convivência que favorecem ou dificultam o processo de adaptação da criança com a família na qual foi inserida;
- c) Descrever a convivência com a família extensa e identificar as contribuições dessa convivência para a adaptação à nova família.

3 Método

3.1 Delineamento da pesquisa

Esta pesquisa teve delineamento qualitativo-descritivo, tendo sido realizado um estudo de caso. A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador um meio de explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano, percebendo-o a partir da subjetividade dos sujeitos-participantes da investigação (Creswell, 2010).

Pelo fato de o presente estudo ter como principal objetivo compreender o processo de adaptação de uma criança adotada em sua nova família, e tendo como embasamento teórico a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner, considerou-se relevante que a pesquisa fosse realizada no contexto social dos participantes, permitindo uma visão mais ampliada das vivências relativas à adaptação na família adotiva. O estudo de caso tem como premissa a investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real (Yin, 2015). Araujo (2017, p. 58) destaca que esse método “permite uma abordagem em profundidade do fenômeno eleito como objeto de estudo. Além disso, se adequa à necessidade de um contato mais prolongado para estabelecimento de um vínculo de confiança com as crianças participantes”.

3.2 Participantes

A proposta deste estudo foi ampliar o conhecimento a respeito do processo de adaptação dentro da família adotiva de Mariana, uma adolescente residente da Região da Grande Vitória que na época em que foi entrevistada havia sido adotada legalmente há três anos, possuía treze anos e cursava o sexto ano do ensino fundamental. Ela foi adotada aos dez anos por Júlia e João, casados há vinte e três anos e que não possuíam filhos biológicos. Para complementar as informações dadas por Mariana, foram realizadas entrevistas com sua mãe Júlia, sua tia paterna

e uma de suas primas. O pai de Mariana não foi entrevistado, pois não estava presente nos momentos dos encontros, por estar trabalhando. Contudo, trechos de seus relatos em entrevistas anteriores, realizadas para o projeto “Pelos caminhos da adoção”, foram utilizados na descrição do processo de adoção. A tia e a prima foram selecionadas para participar da pesquisa por serem os membros da família extensa que possuíam maior convivência com a adolescente. Júlia possuía quarenta e nove anos quando entrevistada e trabalhava como autônoma. A tia possuía quarenta anos quando entrevistada e trabalhava como enfermeira. A prima possuía dezessete anos na época da entrevista e era estudante.

Os critérios utilizados para seleção da família participante foram os mesmos do projeto “Pelos caminhos da adoção”, em que participaram famílias de diferentes configurações, com ou sem filhos biológicos. Foram excluídas crianças que foram adotadas com histórico de devolução e crianças com adoção unilateral (cônjuge adotando um enteado). Além disso, foram escolhidas apenas famílias que tivessem crianças ou adolescentes entre nove e treze anos. Essa escolha foi feita porque a pesquisadora considerou que teria mais dificuldade em acessar as percepções de crianças mais novas sobre suas interações com a família. Portanto, ao escolher crianças nessa faixa etária, visou-se acessar com maior facilidade, e a partir de relatos verbais, as experiências das crianças no processo de adaptação, bem como os sentimentos associados a essas vivências. Foram consideradas apenas crianças adotadas há, no máximo, três anos. Esse limite foi adotado a fim de assegurar que o participante estivesse em processo de adaptação à nova família. Para garantir o anonimato, serão utilizados nomes fictícios em referência aos participantes.

3.3 Instrumentos

Foram selecionados sete instrumentos para serem utilizados na coleta de dados do presente estudo:

- a) instrumento gerador de mapas afetivos (adaptado);

- b) roteiro de entrevista complementar ao mapa afetivo para avaliação da convivência no espaço da casa e com as pessoas;
- c) ecomapa e roteiro de entrevista complementar ao ecomapa;
- d) baralho das emoções;
- e) roteiro de entrevista com a criança;
- f) roteiro de entrevista com a mãe;
- g) roteiro de entrevista com a família extensa.

3.3.1 Mapa afetivo

O instrumento gerador de mapas afetivos (Anexo A) foi criado por Bomfim (2010) para avaliar a afetividade de um indivíduo em relação a um determinado ambiente. Inicialmente, o mapa afetivo foi criado para estudar os afetos nas cidades; no entanto, o instrumento já foi adaptado anteriormente para utilização em outros contextos. Ribeiro (2008) utilizou uma versão adaptada do mapa afetivo para investigar afetos no contexto de abrigos, e Pinheiro e Bomfim (2009) utilizaram o mapa para estudar a afetividade em ambiente hospitalar.

Para este estudo, o instrumento foi adaptado visando investigar os afetos com relação à casa e às pessoas que conviviam no ambiente familiar. Assim, a utilização do mapa afetivo adaptado objetivou identificar os sentimentos e significados atribuídos pela adolescente adotada acerca do seu ambiente domiciliar.

Bomfim (2010) sugere que a aplicação do instrumento gerador de mapas afetivos seja feita por meio de um questionário, que os participantes respondem sozinhos. No entanto, como a participante deste estudo era uma adolescente de treze anos, considerou-se que a aplicação oral do instrumento fosse mais adequada, pois receava-se que a participante poderia ter dificuldade em se expressar por meio da escrita. Considerou-se, também, que a aplicação oral proporcionaria uma aproximação entre a participante e a pesquisadora, facilitando a aplicação

e a obtenção das respostas nos outros instrumentos que seriam aplicados posteriormente.

O instrumento gerador dos mapas afetivos adaptado seguiu algumas etapas de aplicação, que serão descritas a seguir (Bomfim, 2010):

- a) **Desenho:** nesta etapa, solicitou-se que a participante desenhasse algo que representasse a sua forma de perceber e sentir a sua casa. O objetivo do desenho foi facilitar a expressão das emoções da participante sobre esse ambiente;
- b) **Significado do desenho:** neste item, solicitou-se que a adolescente explicasse para a pesquisadora o significado que ela atribuía ao desenho;
- c) **Sentimentos:** pediu-se que a participante expressasse e descrevesse os sentimentos relacionados ao desenho. Nessa etapa, foi utilizado o baralho das emoções (Anexo B), um facilitador de acesso às emoções infantis, como recurso para que a criança se expressasse a respeito dos seus sentimentos (Caminha & Caminha, 2011). O baralho é composto por quarenta e duas cartas: vinte cartas representando emoções de pessoas do sexo feminino, vinte cartas representando emoções de pessoas do sexo masculino, de modo a facilitar a identificação da criança com as figuras, e duas cartas representando a intensidade dessas emoções. As cartas que são utilizadas para indicar as emoções possuem o desenho da respectiva representação facial e corporal, conforme o sexo da criança, e apresenta uma legenda da respectiva emoção. Nas cartas de intensidade está desenhado um termômetro com uma escala que vai de muito fraco até muito forte;
- d) **O que pensa da casa:** captação de respostas que ainda não haviam sido emitidas até o momento.

Logo após a aplicação do instrumento gerador do mapa afetivo, foi aplicado um roteiro de entrevista complementar, para possibilitar a avaliação da convivência no espaço da casa e com as pessoas (Apêndice A), ampliando as informações que foram obtidas através do mapa afetivo. O roteiro de entrevista complementar ao mapa afetivo foi composto de 20 perguntas

relacionadas ao ambiente doméstico e suas interações com as pessoas que convivem nesse espaço. Os principais temas abordados foram: os espaços da casa em que a participante mais gostava de ficar, com quem ela interagia, o que fazia; os espaços da casa que ela menos gostava, com quem ela interagia, o que fazia; principais atividades que realizava no ambiente doméstico, quem eram as pessoas que visitavam a casa, com que frequência e o que ela achava dessas pessoas e sua rotina nesse ambiente.

3.3.2 Ecomapa

O ecomapa (Anexo C), por sua vez, teve como objetivo representar de forma gráfica as relações sociais da participante, identificando as conexões estabelecidas entre ela e os indivíduos e grupos por ela citados durante a aplicação do instrumento, sendo possível identificar as pessoas, os microssistemas significativos e as características das relações estabelecidas. Segundo Nascimento, Ferreira, Rosa, Nascimento e Dell'Aglio (2017b), esse instrumento permite a interação ativa dos participantes envolvidos na construção das suas redes de apoio social e afetiva. Elas enfatizam, também, que o ecomapa é um instrumento que tem um caráter lúdico, facilitando a expressão de crianças e adolescentes em sua construção.

O ecomapa é uma representação gráfica das relações sociais de um indivíduo. Para isso é disponibilizado ao participante uma folha de papel, lápis e caneta. Pede-se que ele desenhe no meio da folha um círculo com o seu nome. O participante desenha, então, outros círculos em volta, mostrando suas principais relações. É importante salientar que essas relações não são necessariamente pessoas. Contextos importantes para o participante também podem ser representados. Em seguida, o participante representa graficamente quais tipos de conexões ele tem com cada pessoa ou contexto escolhido através do desenho de linhas: linhas contínuas e grossas representam ligações fortes; linhas pontilhadas, ligações mais fracas ou quase ausentes; e as linhas com barras representam ligações conflituosas ou estressantes.

Logo após a aplicação do ecomapa, foi aplicado um roteiro de entrevista para que a

participante explicasse a sua relação com pessoas e contextos utilizados para a elaboração do ecomapa, discorrendo sobre os membros da família, outras pessoas indicadas e ambientes mencionados (Apêndice B). Utilizou-se novamente o baralho de emoções, para auxiliar a participante a expressar seus sentimentos em relação às pessoas citadas por ela durante a elaboração do ecomapa.

3.3.3 Entrevistas

Para complementar as informações obtidas durante os três primeiros encontros, foram aplicados roteiros das entrevistas com a adolescente, com a mãe, e com os membros da família extensa, abordando a convivência da adolescente com a família.

A entrevista com a adolescente (Apêndice C) objetivou explorar um pouco mais alguns temas abordados durante a aplicação do mapa afetivo e do ecomapa. Os temas abordados foram: a escola que a adolescente frequentava, o que a adolescente costumava fazer aos finais de semana, o relacionamento dela com o pai e com a mãe e as viagens que ela costumava fazer com seus pais.

A entrevista com a mãe (Anexo D) foi originalmente elaborada para ser utilizada com os pais que participaram no projeto “Pelos caminhos da adoção”. Realizou-se uma adaptação adicionando algumas perguntas para explorar mais alguns temas abordados durante a aplicação do mapa afetivo e do ecomapa. A entrevista abordou aspectos sobre a sua família, sobre a relação familiar, sobre ela mesma e sobre a filha.

A entrevista com a família extensa (Apêndice D) abordou como a família avaliou o processo adotivo, como estava sendo a adaptação de Mariana, as mudanças que a família extensa observou na adolescente e em seus pais e sobre o lugar que a família extensa considerava que Mariana ocupava na família.

Para complementar algumas informações coletadas, foram utilizadas as entrevistas realizadas por Rebeca Bussinger com os pais de Mariana para o projeto “Pelos caminhos da

adoção” (Bussinger & Rosa, 2018).

3.4 Procedimentos de coletas de dados

A coleta de dados ocorreu entre agosto de 2018 e fevereiro de 2019. Foram realizados 6 encontros domiciliares.

O primeiro encontro destinou-se à apresentação da pesquisa para a participante e seus responsáveis e à aproximação da pesquisadora com esses indivíduos. O encontro durou cerca de uma hora e foi realizado na casa de Mariana, onde a pesquisadora encontrou-se com a adolescente e sua mãe Júlia, pois seu pai estava trabalhando. Inicialmente, realizou-se uma apresentação sobre a pesquisa, onde foi explicado quais eram os objetivos do estudo e como ocorreriam os encontros. Júlia e Mariana concordaram em participar da pesquisa e assinaram, respectivamente, o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice E) e o termo de assentimento livre e esclarecido (Apêndice F). Posteriormente, elas mostraram o condomínio onde moravam à pesquisadora. Ao final do encontro, foi realizada uma conversa inicial informal e Mariana contou o que gostava de fazer, qual era sua rotina e quais matérias da escola ela gostava.

O segundo encontro destinou-se à aplicação do instrumento gerador dos mapas afetivos e à realização da entrevista complementar do mapa afetivo, para avaliação da convivência de Mariana no espaço da casa e com as pessoas. Assim como o primeiro encontro, realizou-se na casa de Mariana e só a adolescente e sua mãe estavam em casa. A aplicação dos instrumentos teve duração de aproximadamente duas horas.

O início da aplicação do mapa afetivo consistia em solicitar que a participante desenhasse sua forma de ver, de representar ou de sentir a sua casa. Enquanto Mariana desenhava, ela começou a conversar com a pesquisadora. Foram vários os assuntos abordados por elas, como, por exemplo, se a adolescente gostava de desenhar, o que ela costumava fazer nas horas vagas, como foi sua chegada à casa e o motivo de ela ter ido para a instituição de

acolhimento. Após essa conversa, a aplicação do mapa afetivo foi completada.

Em seguida, foi aplicada a entrevista complementar para avaliação da convivência no espaço da casa e com as pessoas. O baralho das emoções foi disponibilizado para a participante durante a entrevista, para ajudá-la a acessar e expressar suas emoções. Solicitou-se a Mariana que entregasse à pesquisadora as cartas que representassem as emoções que associava com o desenho e que mostrasse na carta da intensidade o quanto forte era aquele sentimento. Solicitou-se, também, que a participante respondesse às perguntas sobre sua relação com o espaço doméstico e as pessoas que circulavam no ambiente. Observou-se que Mariana demonstrou ter gostado muito de se expressar por meio do baralho das emoções e que ela se expressou com abertura em todas as perguntas feitas, buscando responder ao que estava sendo questionado.

No terceiro encontro, foi aplicado o ecomapa e a entrevista complementar relacionada às pessoas que aparecem no ecomapa da criança. A aplicação teve duração de aproximadamente duas horas. Assim como nos encontros anteriores, apenas Mariana e Júlia se encontravam em casa. Foram realizadas duas representações gráficas, uma com a família biológica e os amigos e outra com a família atual.

O início da aplicação do ecomapa consistia em solicitar que a participante desenhasse um círculo no meio, representando-a, e círculos em volta, representando as suas principais relações. Logo depois, foi solicitado que ela representasse através de linhas quais eram os tipos de conexões com cada relação escolhida.

Logo após a montagem dos ecomapas, aplicou-se a entrevista complementar sobre as relações com as pessoas indicadas nas figuras. É importante ressaltar que a entrevista complementar constou de questões direcionadas a cada pessoa que apareceu no ecomapa. Mariana mostrou-se disposta a responder as perguntas e, como no segundo encontro, gostou de expressar através do baralho das emoções.

No quarto encontro, aplicou-se o roteiro de entrevista com a criança, com o objetivo de

complementar as informações obtidas durante os 3 primeiros encontros. Esse encontro durou cerca de uma hora. Foi utilizado novamente o baralho das emoções, para auxiliar a participante a expressar suas emoções.

No quinto e no sexto encontros foram aplicados o roteiro de entrevista com a mãe e o roteiro de entrevista com a família extensa. No quinto encontro a pesquisadora inicialmente foi à casa de Júlia para a aplicação do roteiro de entrevista com mãe. O pai de Mariana não foi entrevistado, pois não estava presente nos momentos dos encontros, por motivos profissionais. Logo depois, a entrevista foi realizada com a tia de Mariana com o roteiro de entrevista à família extensa. Esse encontro durou cerca de duas horas. No sexto encontro, a pesquisadora voltou à casa da tia de Mariana para a aplicação do roteiro de entrevista complementar. Esse encontro durou cerca de uma hora. A Tabela 1 mostra os temas, instrumentos, materiais lúdicos e participantes de cada encontro.

Tabela 1
Encontros com a família participante

| Encontro | Temas | Instrumentos de pesquisa | Material lúdico de apoio | Participante |
|----------|---|--|--|---------------|
| 1º | Apresentação e aproximação | - | - | Mãe e Mariana |
| 2º | Afetividade em relação a nova casa | Instrumento gerador do mapa afetivo e roteiro de entrevista complementar | Baralho das emoções, papel, lápis de cor, canetas. | Mariana |
| 3º | Vinculação e adaptação | Ecomapa e roteiro de entrevista complementar | Papel, lápis de cor, canetas, Baralho das emoções. | Mariana |
| 4º | Vinculação e adaptação, relação com a família | Roteiro de entrevista | Papel, lápis de cor, canetas, Baralho das emoções. | Mariana |
| 5º | Vinculação e adaptação, relação com a família | Roteiro de entrevista | - | Mãe |
| | Vinculação e adaptação, relação com a família extensa | | | Tia |
| 6º | Vinculação e adaptação, relação com a família extensa | Roteiro de entrevista | - | Prima |

3.5 Tratamento e análise dos dados

Inicialmente, as informações obtidas durante a coleta de dados foram organizadas e analisadas separadamente, gerando os resultados do mapa afetivo, dos ecomapas e das entrevistas. Posteriormente, os dados das entrevistas foram integrados uns aos outros, gerando uma análise final mais completa. Para complementar as informações coletadas, foram utilizadas também as entrevistas realizadas pela família no projeto “Pelos caminhos da adoção” (Bussinger & Rosa, 2018).

3.5.1 *Análise do mapa afetivo*

Segundo Bomfim (2010), a análise do instrumento gerador dos mapas afetivos é feita em duas etapas. A primeira etapa é a de codificação, em que o investigador faz a catalogação, transformando os dados brutos em dados úteis, analisando o desenho e explorando detalhes como a estrutura do desenho, seus elementos, seu significado, a perspectiva do participante e os sentimentos relacionados ao desenho.

A segunda etapa é a de categorização, que é a fase em que é gerado um quadro para visualização dos dados obtidos. O quadro é composto pela identificação do sujeito investigado, estrutura do desenho, significado do desenho para o respondente, qualidade relacionada à casa, sentimentos, metáfora e sentido.

Todas as interpretações do desenho são feitas pelo sujeito da pesquisa, na linguagem natural do entrevistado. As únicas interpretações feitas exclusivamente pelo pesquisador são a de “sentido”, que é uma interpretação do investigador à articulação de sentidos entre as metáforas e as outras dimensões atribuídas pelo participante, e a de “estrutura do desenho”, uma análise do desenho classificando-o em cognitivo ou metafórico. O desenho é classificado como cognitivo quando é a representação estrutural da casa; por outro lado, quando o desenho expressa, por analogia, um estado de ânimo ou um sentimento do respondente, ele é classificado

como metafórico.

3.5.2 Análise do Ecomapa

Segundo Nascimento et al (2017b), a análise do ecomapa é feita por meio da identificação do tamanho da rede social representada e da categorização dos vínculos apresentados. A interpretação do ecomapa de Mariana permitiu identificar como a adolescente avalia a força de sua relação com cada pessoa representada e os sentimentos associados a essas relações.

3.5.3 Análise das entrevistas

As entrevistas foram transcritas e analisadas a partir da análise temática de Braun e Clarke (2006). Segundo os autores, a análise de dados deve ser feita a partir de seis fases: familiarização com os dados; geração de códigos iniciais; busca de temas; revisão de temas; definição e nomeação dos temas e redação do relatório. A primeira fase corresponde à transcrição dos dados e a uma leitura repetida e ativa do dado, fazendo uma imersão nos dados e identificando padrões e significados. Na segunda fase, é gerada uma lista inicial de códigos e ideias a partir de uma codificação inicial dos dados. A terceira etapa corresponde a um agrupamento de códigos em temas e subtemas potenciais, reunindo todos os dados relevantes para cada tema potencial. A quarta etapa é uma revisão dos dados que foram codificados, avaliando se os dados são coerentes com cada tema, e se os temas possuem distinções claras entre eles. Na quinta etapa é realizado um refinamento de cada tema, gerando definições e nomeando claramente cada um. Por último, a sexta fase corresponde à redação de uma narrativa analítica sobre os dados.

Ressalta-se que, durante o tratamento dos dados, foram selecionados apenas os relatos considerados relevantes para o processo de adaptação da criança que estivessem relacionados ao objetivo do estudo de caso. Além disso, como se tratou de um estudo de caso realizado com

apenas uma família, teve-se o cuidado adicional de considerar apenas os fatos que não expusessem a adolescente, sua família ou que pudessem trazer algum prejuízo ao processo adotivo. Alguns autores discorrem sobre os cuidados que devem ser tomados pelo pesquisador, principalmente na pesquisa com crianças (Araujo et al, 2017; Kramer, 2002). As autoras afirmam que o pesquisador precisa ponderar o direito ao protagonismo da criança de ter seus relatos ouvidos e a necessidade de proteger a criança, especialmente em relação ao anonimato ou com a exposição de sua imagem. Em um contexto de violência, por exemplo, Kramer (2002) cita que a indignação do pesquisador não pode pôr a criança em situação de risco, mas, ao mesmo tempo, o pesquisador não pode simplesmente ignorar o que lhe é dito.

3.6 Aspectos éticos e papel do pesquisador

O projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Espírito Santo, sob o número 99839218.1.0000, e seguiu as diretrizes das resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que estabelece normas para pesquisa com seres humanos.

O presente estudo não apresentou riscos psicológicos e físicos consideráveis aos participantes. No entanto, considerou-se que seria possível que algumas questões relacionadas a experiências de vida poderiam desencadear sentimentos desagradáveis. Se isso ocorresse, seria realizado um intervalo ou a interrupção da aplicação do instrumento e a pesquisadora se colocaria à disposição para apoiar os participantes.

Além disso, caso fosse necessário, a adolescente ou seus familiares seriam encaminhados para realização de atendimento psicológico no Núcleo de Pesquisa Aplicada da Universidade Federal do Espírito Santo ou na unidade de Saúde mais próxima. Os benefícios da pesquisa estão relacionados a permitir à adolescente adotada um espaço de escuta para que ela pudesse se expressar acerca de sua adoção, suas interações com a nova família, sua nova casa e o processo de adaptação. O principal papel do pesquisador foi viabilizar um ambiente

psicologicamente seguro, para que os participantes pudessem se expressar livremente sobre suas vivências e histórias de vida.

3.7 Devolutiva

Após a análise dos dados e a apresentação dos resultados à Banca, está prevista uma devolutiva dos resultados aos participantes. Para isso, será realizado um encontro com a participante e sua família para apresentação dos resultados, com o objetivo de contribuir com o processo de adaptação e adoção. Nesse momento será priorizado um espaço de diálogo sobre o significado da pesquisa, suas implicações na vida dos participantes e sua importância acadêmica.

4 Resultados

A família participante desta pesquisa é formada por Mariana, Júlia e João. Mariana, quando entrevistada, possuía treze anos. Ela foi adotada aos dez anos por Júlia e João, que eram casados há vinte e três anos e não possuíam filhos biológicos. Júlia e João exerciam trabalho como autônomos e possuíam, respectivamente, quarenta e nove e quarenta e oito anos. Para complementar as informações dadas por Mariana, foram realizadas entrevistas com sua mãe Júlia, uma tia e uma prima. A tia possuía quarenta anos quando entrevistada e trabalhava como enfermeira. A prima possuía dezessete anos na época da entrevista e era estudante.

Os resultados serão apresentados da seguinte forma: inicialmente será apresentada a história de Mariana, relatando as vivências da adolescente anteriores à adoção e o processo adotivo e mostrando como se deu a habilitação e o processo adotivo sob a perspectiva de Júlia e João. Logo após, serão apresentados a relação da adolescente com a casa, os resultados da aplicação do mapa afetivo e do roteiro de entrevista complementar, e os resultados do ecomapa. Posteriormente, serão apresentados os resultados relativos à família biológica, à avaliação da participante sobre a nova família, como ela se autoavalia e as mudanças na rotina desde a adoção. Por fim, serão apresentadas a avaliação da família extensa sobre a adoção e a avaliação de Mariana sobre a família extensa.

4.1 A história de Mariana

A seguir será apresentada a história de Mariana anterior à adoção, que resultou no acolhimento institucional dela e de suas irmãs. As informações descritas foram obtidas nas entrevistas com a adolescente, partindo assim de seu ponto de vista sobre os acontecimentos ou do que foi relatado a ela por outras pessoas.

Segundo Mariana, a adolescente viveu com sua mãe biológica e suas três irmãs no porão da casa de sua avó, até os cinco anos de idade. O evento que desencadeou o acolhimento, de

acordo com a adolescente, foi um passeio de bicicleta que fez, quando tinha cinco anos, com sua irmã mais nova. Durante o passeio, as crianças caíram e se machucaram. Por esse motivo, Mariana recebeu uma punição física severa por parte de sua mãe. Ao chegar na escola dias depois, membros da escola a questionaram sobre o motivo das marcas que trazia no corpo. Após muita insistência, a criança acabou relatando que ficava às vezes presa com os irmãos no porão da casa, que sofria agressões constantes por parte da mãe biológica e que esta fazia uso abusivo de álcool e outras drogas. Diante do relato de Mariana, a escola acionou o Conselho Tutelar, que foi até a casa da família e, constatando maus tratos, retirou as crianças da casa. Mariana e suas irmãs foram levadas para a instituição de acolhimento.

Na instituição de acolhimento, Mariana morava com suas três irmãs e outras oito meninas de todas as idades. As moradoras da instituição saíam quando eram adotadas, reintegradas à família de origem ou quando completavam dezoito anos e eram encaminhadas para uma república. Após cerca de dois anos na instituição, Mariana começou a receber pretendentes querendo adotá-la. Contudo, assim como sua irmã mais velha, a adolescente mantinha como perspectiva ser reinserida na família biológica. A participante permaneceu acolhida até os dez anos, quando foi adotada por Júlia e João.

Mariana, após a adoção, ainda mantinha contato com as três irmãs. As duas mais novas foram adotadas por uma mesma família e moravam perto de sua casa. As famílias adotivas de Mariana e de suas irmãs mais novas programavam encontros periódicos para que elas pudessem manter contato. Esses encontros normalmente ocorriam no parque, no shopping ou em alguma lanchonete. A irmã mais velha, por sua vez, ainda se encontrava na instituição de acolhimento. A irmã já havia visitado Mariana algumas vezes em sua casa e a adolescente também já havia visitado a irmã na instituição de acolhimento.

De acordo com a adolescente, no momento das entrevistas, sua mãe biológica vivia com seu atual namorado e seu filho mais novo, fruto desse relacionamento, e, segundo relatos de

outras pessoas, ela ainda fazia uso de substâncias lícitas e ilícitas. A participante relatou que tinha o conhecimento de quatro irmãos por parte da mãe biológica, mas acreditava ter outros por parte de pai. Em relação ao seu pai biológico, Mariana afirmou que o conheceu, mas que não gostava muito dele.

4.2 O processo adotivo

Segue a descrição a respeito do processo adotivo. As informações foram obtidas em entrevista realizada com a mãe para esta pesquisa e em trechos de entrevista com o pai e com a mãe, obtidos anteriormente no projeto “Pelos caminhos da adoção”.

João e Júlia iniciaram o processo adotivo após dezoito anos de casados, ele aos quarenta e quatro anos e ela com quarenta e cinco anos na época. Ambos afirmaram que a possibilidade de adotar era algo natural para eles, pois os dois possuíam familiares que haviam sido adotados. João comentou, inclusive, que sempre pensou em adotar, pois acreditava que essa era uma forma de retribuição pela adoção que havia ocorrido em sua família. O casal adiou a possibilidade de ter filhos durante um tempo por causa dos estudos de Júlia e porque consideravam que financeiramente não seria viável. Quando eles resolveram que estava na hora de ter filhos, realizaram exames e constatou-se que a única possibilidade de eles terem filhos biológicos seria por fertilização *in vitro*.

A vontade de adotar surgiu após conhecerem uma menina que era neta de uma amiga de Júlia. Segundo João, ela possuía seis anos na época e estava sem contato com a mãe e com pouco apoio da família biológica. Eles começaram a conviver com a menina, levando-a para passear e passar os finais de semana em sua casa. Pensando na possibilidade de adotá-la, procuraram assessoria jurídica e foram informados de que precisariam ser habilitados e entrar na fila de adoção. Enquanto o processo de habilitação estava em andamento, a mãe da menina voltou a se relacionar com ela. Contudo permaneceram com o desejo de adotar uma criança.

Segundo Júlia, a decisão pela adoção e a entrada no processo adotivo são um grande

desafio, pois são marcados por incertezas. O processo de habilitação ocorreu em menos de um ano. A princípio, o perfil de criança desejado pelo casal seria uma criança do sexo feminino, com idade entre quatro e oito anos, saudável, de etnia branca ou parda. No entanto, após refletirem durante o curso de habilitação, João e Júlia alteraram esse perfil, preferindo uma criança maior que nove anos, por acreditarem que uma criança mais velha participaria das atividades e do meio social que o casal já possuía, fazendo companhia e partilhando da vida com eles com mais independência. Além disso, o casal chegou à conclusão que adotar uma criança maior possibilitaria uma adoção mais rápida. Logo após a habilitação, ocorreu uma tentativa de adoção de uma menina de doze anos, mas a experiência não deu certo, pois, segundo João, a menina ainda não estava preparada para ser adotada devido ao histórico de maus tratos, que não havia sido superado até então.

Júlia ressaltou que a espera por uma adoção gera expectativa e ansiedade, que podem ser comparadas a uma tentativa de engravidar. Quando questionada sobre o que adotar significava para Júlia, ela afirmou que significava “amar sem cobrar”.

Depois dessa tentativa, em menos de um mês, Júlia e João receberam a ligação da Vara de Infância e Juventude perguntando se eles gostariam de conhecer Mariana, que na época estava com dez anos. Eles aceitaram e foram conhecer a criança. O período que passavam juntos foi aumentando gradualmente. Inicialmente a levavam para passar a tarde com eles, depois para passar uma noite, um final de semana, até que a levaram para passar as férias juntos.

O estágio de convivência durou cerca de dois meses e foi considerado curto pelos pais, pois logo depois eles obtiveram a guarda provisória de Mariana. João comentou que no início era frustrante ter de levar Mariana de volta à instituição de acolhimento. O tempo transcorrido entre a habilitação do casal e a obtenção da guarda provisória foi de cerca de sete meses. Por isso, o processo de adoção de Mariana foi considerado rápido e sem dificuldades. Ainda, Júlia ressalta que não foram informados devidamente acerca de em que momento precisariam pedir

a guarda definitiva de Mariana.

Segundo o casal, a chegada de Mariana foi considerada tranquila. A aproximação foi acontecendo aos poucos, buscando sempre mostrar a ela o entusiasmo e o interesse que eles tinham por ela. Júlia afirmou ser sincera e procurar fazer o possível para atender aos anseios e às necessidades da filha.

Durante os seis primeiros meses de adoção, Mariana possuía uma cuidadora que ficava com ela enquanto os pais trabalhavam. Na época da adoção, João era administrador e Júlia era auxiliar administrativo, ambos trabalhando com carteira assinada. Contudo, após a adoção, os dois trocaram de profissão e atualmente trabalham como autônomos. Júlia e João afirmaram que a mudança de trabalho permitiu ficar mais tempo em casa e ter uma relação mais próxima com Mariana, por possuírem um horário mais flexível de trabalho. Hoje em dia a menina já fica sozinha em casa quando é preciso.

A guarda definitiva foi obtida cerca de um ano depois de Mariana ir morar com a família. Os pais consideraram que a guarda gera uma sensação de estabilidade e segurança por saber que deu tudo certo, mas que não é o papel que determina o sentimento de ser mãe, ser pai ou ser filho.

Sobre a relação de Mariana com os pais após a concretização da adoção, considerou-se que eram próximos. Realizavam atividades juntos em vários momentos: por exemplo, costumavam ir ao *shopping*, ver novela, visitar amigos e familiares e viajar. Destaca-se, contudo, que apesar de serem apresentados e considerados como mãe e pai, Mariana ainda não conseguia nomeá-los dessa forma, gerando um sentimento de frustração no casal. Júlia afirmou que não sabia se um dia Mariana irá chamá-los de mãe e pai, pois a menina conheceu os pais biológicos e, além disso, a mãe biológica de Mariana ainda estava muito presente em suas lembranças e idealizações. O casal ressaltou que Mariana sempre buscava lembrar alguma história do passado, especialmente quando reencontrava a irmã mais velha. Porém, Júlia

acreditava que Mariana estava começando a elaborar sua história. Ela considerava que a convivência com a irmã mais velha a desestabilizava; mesmo assim, eles mantinham o contato entre as duas. A convivência com as irmãs mais novas, por outro lado, era considerada benéfica.

Segundo Júlia, a filha era uma adolescente carinhosa, amorosa, transparente e animada, mas a imposição de regras e limites era um aspecto considerado de difícil aceitação por Mariana. A mãe observava essa dificuldade tanto em casa quanto na escola, atribuindo-a aos enfrentamentos vividos pela criança na sua história de vida. Entretanto, Júlia observou que aos poucos Mariana estava acatando suas ordens, deixando-a mais segura em relação ao reconhecimento de sua autoridade. As regras e os limites eram aplicados de comum acordo entre o casal. Eles enfatizaram a importância de propiciar um espaço para que a criança também tomasse decisões, e que desde que Mariana chegou eles buscaram respeitar os momentos em que ela precisava ficar sozinha. Júlia afirmou que no começo da convivência, a filha passava por momentos bons, em que estava mais carinhosa e comunicativa, e depois recuava, ficando mais isolada dos pais. Ela havia percebido a evolução de Mariana desde então, pois a adolescente havia amadurecido, confiava mais nos pais e estava mais sociável. Júlia e João procuraram ajuda profissional para orientá-los a lidar com os conflitos da filha. A mãe relatou que já estava percebendo mudanças na adolescente e que havia percebido melhoras no relacionamento após o início do acompanhamento psicológico. Afirmou que, no momento, Mariana estava em uma fase tranquila, tendo um bom relacionamento com os pais. Em relação a mudanças no casal devido à adoção, Júlia afirmou que o casal passou a ser mais cauteloso, pois eles “agora possuíam uma criança que dependia deles”.

Logo após a adoção, Mariana permaneceu na escola em que estava até o término do ano letivo. Posteriormente, eles mudaram a participante de escola para que ela pudesse estudar mais próximo de sua residência. Júlia avaliou que existia uma defasagem no desenvolvimento de Mariana devido ao período anterior à adoção, que aparecia também nas dificuldades que ela

apresentava na escola. Ela avaliou que, na instituição de acolhimento, a criança fica restrita ao convívio com os educadores e as outras crianças que estão abrigadas junto com ela, dificultando o entendimento de aspectos fora daquele convívio. Na época das entrevistas, Júlia conseguia identificar que Mariana estava cada vez mais entusiasmada para estudar e conhecer o mundo. Segundo os pais, Mariana possuía muitos amigos na escola, mas eles avaliavam que a adolescente confiava e investia demais nas novas amigas, e eventualmente se decepcionava com as amigas.

Em relação ao convívio da participante com família e amigos do casal, Júlia e João afirmaram que ela sempre participou dos encontros de suas famílias com muita alegria, mas quando os eventos envolviam os amigos do casal, ela preferia ficar em casa e quase não descia para fazer atividades no condomínio onde eles moravam. Passado um período da convivência, a participante aceitou ir a um churrasco dos amigos do casal e pôde conhecer uma menina que, a partir daí, se tornou sua amiga e Mariana passou a participar de todos os eventos similares.

4.3 Relação com a casa - mapa afetivo

O instrumento gerador do mapa afetivo foi aplicado durante o segundo encontro e teve duração de uma hora. Inicialmente, Mariana expressou na aplicação que não era “boa de desenho”, depois, contudo, quis mostrar para a pesquisadora os desenhos que tinha guardado, tendo relatado que era uma atividade que gostava. Foi solicitado que Mariana desenhasse a sua forma de perceber e sentir a sua casa. O espaço que Mariana escolheu desenhar, ao ser questionada, foi seu quarto. O desenho está apresentado na Figura 1 e a Tabela 2 mostram a análise do mapa afetivo de Mariana.

Figura 1
Desenho gerador do mapa afetivo



Tabela 2
Mapa afetivo de Mariana

| | |
|----------------------|--|
| Identificação | Sexo feminino. Treze anos. Fundamental incompleto |
| Estrutura | Metafórica: ênfase nos aspectos subjetivos – parte da casa no qual a adolescente se sente mais confortável, ela ouve música e, segundo relata, “não faz nada”. |
| Significado | “Tá eu escutando música dentro do meu quarto e fazendo nada, com essa roupa aqui” |
| Qualidade | “Alegria, porque quando eu tô no meu quarto tipo, escutando música, sem fazer nada e só pensando, eu me sinto mais feliz do que quando eu tô aqui” (na sala). |
| Sentimentos | Alegria, Amor, Medo, Raiva, Tristeza, Ansiedade, Culpa, Decepção, Desconfiança, Desespero, Esperança, Solidão, Saudades, Tranquilidade. |
| Metáfora | Sem resposta |
| Sentido | Dualidade de sentimentos: “É uma casa boa, confortável, eu me sinto bem aqui, mas eu não sinto cem por cento feliz” Alegria x “não sinto cem por cento feliz” |

O desenho que representa o mapa afetivo de Mariana, segundo análise proposta por Bomfim (2010), pode ser considerado um desenho do tipo metafórico com elemento estrutural, pois ela desenha o espaço físico do quarto (papel de parede, cama, rádio, mesa de cabeceira, porta do banheiro, quadros) e ela também desenha uma ação dentro do quarto que representa algo que ela gosta de fazer nesse ambiente e que mostra que é um espaço no qual se sente à vontade (ela “fazendo nada” e ouvindo música). Quando questionada sobre o significado do desenho, Mariana afirmou que ele a representava ouvindo música: “*Tá eu escutando música dentro do meu quarto e fazendo nada, com essa roupa aqui*”.

O mapa afetivo foi desenhado sob uma perspectiva reduzida, pois a participante escolheu uma parte de sua casa para fazer o desenho: o quarto. A participante relatou que seu quarto e seu banheiro eram os cômodos da casa que ela mais frequentava. Os elementos do

desenho foram do tipo metáforas pois ela desenhou, além da estrutura física do quarto, a ocupação do espaço, mostrando aspectos representativos e metafóricos. Ela atribuiu sentimentos de alegria e felicidade mais intensos quando estava dentro do quarto, comparativamente aos momentos em que estava no restante de sua casa.

A adolescente afirmou que o seu quarto era o lugar que ela mais gostava dentro da casa: *“Alegria, porque quando eu tô no meu quarto tipo, escutando música, sem fazer nada e só pensando, eu me sinto mais feliz”*. Ela considerou esse espaço um lugar seguro, onde ela poderia se expressar do jeito que ela quisesse: *“Porque quando eu tô nele, assim, eu me sinto..., sei lá... não tem quando você tá num lugar que você tem seus pensamentos livres, que você pode falar o que você quiser é só fechar a porta que ninguém vai escutar. Você pode pensar o que você quiser, pode fazer o que você quiser, às vezes. Tipo... é legal!”*.

Mariana afirmou que o lugar da casa que ela menos gostava era a sala, pois ela não se sentia confortável em expressar suas emoções, que, do seu ponto de vista, eram intensas e contraditórias: *“Porque quando eu tô aqui, eu não posso nem ficar séria demais. Porque eu sou muito “bipolar”¹. Uma hora eu tô rindo, uma hora eu tô chorando, uma hora eu tô triste, uma hora eu tô feliz...”*.

Pôde-se considerar que o signo emblemático no mapa afetivo de Mariana foi o desenho do papel de parede do quarto, pois esse era o único local da casa onde se encontrava aquele tipo de papel de parede e ela tentou representá-lo exatamente como era: *“tô tentando fazer o papel de parede do meu quarto”*.

Ao se referir sobre a casa, Mariana expressou os sentimentos que experimentava no ambiente *“É uma casa boa, confortável, eu me sinto bem aqui, mas eu não sinto cem por cento feliz”*. A participante afirmou que as atividades que mais gostava de fazer em casa eram desenhar, ouvir música e fazer faxina, ressaltando que preferia fazer essas atividades quando

¹ Ressalta-se que a palavra ‘bipolar’ foi utilizada apenas por ser uma transcrição literal da fala da adolescente. Não é diagnóstico.

estava sozinha em casa. Ela afirmou, por outro lado, que o que ela menos gostava de fazer em casa era chorar, pois se incomodava quando as pessoas faziam perguntas sobre o motivo pelo qual estava chorando: *“Porque todo mundo fica perguntando o que tá acontecendo, fala que eu posso confiar neles, que eu posso falar o que tá acontecendo pra eles. Eu sei que eu posso, mas na verdade eu não quero”*.

Mariana afirmou que a avó e as primas costumavam frequentar sua casa. Quando ela recebia a visita da sua avó, elas costumavam assistir televisão e conversar. Quando suas primas vinham visitar Mariana em sua casa, elas conversavam e desenhavam em seu quarto.

Da análise do mapa afetivo, pôde-se observar que a participante tinha um sentimento de pertencimento e segurança em relação ao seu quarto: *“Mas aqui eu tenho a minha própria cama. Lá no abrigo não tinha este negócio”*.

Foi solicitado que Mariana identificasse quais sentimentos ela tinha em relação ao desenho. Com intuito de ajudá-la a expressá-los, foi fornecido a ela o baralho das emoções. Mariana indicou que tinha quatorze sentimentos diferentes e contraditórios, com intensidades distintas, sobre o seu quarto. Ela relatou sentir medo, raiva, ansiedade, desconfiança, esperança e saudades com intensidade muito forte. Os sentimentos alegria, amor, tristeza e solidão foram apontados por ela como possuindo uma intensidade forte. Culpa, decepção, desespero, solidão e tranquilidade foram sentimentos que ela afirmou sentir com intensidade média. Pôde-se observar que Mariana relatou sentir uma grande variedade de sentimentos e emoções ambivalentes em relação à sua casa.

4.4 Ecomapa

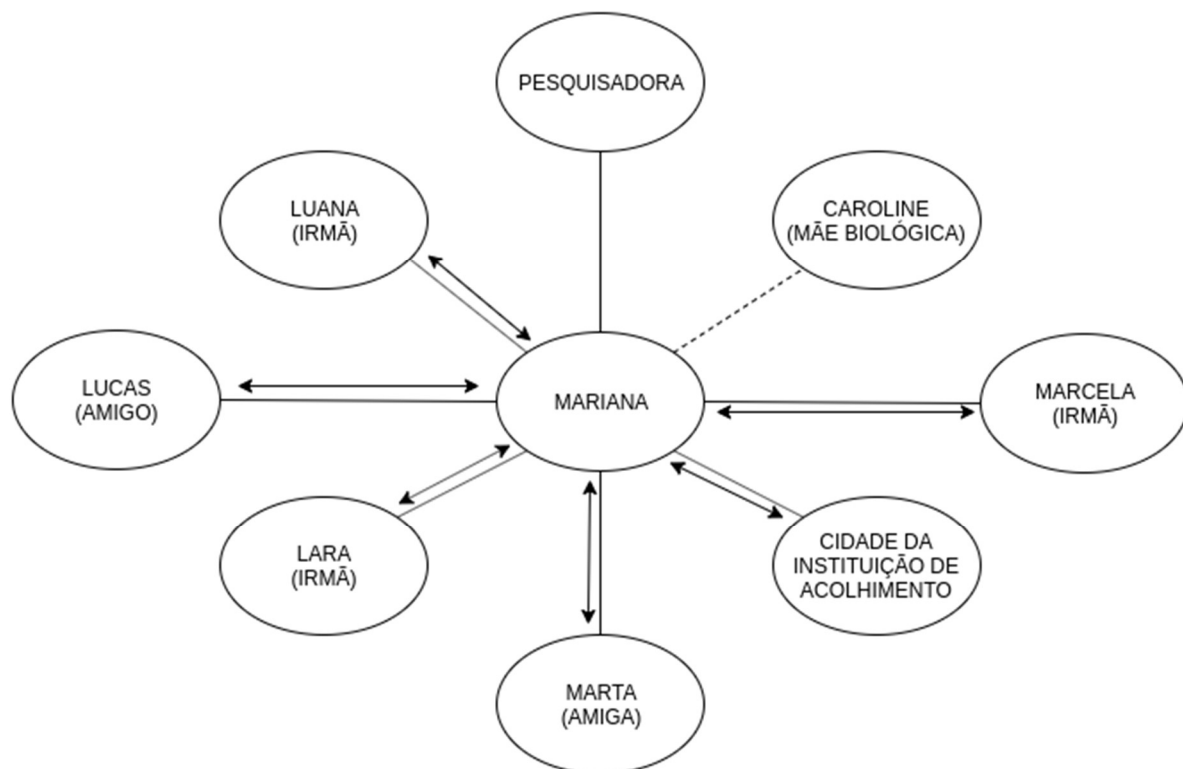
O ecomapa permite a representação gráfica das relações sociais de um indivíduo. Foram elaborados dois ecomapas durante o terceiro encontro. Em um primeiro momento, foi elaborado um ecomapa representando a sua família biológica e alguns amigos. Posteriormente, foi elaborado um segundo ecomapa incluindo os membros de sua família adotiva. Para preservar a

confidencialidade, foram utilizados nomes fictícios para as pessoas mencionadas por Mariana.

A seguir, podemos observar a representação gráfica do primeiro ecomapa na Figura 2:

Figura 2

Primeiro ecomapa de Mariana



Compreendiam as relações sociais de Mariana os seguintes personagens do primeiro ecomapa:

- a) **Cidade da instituição de acolhimento:** Mariana descreveu uma relação de afetividade próxima com a cidade em que se situava a instituição onde ela viveu por cerca de seis anos, cresceu e foi criada. A adolescente considerou que a instituição era um lugar de refúgio quando ela estava com problemas: *“Lá é a minha luz”*. Relatou que a cidade da instituição de acolhimento trazia tranquilidade, pois esse era um lugar familiar para ela, no qual ela conhecia todos e tudo ao seu redor, deixando mais calma: *“eu conheço quem tá a minha volta, assim, então é muito tranquilo”*. Mariana afirmou

que ela ficava ansiosa para ir à cidade da instituição de acolhimento, pois lá ela conhecia todo mundo.

b) **Marcela:** Mariana afirmou que tinha uma relação afetiva próxima com a irmã mais velha. Mariana afirmou que a irmã a apoiava e dava opiniões em suas decisões: *“ela sempre me apoia, ela que me fala se eu devo ou não devo, e ela sempre fala o que eu realmente quero”*. Disse que sua relação com a irmã era muito boa, pois, além de ser sua irmã, ela era *“parceira, amiga, palhaça”*. Quando as irmãs moravam juntas na instituição de acolhimento e tinham um convívio mais frequente, elas costumavam fazer tudo juntas: surfavam, faziam natação e levavam as suas irmãs mais novas para a escola. Elas conversavam sobre tudo, mas principalmente sobre namoro e sobre a mãe biológica. A participante disse que gostava de ter a irmã por perto nos momentos em que ela estava feliz. Contudo, ela não gostava de ficar perto da irmã quando se sentia triste ou com TPM. Afinal, quando Mariana se sentia triste, a irmã também ficava triste e a participante não gostava de ver a irmã assim. Por outro lado, quando a adolescente ficava de TPM, ela considerava que *“arrumava confusão”* e a irmã acabava batendo nela: *“Toda vez que eu tô triste e ela vê que eu tô triste, assim, ela vem me perguntar, ela fica triste junto comigo”*.

c) **Marta:** Mariana conheceu a amiga na escola e estabeleceu uma relação forte com ela. A adolescente relatou que a considerava como uma irmã, mas elas nem sempre foram amigas. A princípio, elas não gostaram uma da outra, mas aos poucos foram se conhecendo e tornaram-se grandes amigas. A adolescente afirmou que a amiga a acalmava e trazia tranquilidade. A participante explicou que não conseguia ficar longe da amiga por muito tempo, porque ela conseguia fazê-la rir a qualquer hora, tornando tudo melhor: *“quando eu tô perto dela assim e ela quer conversar comigo ou eu quero conversar com ela, se for uma coisa ruim, ela transforma em uma coisa boa. Se for*

coisa boa, ela transforma em coisa melhor ainda". Mariana explica que elas viviam "grudadas" uma com a outra. Mariana preferiu ficar longe quando a amiga estava de TPM: "Num tem aquela pessoa que você ama, só que tem situação que tem vontade de esganar?" A adolescente relatou que não conseguia ficar muito tempo longe da amiga. Disse que a Marta às vezes causava confusão, brigava com todo mundo e não a escutava quando tentava ajudar. Mariana considerou que a amiga era uma pessoa "muito boa" e estava sempre ao lado dela nas diversas horas e, por isso, avaliava que teria um bom dia na escola: "Parece que a gente tá perto da outra no momento certo, então para mim é esperança de chegar na escola e ter um dia bom, é por causa dela". Mariana considerava a amiga como uma irmã e gostaria de tê-la sempre por perto: "quando eu tô feliz, quando eu tô alegre, quando eu num tô, quando eu tô de TPM". Afirmou que gostava de conversar com a amiga quando estava feliz ou animada, pois: "Sempre que acontece alguma coisa sempre eu vou correndo contar pra ela". De acordo com a adolescente, elas costumavam "brincar, chorar" e fazer os trabalhos de escola juntas. Normalmente as amigas se encontravam na escola, porém Marta já esteve na casa da participante para fazer um trabalho da escola. Mariana, contudo, relatou que não gostava de tê-la por perto quando ela estava com raiva.

d) **Lara:** Mariana considerou ter uma relação forte com a irmã mais nova. Segundo a participante, a irmã era a alegria de todas as irmãs, a "mais palhaça". Mariana afirmou que a amava muito e que se sentia tranquila e mais feliz quando estava perto dela.

e) **Caroline:** Mariana indicou uma relação fraca e distante com a mãe biológica, não tendo nenhum contato nos últimos anos. A adolescente afirmou que não via a mãe biológica há cerca de oito anos. Relatou sentir-se triste pelo fato de sua mãe biológica ainda fazer uso do álcool e do cigarro: "Então eu sinto um pouco triste por causa disso. Eu não consegui fazer com ela o que eu queria, que era tirar ela do álcool e do cigarro

conversando”. A adolescente ressaltou que sentia um amor muito forte pela mãe biológica, pois ela era a sua mãe, mesmo estando longe: *“porque ela é a minha mãe apesar de tudo, ela é mãe né, e eu amo muito ela”*. Disse ainda ter esperanças de que um dia a mãe biológica largasse o cigarro e o álcool e começasse a acreditar em Deus, de modo que ela conseguisse ter a própria casa e não dependesse do aluguel social para se manter: *“Parar com esses negócio de aluguel social, ficar morando na casa de uns e de outros. Eu tinha a esperança de que algum dia eu possa ver mãe e sentir orgulho de tá vendo ela”*. Mariana afirmou que antigamente ela tinha esperanças de voltar a morar com a mãe, mas, atualmente, restou apenas a saudade que ela sentia. Relatou que já se decepcionou muito com a mãe biológica, pois ela e as irmãs sofriam agressões físicas, que, de acordo com ela, tinham relação com o uso do cigarro e do álcool. Mariana relatou que caso ela estivesse perto da mãe biológica e soubesse como a mãe biológica está, ficaria mais tranquila e alegre: *“Porque tando perto dela, eu ia ver de frente, com os meus próprios olhos, como ela taria. Se ela tava bem, se ela tava mal, se ela não tava nada”*. Mariana tinha sentimentos conflituosos em relação à família biológica. Considerava que, por ter informado à escola as ocorrências da família, era responsável pelo acolhimento dela e das irmãs. Disse que se sentia culpada também por não ter impedido suas irmãs mais novas de terem sido adotadas, o que, no seu entendimento, causou depressão em sua mãe: *“porque eu me sinto culpada por minhas irmãs se separarem da minha mãe e de mim [...]. E me sinto um pouco culpada também da minha mãe entrar em depressão porque eu deixei: as minhas irmãs foram adotadas e ela ficou sabendo”*.

f) **Luana:** Mariana descreveu uma relação muito forte com a irmã do meio. Relatou ter orgulho dela, pois apesar de todas as dificuldades que elas passaram, a irmã tornou-se uma menina esperta, alegre, inteligente e educada: *“Porque mesmo com este*

problema todo de família [...] eu tenho muito orgulho da pessoa que ela é hoje. É uma menina esperta, alegre, inteligente, educada". Luana conseguia passar alegria e esperança de vida para Mariana, mesmo nos momentos ruins: *"Vendo ela tão alegre como ela é, mesmo quando eu tô com problemas, eu consigo..., ela consegue passar a alegria e a esperança de vida que ela tem pra mim"*. A adolescente afirmou que a amava muito e sentia muita saudade e vontade de tê-la por perto, sentindo-se muito ansiosa quando elas marcavam um encontro. E se sentia tranquila quando estava perto dela, pois assim a adolescente conseguia observar tudo que estava acontecendo na vida dela: *"É forte, porque quando eu tô perto dela assim, eu consigo observar de perto tudo o que está acontecendo com ela, eu fico mais tranquila"*. Ela afirmou que se sentia culpada por considerar que separou a irmã de sua mãe biológica, mas esse sentimento diminuiu ao longo do tempo, pois a adolescente observou que a irmã estava feliz na sua família adotiva e percebeu que essa foi a melhor coisa que poderia ter acontecido: *"Toda vez que eu vou na casa delas, eu vejo que elas tão felizes com a família dela. Então eu acho que foi bom eu ter feito isso. Por que, pelo menos agora eu posso ver elas feliz, toda vez que eu vejo elas, e não apanhando e chorando, como a minha mãe fazia."* Considerava que tinha uma boa relação com a irmã e, quando elas estavam juntas, elas conversavam, liam livros e brincavam. Geralmente, elas se encontravam na casa de sua irmã algumas vezes por ano. No entanto, a adolescente relatou que ela gostaria de tê-la por perto em todas as horas possíveis.

g) **Lucas:** Mariana conheceu o amigo há cerca de um ano, com quem considerou ter uma relação afetivamente forte. A adolescente afirmou que eles só se viam de vez em quando, mas ela gostaria de tê-lo sempre por perto, gostava muito dele e o considerava uma pessoa muito alegre. A participante relatou gostar de conversar com ele quando estava feliz ou animada: *"eu gosto muito dele, eu gosto de compartilhar*

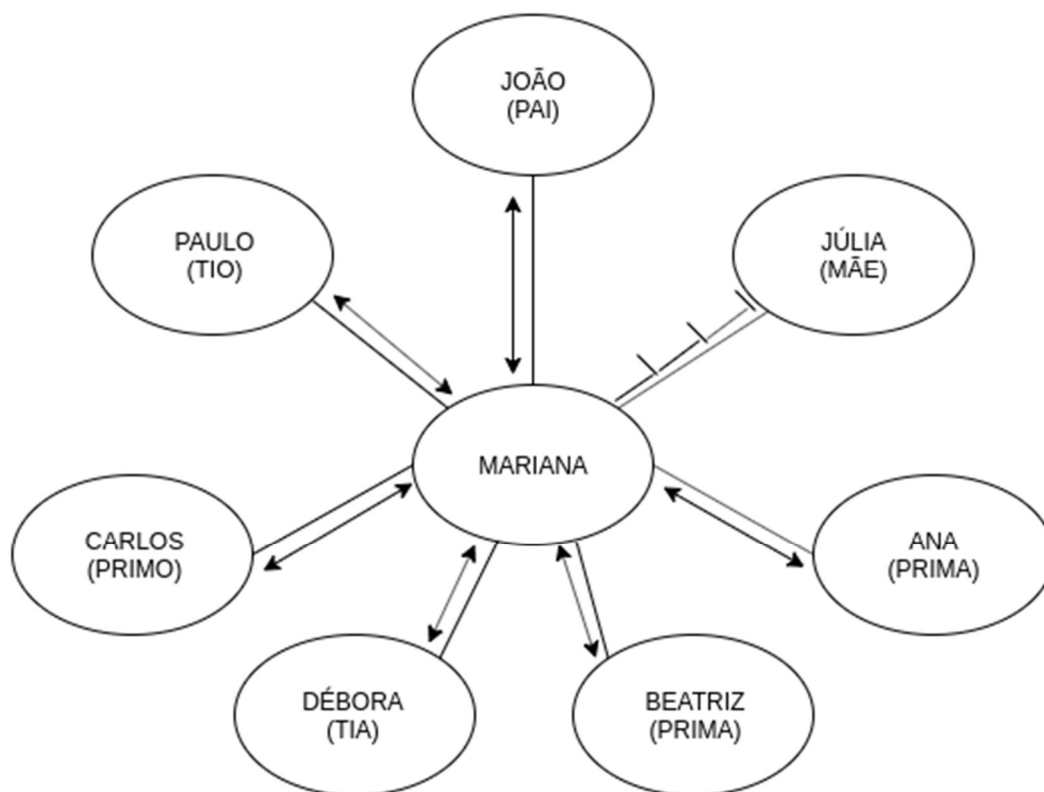
algumas coisas com ele”. Mariana identificava-se com o amigo e sentia-se tranquila quando estava perto dele: *“A gente é parecido! Ele é doido... meio doidinho... quando ele tá com os amigos dele... e eu também! Ele é um pouco tímido, e eu também. Ele é moreno, e eu também! Ele é magrelo, e eu era... um pouco”*.

h) **Pesquisadora²**: Embora Mariana tenha conhecido a pesquisadora há pouco tempo, considerou que com ela estabeleceu uma relação forte. Relatou sentir-se ansiosa à espera das visitas: *“Em alguns dias da semana assim, a esperança de ter uma noite boa, é por causa de tu!”* Mariana afirmou que ficava contando os dias para que ela voltasse e isso gerava saudades. Ela trazia um sentimento de tranquilidade para a adolescente. Mariana afirmou se sentir alegre em poder conversar com alguém sobre o que ela sentia: *“Porque, contando os meus sentimentos para você, desabafando, essas coisas assim, eu sinto mais, livre! Eu sinto alegria. Sei lá, você me traz alegria”*. Afirmou conseguir conversar com a pesquisadora sobre assuntos que ela não conseguia contar para outras pessoas: *“Eu consigo contar coisa pra você que eu não consigo contar pra mais ninguém.”*

Podemos observar a representação gráfica do segundo ecomapa na Figura 3:

² Embora tenha sido instruído a Mariana que escolhesse pessoas significativas em sua vida para a produção do ecomapa, a participante escolheu espontaneamente representar a pesquisadora no seu ecomapa. É provável que essa decisão tenha sido motivada pela consideração que ela própria fez de que conversou com a pesquisadora assuntos que ainda não tinha contado para outras pessoas. Optou-se por respeitar a inclusão que a adolescente fez na descrição dos resultados.

Figura 3
Segundo ecomapa de Mariana



Compreendam as relações sociais de Mariana os seguintes personagens do segundo ecomapa:

- a) **Júlia:** Mariana afirmou que a relação com a mãe era afetiva, mas conflituosa. A adolescente relatou que possuía um sentimento de solidão em relação à mãe devido ao fato de não ter ainda a confiança de compartilhar com ela as coisas que aconteciam. A adolescente afirmou sentir desconfiança, pois também acreditava que a mãe não confiava nela: *“Eu desconfio que ela não confia em mim cem por cento”*. Mariana explicou um episódio que trazia conflito entre as duas, disse que a mãe tinha o costume de abrir a porta gritando para acordá-la pela manhã: *“Porque ela grita... ela entra batendo a porta, manda eu acordar, falando que já é nove horas... teve uma vez que ela*

me acordou as sete horas da manhã e ela falou que já era dez horas. [...] Eu fico de mau humor quando eu acordo gritando assim... quando me acorda gritando”. Mariana disse que ficava triste por acreditar que a mãe não confiava nela: *“Pelo fato dela não confiar cem por cento em mim, eu fico triste por saber que mesmo eu contando o que está acontecendo comigo pra ela, ela não vai acreditar cem por cento. Então eu fico triste.”* Disse que se sentia cansada quando conversava com mãe, já que ela tentava explicar várias vezes e a mãe não entendia: *“Porque ela me cansa quando eu vou falar alguma coisa pra ela, aí ela não entende. Aí eu explico trezentas mil vezes e ela não entende, e aí eu acabo cansando. Eu me canso. Às vezes...”* Entre as atividades que faziam juntas, Mariana e a mãe costumavam ver televisão e ir ao shopping.

b) **João:** Mariana descreveu ter uma relação afetiva com o pai. Explicou, contudo, que não conseguia ainda se sentir *“cem por cento feliz”* com a família adotiva.

c) **Ana:** Mariana estabeleceu uma relação forte com a prima. Elas se conheciam desde que a participante foi adotada e se viam cerca de uma vez ao mês. Mariana afirmou sentir-se tranquila quando estava perto da prima e por considerar que a prima era uma pessoa tranquila. Disse que quando a prima vinha visitá-la, elas se divertiam. Nessas visitas, elas conversavam e iam à piscina: *“Porque quando ela vem aqui, a gente se diverte um pouco. Porque eu quase não saio de casa. Na verdade, eu não saio de casa. Eu saio mais quando ela vem aqui, a gente vai na piscina, a gente conversa, coloca os assuntos em dia...”* Afirmou que não gostava quando a prima pegava seu celular e mandava mensagens para outras pessoas como se fosse Mariana: *“Quando ela vem aqui e ela pega o meu celular e fica mandando mensagem para o pessoal no Facebook, aí eu sinto um pouco de raiva dela.”* Afirmou sentir saudades das implicâncias da prima e relatou gostar de tê-la por perto quando estava animada, mas que não gostava de tê-la por perto quando estava querendo *“ficar na dela”*.

- d) **Beatriz:** Mariana conheceu esta prima há cerca de um ano e costumava vê-la em finais de semana esporádicos. A participante estabeleceu uma relação forte com ela. Afirmou sentir saudades de Beatriz por gostar muito da prima e não gostar de ficar muito tempo longe dela. Contudo, Mariana não gostava quando a prima se apropriava das coisas dela e isso gerava um sentimento de raiva: *“toda vez que ela vem aqui ela fica mexendo nas minhas coisas”*. Mariana considerava Beatriz uma pessoa tranquila, que a acalmava. Quando estavam juntas, elas conversavam e faziam *“baladinhas”* no quarto de Mariana. Ela não gostava de tê-la por perto quando estava muito calma e com sono.
- e) **Débora:** Mariana conheceu a tia desde a adoção e costumava vê-la com frequência, e com ela estabeleceu uma relação forte. A adolescente afirmou que possuía liberdade para contar as coisas para tia e por isso a considerava como se fosse uma melhor amiga, conversando sobre *“crush”*, escola e trabalho: *“Porque ela é minha tia de coração e eu consigo, sei lá, contar algumas coisas para ela. Ela consegue contar algumas coisas pra mim. A gente é tipo BFF!”* Afirmou que gostava de ter a tia por perto quando estava com fome, mas não gostava de tê-la por perto quando estava com raiva. Ressaltou que sentia amor e alegria para se referir a ela, porque ela foi a única pessoa que a tratou com naturalidade desde o primeiro dia, já a considerando como sobrinha: *“Porque desde que eu cheguei aqui, desde a primeira vez que ela me viu, ela... Ela foi a única pessoa que chegou em mim, tipo, conversando, fazendo palhaçada, assim, me exigindo chamar ela de titia. Eu gosto muito dela. Eu gosto de tá perto dela”*.
- f) **Carlos:** Mariana conhecia o primo havia quase dois anos, e com ele estabeleceu uma relação boa. A participante gostava muito de ter o primo por perto, principalmente quando estava com fome, pois ele costumava dar doces para ela. Ela o considerava uma pessoa *“boba”* e não gostava de tê-lo por perto quando estava triste. Eles costumavam conversar e jogar bola quando estavam juntos.

g) **Paulo:** Mariana indicou ter uma relação boa e alegre com o tio. A participante afirmou que sentia raiva porque o tio ficava dando apelidos para ela: *“Porque toda a vez que eu vou na casa dele, ele fica me chamando de intelejumenta”*. No entanto, relatou também que sentia alegria por considerar que ele era um amigo e porque eles se divertiam muito juntos. Eles se conheciam desde sua adoção e costumavam conversar sobre as primas, receitas e futebol. Ela frequentava a casa dele constantemente, gostava de ter o tio por perto quando estava com fome e ou dormindo: *“Porque quando eu estou dormindo é mais fácil de aturar, né? E quando eu tô com fome ele sempre me faz um lanchinho”*. No entanto, a adolescente afirmava não gostar de tê-lo por perto quando estava tranquila, pois ele implicava muito com ela.

4.5 Resultado das entrevistas

4.5.1 Família biológica

Embora Mariana tenha ido para a instituição de acolhimento com cinco anos e tenha sido adotada aos dez anos, em vários momentos das entrevistas verificou-se que a mãe biológica ainda estava presente em sua vida por meio das lembranças e da idealização. Ela sonhava frequentemente com sua mãe biológica, e se incomodava em não saber onde ela estaria e o que estaria fazendo. A adolescente afirmava, também, que se incomodava por não saber se sua mãe biológica ainda se lembrava dela: *“Tipo... a maior..., tem vez que eu não consigo dormir porque eu fico pensando na minha mãe, tipo, o incômodo que ela tá, se ela está bem, se ela ainda lembra de mim”*.

Em vários relatos, foi possível perceber a desproteção de Mariana e de suas irmãs no ambiente familiar de origem, e que a criança assumia um papel de cuidado com a mãe e as irmãs que não seria o esperado para sua idade na época. A adolescente expressou que possuía um sentimento de culpa e se responsabilizava por ter separado suas irmãs de sua mãe biológica:

“... eu me sinto culpada por ter separada as minhas irmãs da minha mãe. Aí eu tenho medo da minha mãe sentir raiva de mim por causa disto. Aí tem vez que eu nem consigo dormir porque eu fico pensando nela, assim... eu penso nas minhas irmãs.” Ela acreditava que sua mãe biológica não conseguia avaliar as implicações de suas agressões e explicou que não gostava de ver as irmãs apanhando e que às vezes se colocava no lugar delas: *“[...] quando ela ia bater na minha irmã mais velha... Eu não gostava que ela batia nas minhas irmãs. Aí eu apanhava por elas.”*

Mariana também explicou que, junto com as suas irmãs, tentou fazer com que sua mãe interrompesse o uso de entorpecentes, afirmando ter um sentimento de decepção por não ter conseguido: *“E eu sinto muita decepção por ela porque mesmo ela vendo que eu e minhas irmãs sempre sem noção do que a gente tava fazendo, a gente sempre quis ajudar ela... ela sabia, mas não queria enxergar. Então eu me decepcionei muito com minha mãe. Por este e outros motivos.”*

Mariana possuía três irmãs biológicas, com quem conviviam regularmente. A irmã mais velha ainda vivia na instituição de acolhimento e as irmãs mais novas foram adotadas por um mesmo casal e moravam perto dela. A participante justificava que a sua irmã mais velha permanecia na instituição de acolhimento pelo fato de acreditar que um dia elas voltariam a morar com sua mãe biológica: *“É, minha irmã biológica. Ela... sei lá, eu admiro bastante ela, porque ela continua lá porque a gente tinha um sonho de voltar a morar com a nossa mãe biológica [...] só que a minha irmã ainda tem, ela acha que um dia ela vai conseguir mudar a minha mãe, vai conseguir fazer a minha mãe largar o álcool e essas coisas assim. Aí ela continuou lá...”*

De acordo com Mariana, atualmente havia uma tentativa de reinserção familiar de sua irmã mais velha. A notícia de que isso poderia acontecer gerou em Mariana um sentimento de tranquilidade e uma vontade de reencontrar sua mãe biológica: *“E depois que eu recebi a notícia*

que a minha irmã estava indo visitar ela, eu fiquei mais tranquila. Só que nem tanto, porque eu quero ver ela.” Quando questionada pela pesquisadora sobre o que significava para ela esse reencontro, Mariana afirmou que era no sentido de visitá-la: *“Eu já perdi um pouco a esperança de morar com ela, eu agora o que eu mais quero é ver”, “[...] eu não tenho mais aquela vontade que eu tinha de quando eu era criança... eu sou criança... quando eu era pequenininha...”*. A participante afirmou que se um dia reencontrasse sua mãe biológica, provavelmente ela não a reconheceria, já que ela cresceu e ficou diferente da menina que foi um dia.

Apesar de Mariana ter sido adotada há mais de dois anos, podia-se observar que ela ainda possuía um sentimento de pertencimento à instituição de acolhimento onde viveu até ter sido adotada. Esse pertencimento podia ser atribuído ao fato de que foi na instituição de acolhimento que ela e suas irmãs biológicas viveram durante parte de sua infância, bem como ao fato de que sua irmã mais velha ainda se encontrava no local. Mariana relatou que estava acostumada a viver rodeada por pessoas amigas na instituição de acolhimento, e havia sempre alguém disponível para brincar e conversar a qualquer momento com ela: *“E lá eu tinha gente 24 horas para brincar com a gente e fazer qualquer coisa comigo”*.

Após a adoção, Mariana e a irmã mais velha continuaram se encontrando regularmente em sua casa ou na instituição: *“Ela veio aqui e aí a gente foi no shopping ver um filme e tomar um sorvete”, “Sim, foi no aniversário de quinze anos dela”, “Aí na festa da minha irmã eu fui com o cabelo assim. Aí ninguém me reconheceu”*. A participante afirmou que sentia a necessidade de compartilhar suas dificuldades com sua irmã mais velha e, por isso, possui certa dificuldade em realizá-las sozinha: *“[...] apesar de ter algum tempo que eu não tô mais com a minha irmã, eu ainda tenho uma coisa dentro de mim que eu sou acostumada a fazer tudo junto com ela, e agora eu tenho que me acostumar a fazer coisas sem ela. É um pouco estranho viajar sem a minha irmã. Mas é, mas é tipo... é legal, mas poderia ser mais legal se a minha irmã estivesse comigo. Eu me divirto. Eu tento me divertir o máximo possível...”*

Mariana avaliou que ela e sua irmã mais velha, com o tempo, estariam realizando atividades cada dia mais distintas e isso gerava um sentimento de medo pela possibilidade de que elas se afastassem: *“É porque é que eu percebi que o tempo passa rápido. Alguns dias atrás a gente tinha cinco, seis anos. Agora ela já tem quinze. Eu vou fazer quatorze. Passa rápido o tempo. Às vezes eu tenho um certo medo, porque a minha irmã, ela... quando ela crescer ela pretende viajar o mundo também. Então às vezes eu tenho medo de quando a gente virar adulta, mulheres, se a gente vai se separar. Porque a gente já vem se separando a algum tempo. Tá indo cada uma pra um canto. Então eu tenho medo disto acontecer. De algum dia ela for pra um canto, eu for pra outro, e a gente se ver uma vez na vida e outra na morte.”*

Em relação à adoção das irmãs mais novas, Mariana relatou que sempre interferiu quando possíveis pretendentes apareciam para adotá-las, exigindo que ela fosse até a casa deles para constatar que suas irmãs seriam bem cuidadas. No entanto, isso não ocorreu quando o casal que adotou as suas irmãs mais novas apareceu: *“Mas toda a vez que aparecia alguém, eu falava que se eu não fosse na casa da pessoa e ficasse lá com eles sem elas e depois com elas para ver como que era o dia deles, assim, elas não iam! Ia fazer barraco mesmo! Elas não iam... se eu não conhecesse. Só que dessa vez, assim, eu não fiz nada, porque, eu sei lá! Quando eles apareceram, eu... eles não tinham cara de pessoas ruins, os pais delas”*. Mariana pensou que nunca mais iria encontrar as suas irmãs após a adoção, mas, para sua surpresa, hoje elas moram perto da sua casa e convivem regularmente: *“Até eu falo que é destino, distinto, eu sei lá como fala... porque eu achei que nunca mais ia vê elas, e elas são minhas vizinhas de quarteirão!”*

O dia que suas irmãs mais novas foram adotadas foi considerado por Mariana um dia muito triste e cheio de incertezas, pois considerava que era sua responsabilidade cuidar delas: *“As outras duas, no dia em que elas foram sair da casa eu praticamente quase morri. Fiquei falando que eu nunca mais ia ver elas, que não era justo a gente se separar, porque quando a gente se separou da nossa mãe eu prometi para mim mesma que eu ia cuidar delas até quando*

fosse possível. Eu não sabia nem o que eu estava falando...”.

A adoção de suas irmãs mais novas foi considerada por Mariana um acontecimento fundamental na vida de suas irmãs. Porém, ela expressou que se sentia culpada, pois soube que sua mãe biológica entrou em depressão pelo fato de a adoção ter ocorrido: *“Foi melhor para elas terem sido adotadas. Mas, mesmo assim, eu não queria que a minha mãe sofresse por causa disso”, “E me sinto um pouco culpada também da minha mãe entrar em depressão porque eu deixei, as minhas irmãs foram adotadas e ela ficou sabendo”.*

O fato de suas irmãs mais novas chamarem sua mãe adotiva de “mãe” gerava um desconforto em Mariana, pois ela afirmava que não compreendia o fato de suas irmãs conseguirem facilmente chamar outra pessoa de mãe, tendo conhecimento de que possuíam uma mãe biológica: *“É um pouco estranho. Tipo chamar outra pessoa de mãe, sabendo que você tem uma mãe.”* A adolescente revelou que sentia vontade de intervir, porém também considerava que não seria justo magoar suas irmãs mais novas por causa de sua mãe biológica, porque elas foram afastadas precocemente e, por isso, não a conheceram: *“É, tipo assim, quando eu vejo elas chamando a mãe adotiva delas de mãe, me dá vontade de falar que ela não é a mãe das meninas! Só que aí eu fico pensando, se eu falar isso, eu vou magoar minhas irmãs. As minhas irmãs não merecem ser magoadas por uma pessoa que elas nem conhecem! Não é justo com elas”.*

Os pais adotivos de Mariana e das suas irmãs mais novas promoviam encontros regulares para que as irmãs pudessem se encontrar. Normalmente, esses encontros ocorriam em parques e shoppings perto de onde eles moravam. Mariana afirmou também que conversava com suas irmãs regularmente pelo telefone e pelo aplicativo de mensagens WhatsApp: *“Por pura coincidência, elas moram ali do outro lado do parque da cidade! [...]. Ah, de vez em quando, quando tem um motivo bom [...]. É! Uma vez ou outra a gente faz vídeo chamada pelo WhatsApp, assim”.*

4.5.2 *Nova família*

4.5.2.1 *Avaliação de Mariana sobre a nova família*

Nos relatos sobre a relação com a nova família, Mariana expressou que a interação entre ela e os pais tinha momentos positivos e momentos mais conflituosos. Os relatos indicaram que, na avaliação da adolescente, houve uma mudança na relação dos anos iniciais, quando ela ainda era uma criança de dez anos, para o momento de realização das entrevistas, no qual ela já tinha treze anos. A adolescente explicou essas mudanças dizendo que, no começo da convivência, a aproximação entre ela e os pais era maior, eles conversavam mais, se divertiam mais e a adolescente e seus pais não se irritavam tanto quanto atualmente: *“No início foi bem mais legal, eu me sentia bem melhor do que me sinto agora”*. A adolescente também avaliou que houve mudanças na relação com a família extensa, mas não soube explicar, relatou ter sentido uma piora na relação: *“Agora, tipo assim, sei lá... tá estranho, tá diferente”*.

Destaca-se que Mariana ainda não conseguia chamar seus pais adotivos de “mãe” e de “pai”. Ela relatou considerar estranho chamá-los assim sabendo que já possuía um pai e uma mãe biológicos. No entanto, verificou-se que em alguns momentos da entrevista, a adolescente se referiu aos pais como mãe e pai: *“Meu pai mudou de celular e não conseguiu passar de um celular para o outro”*, *“Hoje a gente foi na praia. Eu, ela, minhas outras duas primas, minha mãe, minha tia”*.

Ao avaliar as características dos pais, Mariana indicou aspectos que ela gostava e aspectos que, na sua avaliação, geravam conflito e dificultavam sua aproximação. Afirmou que gostava muito que os pais fossem *“assim meio doidinho”*. A adolescente afirmou que considerava o pai um homem transparente e sincero: *“Mas ele é sincero com as coisas em relação ao que ele pensa... Tem gente que olha, aí não gosta e fica falando mal. Ele não. Ele fala que não gosta, e fala que não gostou e fala porque não gostou. Mais ou menos isso. Ele é*

sincero". Além disso, a adolescente considerava que o pai era uma pessoa legal e gostava da alegria dele: *"tem dia que a gente está ou contando piada pro outro ou rindo de piada nada a ver. É legal. Eu gosto. Eu gosto dele. Ele é gente boa"*. No entanto, ela considerou que se incomodava com a monitoria do pai sobre ela: *"Só que às vezes ele é um chato... Porque ele pega muito no meu pé"*. Ressentia-se, também, porque o pai sempre apoiava sua mãe nas discussões entre as duas: *"ele sempre escuta o lado dela"*; e citou que em alguns momentos ocorriam desentendimentos entre os pais: *"Quando eles dois fica com raiva, eles fica pior que eu de TPM"*.

Na avaliação sobre a relação com a mãe, ficou evidenciado que, na perspectiva da participante, havia mais conflitos. Mariana citou que gostaria que ela fosse *"um pouco mais sincera e um pouco mais compreensiva [...] Tentar entender um pouco mais o que eu penso"*. Mariana afirmou que conseguia conversar sobre alguns assuntos com a mãe: *"De vez em quando eu falo alguns assuntos de escola pra ela, assim"*. No entanto, a adolescente comentou que não conseguia conversar sobre todos os assuntos, e sentia dificuldade em falar sobre seus sentimentos e suas preocupações: *"Na verdade, eu não consigo me abrir pra ela [...] Falar minhas coisas pra ela, não consigo!"*. A menina justificou evitar tocar em alguns assuntos por ter medo que a mãe acabasse comentando com outras pessoas: *"está, sem querer, escapulindo, e falando para outras pessoas"*. Essa dificuldade em conversar sobre todos os assuntos com os pais gerava um sentimento negativo e Mariana incomodava-se em não conseguir ter um diálogo aberto com os pais: *"Mas eu não consigo conversar com eles. Eles sempre falam a mesma coisa: que é fase, que vai passar e nunca passa"*.

Quando foi questionada se identificava-se com os pais, Mariana respondeu que não, pois considerava que sua mãe era mais chata que ela e que a única semelhança com seu pai era que os dois, ela e ele, eram implicantes: *"ela é chata e eu não me acho assim, não! Eu me acho chata sim, mas não tanto! [...] E com ele, assim, não tem nada a ver! Só na implicância!"*.

Quanto às características que mais gostava, a adolescente citou características físicas, os olhos verdes e as mãos finas do pai e o cabelo fininho e os “bochechões” da mãe: *“O cabelo dela é fininho... é bom”*.

Entre os momentos positivos na sua convivência com a nova família, as viagens que realizavam juntos teve destaque. Mariana relatou que costumava viajar com os pais regularmente, sendo que a primeira viagem foi feita quando ela ainda estava em estágio de convivência: *“A gente foi pra... pro Rio de Janeiro uma vez, foi quando a gente estava se conhecendo ainda”*. Mariana afirmou gostar desses momentos, pois era uma oportunidade de conhecimento de novos lugares e culturas: *“Eu conheço lugares novos, eu conheço pessoas novas, vou conhecendo um pouco mais o Brasil... nossa! O Brasil!”*. A adolescente relatou que as viagens eram oportunidades de conhecimento de novas pessoas: *“A gente vai num lugar, e aí eu acabo descobrindo que eu tenho uma prima [...] Antes eu só tinha quatro irmãs, agora eu tenho mil primos”*. No entanto, embora a adolescente tenha admitido que se divertia durante as viagens, considerou que eram momentos em que também sentia falta da irmã biológica: *“É um pouco estranho viajar sem a minha irmã. Mas é! Mas é tipo... é legal, mas poderia ser mais legal se a minha irmã estivesse comigo. Eu me divirto. Eu tento me divertir o máximo possível.”*

Mariana relatou que a convivência com a sua irmã biológica mais velha acabou gerando transtornos em casa: *“Toda a vez que eu me encontro com a minha irmã, ou algo do meu passado, a gente sempre briga aqui em casa”*. A adolescente acreditava que isso decorria de alguma insegurança dos pais, mas afirmou que ela era a responsável por começar as brigas nessas situações: *“Eu que começo as brigas... [...] Parece que ela tem um certo ciúme das pessoas do meu passado, ou um certo medo de eu descobrir alguma coisa que ela sabe e eu não sei [...] que me encontrar com a minha irmã não me faz bem”*.

No entanto, a adolescente entendia que ainda estava em processo de adaptação e considerou que o processo devia ser difícil para os pais, assim como era para ela: *“Tem gente*

que fala que eu estou aprendendo a ser filha e ela está aprendendo a ser mãe. Eu concordo com isso. Eu cheguei vai fazer três anos. Então pra ela deve estar sendo difícil também, e pra mim também está sendo difícil. Só que tá faltando ela começar a pensar um pouco mais nisso também”.

Nas últimas visitas realizadas, verificou-se que, após um conflito mais sério com a nova família, Mariana iniciou um acompanhamento psicológico. A adolescente afirmou que estava tentando elaborar que ela poderia ter outra mãe e outro pai sem precisar substituir a família biológica: *“Mas é pra isso também que eu tô fazendo o psicólogo pra mim entender e separar um pouco mais as coisas. Tipo, entender que eu tenho o meu pai e minha mãe, mas também posso ter outro pai e outra mãe. Mas é estranho”*. A adolescente relatou que o acompanhamento psicológico estava ajudando a refletir sobre o seu passado e que estava gostando do processo: *“Vou me arrumar algumas coisas na minha cabeça, no meu passado, pra mim ficar tranquila. [...] falava pra mim voltar no tempo imaginando o que já aconteceu de ruim que eu queria que mudasse. É estranho [...] Aí tem como você criar na sua cabeça alguma coisa. É esquisito, mas é legal”*.

4.5.2.2 Autoavaliação

Foi perguntado à Mariana como ela avaliava suas próprias características. A adolescente considerou-se uma pessoa “legal”, disse que usava a sua facilidade para relacionar-se com outras pessoas, tentando aproximar as pessoas menos inseridas nos grupos de amigos e auxiliá-las na adaptação: *“eu acho que sou uma pessoa legal [...] Eu converso com as pessoas que não conhecem ninguém. Se fica uma pessoa isolada, aí eu faço amizade com aquela pessoa e faço de tudo para aquela pessoa se tornar uma pessoa popular”*. A adolescente relatou ser uma pessoa observadora e imaginativa: *“eu fico imaginando coisas que não existem. Porque no mundo que a gente vive hoje, é um mundo que as pessoas têm de pensar um pouco mais antes*

de agir”. Gostaria, no entanto, de ter um pouco mais de controle emocional, pois acreditava que isso a atrapalhava na relação com as outras pessoas: *“Eu me estresso muito fácil [...] eu queria ter um pouco mais de controle, e tipo, tentar me segurar um pouco mais da falança [...] Me atrapalha com a relação com as pessoas”*.

A adolescente afirmou ser impetuosa e isso fazia com que ela não recuasse diante de uma discussão, mesmo quando se tratava de uma pessoa mais velha: *“E eu sou do tipo que retruco tudo pra mim não interessa a idade, o que importa é o respeito [...] ele fala pra mim calar a boca porque ela é mais velho, que isso, que aquilo. Eu não calo! Apanho, mas não calo. Eu não abaixo a cabeça pra ninguém”*. Na sua avaliação, essa característica dificultava a convivência com os pais. Como exemplo, relatou que gerava discussões com a mãe, que, assim como a adolescente, também tinha uma postura forte: *“ela é muito mandona, ela sempre quer ter razão em tudo [...] ela sabe que eu tipo, apesar da pouca idade, eu não consigo escutar e não falar nada se eu não concordar”*. Todavia, reconhecia que eram pontos a melhorar em si mesma: *“eu sou muito abusada”*.

4.5.3 Mudanças na rotina desde a adoção

Vale destacar que a adolescente ainda comparava o ambiente da instituição de acolhimento, no qual convivia com suas irmãs e outras crianças diariamente, e o ambiente doméstico, em que convivia cotidianamente apenas com os pais, pois não havia outras crianças na casa. Mariana relatou que estava acostumada a viver rodeada por pessoas amigas na instituição de acolhimento, e no local havia sempre alguém disponível para brincar e conversar a qualquer momento com ela: *“E lá eu tinha gente 24 horas para brincar com a gente e fazer qualquer coisa comigo”*. Já na nova casa, a adolescente relatou que se sentia muito sozinha: *“sozinha aqui em casa, sem fazer nada. Minha vida é um tédio!”*

A participante comentou sentir falta da sua rotina antiga, pois eram dias cheios de atividades. Na nova casa, o tempo ficou mais livre, o que a deixou mais caseira e preguiçosa.

Na rotina atual, as atividades diárias eram menos lúdicas. Os fins de semana eram menos agitados e eram caseiros. Mariana explicou que às vezes ficava entediada com o ritmo em casa. As atividades complementares se tornaram mais caseiras, como, por exemplo, o desenho, que disse adorar; o crochê, ensinado pela mãe; e havia o desejo de aprender a fazer tricô. Utilizava o desenho como uma maneira de expressar pensamentos, lembranças e sonhos: *“colocar seu pensamento no papel. [...] quando eu sonho e não consigo lembrar o meu sonho, eu fico desenhando. E eu acabo desenhando a mesma coisa que eu sonhei”*. A adolescente afirmava que gostaria que seus pais tivessem mais um filho para lhe fazer companhia, mas que eles não se mostravam animados com a ideia: *“Eu fico pegando no pé deles direto para me darem um irmãozinho, só que eles não querem me dar um irmãozinho...”*

Apesar de se ressentir da solidão, a adolescente relatou que não participava das atividades disponíveis no condomínio, pois se sentia inibida por não conhecer as pessoas que moravam nele, apesar de ser incentivada para tal: *“Eu gostaria de fazer bastante coisa, mas eu não faço nada...”*, *“eu, já até pensei, mas eu não quero fazer sozinha”*, *“Todo mundo ali se conhece, mas eu não conheço ninguém”*. A adolescente explicou que tentou fazer aulas de *street jazz*, mas o curso foi descontinuado por ela ser a única aluna. No momento, ela estava na expectativa de participar de uma aula de *jazz funk* e pretendia começar a realizar alguma atividade com a prima que morava no mesmo condomínio: *“Eu estava conversando com minha prima que mora aqui embaixo para a gente começar a fazer academia juntas, coisa assim”*.

Mariana também percebeu diferença em relação às regras da família em comparação com as da instituição. Por exemplo, relatou que nas conversas sobre as suas amizades, Mariana percebia que Júlia e João possuíam uma preocupação com as suas relações de amizade e de namoro. Segundo Mariana, ela não estava acostumada com isso, pois na instituição não existia esse tipo de preocupação por parte dos educadores: *“Lá no abrigo não tinha este negócio de... ele não ficava se preocupando com namorado assim. É chato! Eu não estou acostumada com*

isso”.

Outra mudança que foi apontada pela participante e que resultou na necessidade de adaptação a um novo ambiente foi a mudança de escola. Mariana relatou possuir lembranças muito boas de sua escola antiga: *“Eu conhecia a escola inteira! Procê ver! Eu conhecia todo mundo! Eu era amiga de todo mundo! E eu gostava de todo mundo! Ai eu tive que sair de lá. Tipo, eu tinha amigos naquela escola...”* Após a adoção, a adolescente permaneceu na escola até o final do ano letivo. No entanto, posteriormente, ela passou a estudar em uma escola perto de sua casa. A participante afirmou que não gostaria de ter trocado, pois ainda não conseguia identificar-se com a escola nova: *“Ai eu troquei de escola [...]. Tipo, todo mundo é falso na escola, e é chata!”*, *“eu tenho até amigos naquela escola, mas, tipo, é só amigos mesmo! Eu tô aqui a quase três anos, lá eu fiquei por seis anos.”*

Além disso, Mariana relatou sentir falta de estudar na mesma escola que sua irmã mais velha: *“desde pequenininha assim, eu sempre fui pra escola com a minha irmã. [...] eu estranhei ir pra escola sozinha. Tipo, o pessoal implicava comigo, a minha irmã já partia pra cima”*. Ela relatou que gostaria de voltar para a antiga escola, porém reconheceu que sua locomoção seria mais demorada e mais onerosa e que seus pais não poderiam arcar com esses custos. Destacase, contudo, que no último encontro realizado na pesquisa, a adolescente fez um relato diferente, disse ter-se tornado uma pessoa popular na escola: *“Porque eu sou popular. Então... eu sou! Conheço a escola toda! Todo mundo me conhece, e tanto, sei lá!”*

4.5.4 Família extensa

4.5.4.1 Avaliação da família extensa sobre a adoção

Foram entrevistadas a tia de Mariana e a prima, que moravam no mesmo condomínio que a família e conviviam com Mariana frequentemente, para avaliar a percepção delas a

respeito da adoção e da convivência de Mariana com os familiares. A tia e a prima de Mariana relataram que Júlia e João contaram para a família que estavam pensando na possibilidade de adotar uma criança durante uma das visitas à casa da mãe de João, que aconteciam regularmente: *“Eu fiquei sabendo... depois, porque foi numa festa de família pelo que tô... eu acho. Foi alguma coisa assim...”*, *“Eles falaram que tinham essa possibilidade, né... que tavam querendo, procurando, de adotar...”*. As participantes afirmaram que elas tiveram uma pequena resistência, avaliada pelo fato de a adoção ser de uma criança mais velha, mas que logo depois gostaram da ideia.

Uma das participantes avaliou que a adoção de crianças mais velhas pode ser mais difícil quando comparado com uma criança menor, pelo fato de a criança maior já ter uma convivência anterior com outra família e possuir o que ela descreveu como “cabeça já formada”, referindo-se ao fato de a criança ter outras vivências e hábitos: *“Eu achei legal. Só que no início eu fiquei meio assim, porque eles queriam adotar uma criança maior, tipo não neném. Eu acho meio complicado [...]. Porque dependendo, a criança já tem uma cabeça formada, sabe? Igual ela, ela já conhece a família dela e ela gosta muito da família dela, ela gosta da mãe dela... aí, conviver com isso é meio complicado.”*

No entanto, a outra participante afirmou que o fato de Júlia e João terem optado por adotar uma criança maior foi um gesto altruísta por parte deles: *“Não, não teve esse problema, não. Eu achei muito bonito, até o que eles fizeram por ser mais velha, entendeu? Mas não teve problema nenhum [...] é o que eles falaram: ‘a gente estamos precisando de alguém como uma companhia, a gente precisa, né?’ E a gente não tem tempo para se dedicar integralmente uma menor, né? E a Mariana é, por ser maior, e ela se dá muito bem, da idade das primas, né?”*

Júlia e João levaram Mariana para a casa de seus familiares desde o começo de sua convivência com ela. A tia e a prima conheceram Mariana em um evento na casa da avó paterna: *“A Mariana foi, não lembro se foi no aniversário da minha mãe ou se foi no Natal lá na casa*

da minha mãe... que ela foi, acho que foi isso mesmo... Foi assim, foi na casa da minha mãe eu lembro que ela foi, [...] eles ainda não tinham adotado [...] Mas ela sempre estava presente na família, a família está sempre se unindo se reunido. Então, tá sempre presente.”

Uma das participantes relatou que no início de sua convivência, ela e a avó paterna de Mariana não confiavam nela, pois achavam que ela aparentava ter mais idade do que alegava e que tinha comportamentos infantis exacerbados, que eram considerados intencionais: *“Porque a gente também não sentia... ela também não sentia muita verdade na Mariana... Pelo fato dela ser.... Já ter treze anos tem muita... ela sempre foi muito grande e a gente achou que ela tinha mais que treze anos, essas coisas... que ela fingia muita infantilidade, entendeu?”*. A desconfiança foi se extinguindo à medida que elas foram convivendo, e ela foi percebendo que esses comportamentos faziam parte da personalidade de Mariana: *“Aí eu comecei a ter mais confiança e ver que ela sempre ficava do mesmo jeito não era... não tava fazendo teatro, porque tem uma hora que a pessoa cansa. Ela sempre ficava do mesmo jeito.”*

A convivência de Mariana com sua família extensa foi considerada boa: *“Tranquilo [...] Trata todo mundo muito bem. As meninas vivem aqui [...] a gente vai brincar, elas vivem na piscina. Ela se dá bem com todo mundo.”* Ambas as participantes afirmaram que a convivência com Mariana hoje em dia é muito melhor quando comparada com a convivência com Mariana nos períodos iniciais dentro da família, pois Mariana se adaptou à família e vice-versa. O fato de Mariana ser mais velha foi considerado um dificultador na convivência com a família extensa, tendo sido justificado por ela já possuir hábitos e pensamentos diferentes da sua família adotiva: *“O fato de ela ser mais velha[...]. Ela já tinha uma... ela já tinha as ideias dela... não é igual a gente que tem as mesmas manias, entendeu? Que vai crescendo que já tem... faz as mesmas coisas, pensa assim as mesmas coisas... ela era diferente, parecia que tava meio deslocada, entendeu?”*. Contudo, considerou-se que houve uma adaptação recíproca com a convivência: *“Hoje é muito melhor porque ela acabou se adaptando. Porque chega, tudo é*

novidade também para ela. Então hoje é bem, tranquilo, muito bom.”

Quando questionadas sobre o que contribuiu para a convivência de Mariana com a família extensa, a tia e a prima responderam que o próprio convívio com a Mariana contribuiu, eles foram se conhecendo e se acostumando: *“Não sei. Acho que fui aceitando. No início é difícil, você estranha... uma pessoa do nada, assim, mas... eu só fui aceitando, a gente foi convivendo, ela foi me contando as coisas, ela foi confiando em mim assim...”*, *“Ahan, eu, é acostumar um com outro. Não tem, porque ela é uma menina boa de lidar, ela é muito tranquila. Tem aquelas ‘birrazinhas’, mas depois passa, né? Coisa de adolescente.”*

Quando foi perguntado qual lugar Mariana ocupava na família, a prima e a tia responderam que ela ocupava o lugar de um parente normal, de sobrinha e de prima, com as mesmas relações e obrigações de qualquer outro membro da família: *“De prima. Para mim prima. Eu já tipo vou falar com as pessoas, eu já falo minha prima”*, *“Lugar de sobrinha. Sobrinha ela e... eu até falo, para mim é como se fosse minha sobrinha de sangue mesmo... igual a minha outra, porque antes eu só tinha uma, né? E é a mesma coisa, tratamento é igual.”* Contudo, a entrevistada afirmou perceber até hoje que a avó paterna de Mariana a nomeava ainda como “neta do coração”, da mesma forma como denomina os enteados de sua outra filha: *“É porque, igual... teve uma vez que... [...] eles são filhos do marido da minha tia[.]. Aí fala que os netos dela são Mônica, Ana, e José e os de coração são Mariana e a Beatriz e Carlos... a Mariana, ela tem o nome, é nossa prima, entendeu? Mas ela não sabe diferenciar. Mas para mim não, a Mariana é minha prima.”*

Quando questionado quem elas consideravam a familiar mais próxima de Mariana, a prima entrevistada foi considerada o membro da família de que Mariana é mais próxima. Elas possuíam um convívio muito frequente dentro do condomínio: *“Muito próxima, elas se veem praticamente todo dia, todo dia [...] Elas descem e as duas vão passear [...] Elas descem, elas conversam, elas brincam, pinta unha [..]. Não, no máximo é no shopping mesmo, mas não, não*

saem não.... Mas não, sai só quando está com a família mesmo... e lá embaixo, né, que elas descem lá para baixo, né? Agora, tem pouco tempo que começou a ficar descendo depois das férias, né?”

Avaliando as relações de Mariana com a nova família e as mudanças após a adoção, ambas afirmaram que após a adoção de Mariana, Júlia se aproximou e se tornou uma pessoa mais carinhosa e amável com os membros da família extensa: *“Hoje a gente percebe que é mais amorosa”, “ela tá mais próxima agora, mais carinhosa”*.

Uma das participantes afirmou que João se tornou mais responsável e compreensivo depois da adoção de Mariana: *“Mudou, mudou; muda, né? Muda a responsabilidade [...]. Acho que mais maleável, mais compreensivo, porque hoje tem um filho, né? E tudo muda, né?”*. Em relação a mudanças nas características de Mariana, ambas afirmaram que no início, a menina era mais agitada e fechada, mas, com o tempo, ela foi ficando mais calma e sincera: *“Ela era agitada, muito agitada [...]. Ela passou a ser mais assim, sincera com todo mundo, falava o que ela achava e mais calma.”*, *“Muito, a Mariana mudou muito. Ela era muito mais fechada. Hoje não, ela é tranquila, ela chega ela conversa.”*

Apesar de a relação entre Mariana e Júlia ser considerada boa, com trocas de carinho e conversas, uma das participantes apontou para o fato de que Mariana ainda possuía uma ligação muito forte e presente com sua mãe biológica, revivida com a convivência com a irmã mais velha que, na avaliação da prima, dificultava a relação de Mariana com a nova família, especialmente com a mãe.

A tia e prima ressaltaram que a irmã mais velha de Mariana não apoiava a adoção da irmã. Afirmaram que na maior parte das vezes em que a adolescente encontrou a irmã, Mariana apresentou alguns comportamentos agressivos, se esquivando de se relacionar com os membros da família: *“A irmã dela não apoia que ela tá aqui, por isso que toda vez que ela vê irmã dela, ela volta... até comigo ela volta diferente, estranha, entendeu? Ela volta nervosa. Aí com o*

tempo que ela vai ficando sem ver a irmã dela, ela vai ficando calma, normal com a gente, trata a gente bem[...]”.

Uma das participantes relatou que Mariana passou a fazer um acompanhamento psicológico devido a uma briga que ela teve com a sua mãe, porém ela atribuía briga a tudo que Mariana viveu em sua vida: *“Eu acho que isso que aconteceu foi juntando, chegou uma hora ela explodiu. É difícil treze anos e passar por tudo que ela passou e você ser adotada. Igual eu não gostava dela no início entendeu como que, ela se sentia mal por isso ela tem que conquistar a família dessa forma eu acho que é difícil.”*

4.5.4.2 Avaliação de Mariana sobre a família extensa

Ao avaliar sua relação com a família extensa, Mariana considerou que tinha um bom relacionamento e se sentia bem tratada por todos desde o começo: *“Quando eu conheci a família dele e dela, tipo todo mundo me tratou cem por cento bem. Me senti na paz mesmo.”*

Mariana, diferente da avaliação em relação à proximidade maior com a prima, disse que se sentia mais próxima à sua tia paterna, a considerando, na família, a melhor amiga. Explicou que com ela tinha liberdade de conversar coisas que não conseguia falar nem para a sua mãe. A adolescente também gostava muito do tio e explicou que, apesar de não contar os segredos para ele, quando ele os descobria conseguia mantê-los em sigilo: *“Aí eu não contei nada mas ele ficou sabendo mesmo assim. [...] Eu fiquei foi com medo dele contar pros meus pais”.* A adolescente afirmou ser próxima da prima, e que as duas passavam bons momentos juntas: *“a gente ficou bem próxima uma da outra, assim... É até legal [...] No dia de semana, assim, de vez em quando eu saio para passear com o cachorro dela, junto com ela. No fim de semana de vez em quando eu passo a tarde lá, ela passa a tarde aqui.”*

Mariana afirmou que gostava de passar os finais de semana na companhia das primas: *“É legal! Hoje a gente foi na praia. [...] Eu, ela, minhas outras duas primas, minha mãe, minha*

tia. A gente foi na praia, a gente passou a tarde na praia.[...] Faz tempo que eu não vou na praia”. Contudo, nesse relato, novamente se referiu à irmã, dizendo que os passeios à praia a faziam se recordar do passado, quando costumava surfar com sua irmã mais velha: “Antes, quando eu era mais nova – dez anos – tipo com dez anos, eu ia muito na praia, eu era surfista. Aí tipo, uma vez ou outra quando eu vou na praia, eu meio que lembro destes tempos que eu ainda pegava onda[...]Eu gosto de onda. Eu, tipo, me sinto livre. Eu volto no passado.”

5 Discussão

Por meio da análise do mapa afetivo, dos ecomapas e das entrevistas, foi possível identificar alguns fatores que podem ser considerados dificultadores e facilitadores do convívio de Mariana com sua nova família e do seu processo de adaptação. Para facilitar o entendimento do leitor, a discussão está organizada considerando as relações de Mariana com as relações indicadas nos instrumentos, a saber: família biológica, instituição de acolhimento, ambiente doméstico, nova família, família extensa e amigos.

5.1 Família biológica

A criança adotada traz consigo uma história de vida, da qual sua família biológica faz parte (Rossato & Falcke, 2017). O início da convivência entre a criança e sua nova família pode ser conturbado, gerando nos pais um receio relativo a se ocorrerá o estabelecimento de vínculos (Vanalli & Santana, 2008). Segundo Silva (2009), é necessário fornecer meios para auxiliar a criança a elaborar suas vivências anteriores de modo a propiciar um ambiente adequado para o estabelecimento de vínculos com a nova família e com a rede de apoio.

Observou-se que Mariana ainda possuía sua mãe biológica muito presente em suas lembranças e idealizações, afirmando que apesar de tudo o que havia acontecido, ela ainda sentia falta da presença materna em sua vida e se preocupava em não saber o que ocorria com a mãe biológica. Ademais, observou-se que a participante ainda possuía sentimentos conflitantes em relação à mãe biológica, ora a eximindo de ter consciência das consequências de suas agressões, ora afirmando que provavelmente seria novamente um alvo de violência doméstica caso a reencontrasse. Esse resultado é coerente com a análise do estudo de Alvarenga e Bittencourt (2013), em que as autoras citam que algumas crianças institucionalizadas possuem sentimentos ambivalentes, idealizando a família biológica, mas, ao mesmo tempo, desejando ser adotadas. A presença de sentimentos ambivalentes pode ser considerada uma etapa esperada do processo de adaptação.

Em vários momentos durante a aplicação dos instrumentos, Mariana relatou sentir-se triste ao relembrar de sua família biológica, especialmente quando estava vivenciando momentos felizes com a sua família adotiva. A adolescente expressou ainda não conseguir se sentir “*cem por cento feliz*” com sua nova família. Esses relatos puderam ser observados no mapa afetivo, no ecomapa e nas entrevistas. Como exemplo, Mariana afirmou que se divertia muito nas viagens com a família, mas relatou que sentia falta da irmã em alguns momentos e imaginava como seria se a irmã a estivesse acompanhando na viagem, já que elas costumavam fazer todas as atividades juntas antes da adoção. Esse sentimento de saudade é descrito por Alexandre e Vieira (2004), que relatam que crianças institucionalizadas sentem saudades dos irmãos de quem foram separados e dos amigos que fizeram na instituição, quando estes foram adotados ou reintegrados à família de origem. A lembrança da família biológica e de irmãos que foram separados também foi observada por Lauz e Borges (2013), em um contexto de estudo sobre crianças acolhidas institucionalmente.

O fato de a adolescente relatar que não conseguia se sentir completamente feliz, sem evocar tristeza ao relembrar de seu passado, pode ser considerado um fator dificultador para o processo de adaptação, uma vez que, pelos relatos da participante, parecia dificultar a vinculação com sua nova família. Essa análise é corroborada pelo estudo de Alvarenga e Bittencourt (2013), que afirmam que a idealização da família biológica pode fazer a criança resistir aos pais adotivos para tentar preservar a sua história de origem. Pôde-se considerar que Mariana acreditava que se ela gostasse, amasse ou fosse feliz em sua convivência na família adotiva, ela estaria substituindo sua família biológica, apagando a sua história pregressa. Verificou-se que a adolescente ainda apresentava dificuldades em aceitar que ela poderia ter outra mãe e outro pai além dos consanguíneos. Isso ficou evidenciado quando ela criticou as irmãs mais novas por se referirem aos pais adotivos como pai e mãe, bem como pelo fato de ainda não conseguir nomear Júlia e João dessa forma, justificando que era estranho nomear

outras pessoas como pai e mãe quando ainda tinha pais biológicos.

Destaca-se que essa preocupação em substituir uma família por outra podia decorrer do fato de Mariana possuir um sentimento de culpa forte em relação à família de origem. A adolescente afirmou em vários momentos acreditar ter sido a responsável por ter separado a sua família biológica, tanto por considerar que as informações que deu à escola foram uma denúncia que resultou na destituição familiar, quanto por não ter impedido a adoção de suas irmãs mais novas. Além disso, a adolescente afirmou se ressentir por considerar que falhou por sua mãe biológica não ter deixado de utilizar substâncias. Os relatos de Mariana demonstraram que a adolescente ainda se sentia impactada por esses eventos, mesmo após oito anos de afastamento da mãe biológica e após três anos inserida em uma nova família.

Esse sentimento de culpa e o receio que a adolescente possuía em substituir sua família biológica dificultavam seu processo de adaptação, pois não favoreciam com que a adolescente estivesse completamente disponível nos momentos de convivência com a sua nova família, fragilizando o estabelecimento de interações, ou seja, os processos proximais. Portanto, esse sentimento de culpa gerava uma indisponibilidade da adolescente para as interações, dificultando a transposição do vínculo de filiação. O sentimento de culpa por ter revelado a violência na família também foi observado no estudo de Miura (2012), ao relatar o caso de uma adolescente que se sentia culpada por ter denunciado o pai por violência doméstica contra ela e o irmão. No caso apresentado pelo autor, a adolescente tentava reparar, buscando uma reaproximação do genitor. Alguns autores apontam que a presença de violência familiar durante a infância pode causar impactos no desenvolvimento da criança nos mais variados contextos, como, por exemplo, prejudicar a aprendizagem, as relações sociais, a autoestima e o estabelecimento de vínculos afetivos (Barbosa, Antunes, & Padilha, 2016; Bringiotti, 2005; Leoncio, Souza, & Machado, 2017).

Pôde-se julgar, portanto, que Mariana ainda apresentava dificuldades em se desvincular

completamente da ideia de se reintegrar à sua família biológica. Essa dificuldade em se desvincular da família de origem foi observada por Schmidt, Rosenthal e Bombeck (1988) em várias crianças, em um contexto sobre devolução durante estágio de convivência. Os autores concluíram que as crianças ainda não tinham um espaço em suas vidas para a sua nova família, pois ainda não aceitaram as suas perdas. No estudo de Faleiros e Moraes (2015), ao analisar os resultados de um participante que havia demonstrado ter desejo de se reintegrar à família de origem mesmo após quatro anos de adoção, os autores citaram que a transposição do vínculo de filiação ainda não havia ocorrido completamente. Mariana, por outro lado, já estava em processo de desvinculação, pois já se considerava membro da nova família, estava aceitando melhor a inserção das irmãs na nova família, e em alguns momentos se referia a Julia e João como pai e mãe. A presença dessa dificuldade de desvinculação da ideia de reintegração da família biológica é um dificultador do processo adotivo, fragilizando a ocorrência de processos proximais.

5.2 Instituição de acolhimento

Quando uma família adota uma criança, ela não recebe apenas um filho, mas também toda a história de suas vivências anteriores (Sampaio et al, 2018). Observou-se que as experiências de Mariana na instituição de acolhimento ainda estavam muito vívidas em seus pensamentos, pois ela mencionou o período em que passou institucionalizada em vários momentos durante a aplicação dos instrumentos. Além disso, percebeu-se que a adolescente ainda possuía uma relação muito forte com a instituição, mencionando a cidade onde ficava situada no seu ecomapa. Pôde-se observar que a participante considerava a instituição como uma referência de lar. Considera-se que geralmente, as crianças adotadas mais velhas estabelecem vínculos afetivos significativos nas instituições de acolhimento (Silva, 2009), especialmente quando permanecem por longo período, como foi o caso da participante.

Ela se referiu à instituição como um lugar tranquilo e familiar, representando um refúgio

para onde ela gostaria de ir em momentos em que a sua vida se tornava difícil. A adolescente associou a instituição a um local de refúgio e “*de luz*”, um ambiente familiar onde ela conhecia tudo e todos ao seu redor, propiciando um ambiente onde ela conseguia sentir-se calma. Pôde-se ponderar, contudo, que Mariana idealizava a instituição de acolhimento, focando apenas nos aspectos positivos de suas vivências no local. Em um estudo com crianças institucionalizadas, Vieira e Coutinho (2019) afirmaram que a idealização das relações familiares pode ser interpretada como um processo adaptativo destinado a reestabelecer os vínculos familiares fragilizados. Analogamente, supôs-se que a imagem idealizada que Mariana tem da instituição de acolhimento seja uma forma de a adolescente não perder o vínculo com a irmã e os amigos de quem ela se separou quando foi adotada. Dessa forma, a idealização se apresentava como parte do processo adaptativo, pois era a forma com que a adolescente lidava com suas perdas.

Vargas (1998, citado em Costa & Rossetti-Ferreira, 2007) avalia que as crianças institucionalizadas constituem laços afetivos com as outras crianças, podendo sofrer ou se sentir culpadas após a adoção, por terem sido adotadas e os amigos não. O luto por se separar dos amigos pode desencadear defesas por medo de sofrer um terceiro abandono da sua nova família (Silva, 2009).

Pôde-se considerar que o fato de Mariana ter lembranças tão vívidas da instituição de acolhimento decorria de ela ter estabelecido vínculos muito fortes, por ter permanecido institucionalizada por aproximadamente seis anos e ter passado uma grande parte de sua infância no lugar. Observou-se que o período de institucionalização de Mariana ultrapassou o limite máximo permitido na legislação, que era de até dois anos (Lei nº 12.010, 2009). Posteriormente, a legislação se tornou ainda mais restritiva, estabelecendo um tempo máximo de dezoito meses em instituição (Lei nº 13.509, 2017). Vários autores discorrem sobre os efeitos do tempo longo de institucionalização. Rizzini & Rizzini (2004) avaliam que a institucionalização prolongada pode provocar uma dificuldade para a formação de novos laços

afetivos. No estudo de Román, Palacios, Moreno e López (2012), crianças que foram institucionalizadas por mais tempo apresentaram mais indicadores de insegurança e menos indicadores de segurança. O estudo de Soares, Barbosa-Ducharne, Palacios e Pacheco (2017) com crianças adotadas correlacionou um tempo longo de institucionalização, além da vivência precoce de adversidades, à instabilidade emocional. Machado et al (2015a) afirmam que as instituições se tornam referência de lar para as crianças e que a reconstrução da concepção de lar após a adoção pode ser uma tarefa difícil. Moré e Sperancetta (2010) afirmam que a institucionalização prolongada pode levar à ruptura de vínculos familiares e à dificuldade da criança em formar novos vínculos. As autoras afirmam:

Ao perder o caráter temporário, a instituição passa a participar da construção da identidade, da autoestima e da aquisição de competências cognitivas, psicológicas e sociais por parte deles. No abrigo, crianças e adolescentes podem encontrar referências e formar vínculos afetivos, crescendo e construindo suas histórias. (Moré & Sperancetta, 2010)

Portanto, o longo tempo de institucionalização é um fator que pode dificultar a adaptação em um novo ambiente familiar. No caso de Mariana, a adolescente possuiu a instituição como uma referência presente em sua vida por um tempo mais longo, e a comparava com a realidade da sua vida na nova família, que ainda era recente. Em seu contexto anterior na instituição de acolhimento, Mariana vivia com suas irmãs biológicas e com uma quantidade significativa de crianças, criando uma relação de apego entre elas. Alexandre e Vieira (2004) avaliam que as crianças que estão institucionalizadas buscam entre elas uma figura de apego na falta de um adulto significativo. A grande rotatividade de cuidadores sociais nas instituições dificulta o estabelecimento e a manutenção do vínculo destes com as crianças, dando vazão à aproximação entre as crianças institucionalizadas (Gabatz, 2016).

Dessa forma, a participante estava acostumada a sempre ter alguma companhia disponível entre as diversas crianças que viviam na instituição de acolhimento. Além disso, a figura da irmã mais velha era muito presente. Elas tinham várias atividades em comum como,

por exemplo, ir à praia diariamente para surfar. Pôde-se observar que Mariana tinha como lembrança o fato de ter antes muitas pessoas ao seu redor, se sentindo solitária desde a adoção, pois era a única criança na casa.

Outra hipótese é que esses sentimentos conflituosos vivenciados por Mariana na nova casa e na nova família pudessem decorrer do fato de não ter havido uma preparação, ou ter havido uma preparação insuficiente, por parte da instituição de acolhimento para que a menina entendesse e elaborasse o processo de desligamento da família de origem e a adoção. A não preparação por parte da instituição de acolhimento dificulta o processo de adaptação, uma vez que não favorece a abertura da criança para o estabelecimento de novos vínculos. O estudo de Diniz, Bloris, Alves e Moreira (2015) destaca que normalmente as crianças que estão institucionalizadas não possuem um espaço para elaborar suas rupturas anteriores, seja por se considerar que a criança mais velha já possui capacidade de entender os eventos da vida, por se acreditar que a criança mais nova não entenderá ou pelo medo de magoar as crianças expondo a situação de abandono e perda de vínculos.

Normalmente, quando a criança institucionalizada não possui um espaço para elaborar a sua história de abandono, essas questões vêm à tona quando ela é inserida na família adotiva, dificultando seu processo de adaptação (Diniz et al, 2015). Segundo Diniz et al (2015), o fato de as crianças não trabalharem esses aspectos dificultam a vinculação entre a crianças e os pretendentes à adoção. Por isso, o acompanhamento das crianças nas instituições de acolhimento é de fundamental importância para auxiliá-las na elaboração e no entendimento das suas histórias prévias, que são normalmente carregadas de muito sofrimento.

Em relação ao caso de Mariana, por ela ter sido institucionalizada muito nova, é provável que tenham considerado que ela não possuía a capacidade de entender esse assunto. A hipótese de que Mariana não teve o espaço na instituição de acolhimento para elaborar sua história de abandono é fortalecida pelo fato de a adolescente afirmar que o acompanhamento

psicológico que havia iniciado há pouco tempo já estava ajudando a entender que uma pessoa pode ter mais de uma figura materna ou paterna em sua vida.

5.3 Ambiente doméstico

De acordo com Silva e Avelar (2017), a casa é o local onde ocorrem as dinâmicas familiares. Segundo a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, a maioria dos processos proximais ocorre no microssistema familiar, pois os pais são as principais pessoas com quem as crianças interagem em uma base regular e por períodos prolongados. Portanto, o ambiente doméstico é o primeiro contexto de desenvolvimento, em que ocorrem as primeiras relações afetivas da criança (Bronfenbrenner, 1996).

Uma transição ecológica ocorre quando há uma mudança de ambiente, uma alteração no papel que o indivíduo desempenha em um microssistema, ou quando ambos os fatos ocorrem (Bronfenbrenner, 1996). Considerou-se, portanto, que ocorreram sucessivas transições ecológicas relevantes ao longo da vida de Mariana, pois seu ambiente doméstico sofreu alterações ao longo de sua vida, tendo passado parte de sua infância em um contexto no qual vivenciou violência doméstica, seguido posteriormente por um longo período em uma instituição de acolhimento até ser adotada e inserida em um novo ambiente familiar, além da transição vivenciada pela elaboração de uma nova filiação.

Pôde-se observar que Mariana ainda possuía inseguranças em relação ao seu novo ambiente doméstico após a transição ecológica para a nova família. Esses sentimentos também foram observados no estudo de Silva (2009), que analisou a transição de crianças da instituição de acolhimento para a família adotiva. A autora observou que mesmo nos casos em que crianças já mantinham contato com a família previamente à adoção, embora a transição tivesse ocorrido de forma tranquila, as crianças relataram ter receios, inseguranças e cautela na aproximação.

Durante a aplicação do mapa efetivo, quando foi solicitado que Mariana representasse

sua forma de ver, representar ou sentir a sua casa atual, ela desenhou o seu quarto. Esse cômodo era a parte da casa onde a adolescente relatou sentir liberdade para expressar seus sentimentos de forma livre e segurança para falar o que quisesse, pois bastaria “*fechar a porta*” que ninguém escutaria o que estivesse ocorrendo. Segundo Dischinger e Savi (2018), normalmente, o quarto é o primeiro lugar em que a criança ou adolescente pode exercer seu domínio.

Nas entrevistas analisadas, Júlia e João demonstraram um esforço para respeitar a privacidade da filha. Relataram permitir que a adolescente permanecesse com a porta do quarto fechada, mesmo não gostando que isso ocorresse. Eles ressaltaram a importância de que Mariana tivesse um espaço próprio na casa, onde ela fosse responsável por tomar todas as decisões. A demarcação de um espaço para a criança na nova casa por seus pais é um facilitador para a ocorrência de interações durante o processo de adaptação (Araujo, 2017). Esse aspecto é relevante uma vez que, na maioria das instituições, a privacidade é prejudicada, pois as crianças institucionalizadas normalmente não podem fechar a porta ou permanecer isoladas em um ambiente (Savi, Dischinger, & Hespanhol, 2016). No caso de Mariana, provavelmente era isso que acontecia na instituição de acolhimento, dado que a adolescente relatou não possuir um quarto só para ela.

Na aplicação do mapa afetivo, Mariana representou não só o espaço do seu quarto, como representou a si mesma ocupando esse espaço e ouvindo música. De fato, a participante relatou que se sentia “*mais feliz*” quando estava em seu quarto apenas escutando música, sem fazer nada em especial “*a não ser pensar*”. Na maioria das vezes, as instituições de acolhimento são marcadas pela não individualização dos objetos, dificultando essas interações (Lopes, Boesmans, Monte, Pinheiro, & Cordeiro, 2016). No caso de Mariana, essa era uma realidade, já que relatou que na instituição não havia “*esse negócio*” de ter sua própria cama. No microsistema familiar atual, por outro lado, Mariana demonstrou ter senso de propriedade do quarto e de seus objetos, relatando levar as primas para desenhar e conversar em seu quarto

quando elas a visitavam. Araujo et al (2017) enfatizam que essas interações permitem à criança a construção de sentimentos de pertencimento a esse novo ambiente, favorecendo o processo de adaptação. De fato, foi possível inferir, a partir da aplicação do mapa afetivo e das entrevistas, que Mariana possuía um forte sentimento de pertencimento em relação a esse espaço da casa.

Verificou-se que, embora Mariana considerasse que a casa era confortável e boa, ela relatou não se sentir “*cem por cento feliz*” no ambiente. Ao contrário do quarto, as áreas de uso comum da família na casa traziam à tona sentimentos de desconforto que, segundo a adolescente, tinha relação com o fato de não se sentir à vontade para expressar seus sentimentos, o que descreveu como intenso e contraditório, ou poder chorar sem ser questionada ou consolada. Pôde-se observar, portanto, uma discrepância no sentimento de pertencimento de Mariana dentro do contexto do microsistema familiar, pois a adolescente apresentava um sentimento forte de pertencimento em relação ao quarto, mas fraco para o restante da casa. Gomes e Levy (2016) relatam que o pertencimento normalmente se encontra fragilizado em crianças que passaram por uma ruptura nos vínculos com sua família biológica e permaneceram em instituições de acolhimento.

Quando foi utilizado o baralho de emoções, Mariana selecionou sentimentos ambivalentes para descrever a sua relação com seu microsistema familiar. A adolescente relatou ter nove sentimentos negativos em relação à casa, sendo que os de intensidade muito forte foram medo, raiva, ansiedade e desconfiança. Mariana selecionou cinco sentimentos positivos para o microsistema familiar, destacando-se esperança e saudades com intensidade muito forte.

Sobre os sentimentos negativos, analisando os relatos da participante, pôde-se considerar que eles estavam relacionados principalmente ao fato de que Mariana se culpava como causadora da separação de sua família biológica e de que sua irmã biológica mais velha ainda se encontrava na instituição de acolhimento. Examinou-se também que o vínculo de

confiança com a nova família ainda estava sendo elaborado. Em relação aos sentimentos positivos, considerou-se que estão relacionados ao fato de Mariana se sentir em parte pertencente à sua casa e aos objetos nela encontrados, sendo um facilitador do processo de adaptação. A análise do mapa afetivo permitiu observar as interações presentes no microsistema familiar com objetos e símbolos, pelas quais pôde-se perceber uma identificação de Mariana com seus objetos materiais. As interações com objetos e símbolos podem impulsionar o desenvolvimento da criança quando tais provocam a atenção, a exploração e a imaginação (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Verificou-se que Mariana possuía uma extensa gama de sentimentos de intensidade forte e contraditórios entre si em relação à casa. Essa ambivalência faz parte do processo de adaptação e da convivência na família. No ambiente familiar estão presentes momentos de acolhimento, de afetos e também de conflitos.

5.4 Nova família

Segundo Faleiros e Moraes (2015), a adoção é um meio que pode, ao mesmo tempo, propiciar uma oportunidade de realizar o papel parental aos pais e fornecer um lar e uma família estável à criança. Após a adoção, Mariana passou a ter a previsibilidade de uma rotina, havendo respeito dos pais pelas vivências da adolescente antes da adoção e a liberdade para que ela pudesse expressar seus sentimentos. Dessa forma, seu microsistema familiar pode ser caracterizado como um lugar mais seguro e estável, sendo, portanto, um ambiente ideal para a promoção do desenvolvimento saudável de Mariana. Esse contexto forneceu a estabilidade e a consistência necessárias para que as interações promotoras do desenvolvimento ocorressem (Bronfenbrenner, 1996).

Segundo Costa e Rossetti-Ferreira (2007), os pais devem permitir que as crianças se expressem sobre seu passado, ajudando-as a construir narrativas sobre a sua história e contribuindo para que os filhos não se sintam traindo os pais biológicos, nem seus pais adotivos.

Observou-se que Mariana tinha liberdade para se expressar sobre sua família biológica, lembrando suas vivências anteriores à adoção. Além disso, ela mantinha contato com as irmãs, encontrando-as regularmente. Pôde-se considerar que a abertura por parte dos pais para que a adolescente contasse a sua história e mantivesse o relacionamento com suas irmãs auxiliava o processo de adaptação. Essa avaliação é corroborada pelo estudo de Araujo (2017), que identificou que o respeito pela história pregressa da criança e a liberdade para expressar sentimentos eram fatores facilitadores no processo de desenvolvimento da filiação. A manutenção do vínculo entre irmãos que tenham sido eventualmente separados na adoção é incentivada pela Nova Lei de Adoção, Lei nº 12.010 de 2009, que estabelece que:

Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais. (Lei nº 12.010, 2009)

Apesar de que, segundo relatos, a irmã mais velha fizesse alguns comentários negativos em relação à adoção de Mariana, desmotivando-a, seus pais continuavam permitindo as visitas entre elas. Isso demonstrava que Júlia e João possuíam respeito pela história pregressa de Mariana, não tentando substituir ou negar sua família anterior. Weber (2004) relata que os pais devem ter consciência de que não é possível apagar a história da criança, viabilizando oportunidades para que ela desabafe e expresse seus sentimentos, tais como tristeza, perda ou raiva.

Durante vários momentos da coleta de dados, Mariana relatou possuir sentimentos intensos e contraditórios, afirmando expressar-se constantemente através do riso, da raiva ou do choro. Peixoto, Giacomozzi, Bousfield, Berri e Fiorott (2019) afirmam que no início do processo adotivo, a criança vivencia uma gama de sentimentos, alguns deles contraditórios, tais como alegria e tristeza, e que, por isso, os pais necessitam acolher esses filhos de forma compreensiva e amorosa. No entanto, Mariana demonstrou não se sentir confortável para

expressar seus sentimentos na frente de familiares, principalmente quando chorava, pois incomodava-se que lhe perguntassem o motivo, afirmando não gostar de permanecer nas áreas comuns da casa. Esse era um dificultador no processo de adaptação, pois obstruía a comunicação entre a adolescente e os pais. Um dos participantes do estudo de Andrade et al (2017) afirmou não querer compartilhar alguns sentimentos com seus pais, solicitando que a pesquisadora mantivesse o sigilo, sendo esse pedido interpretado como um receio de que seus pais tivessem ciência de suas vivências anteriores e de seus sentimentos ambivalentes e se sentissem incomodados, podendo acarretar um novo abandono. No caso de Mariana, por outro lado, em vários momentos da coleta de dados foi explicado como seriam utilizadas as informações obtidas de seus relatos, e em momento algum ela solicitou sigilo.

Embora Mariana não se sentisse confortável para comunicar diretamente alguns sentimentos para a família, a adolescente era muito expressiva, deixando transparecer o que sentia, o que auxiliava o processo de adaptação, pois permitia que seus familiares percebessem mais facilmente as suas emoções e a ajudassem na elaboração e na regulação emocional. Além disso, a adolescente também costumava expressar seus sentimentos por meio do desenho, que era uma das suas atividades favoritas. O desenho é considerado um meio de comunicação importante para a criança, que o utiliza para organizar informações, processar experiências e expressar sonhos, medos, sentimentos e ideias (Goldberg, Yunes, & Freitas, 2005).

Além de se sentir desconfortável para expressar emoções, Mariana afirmou ter receio de fazer confidências aos pais, pois receava que eles não guardassem segredo e relatassem o que ela lhes disse em tom de confiança para outras pessoas. Uma situação que abalava o sentimento de confiança da adolescente nos pais era a forma como Mariana costumava ser acordada pela manhã. A menina citou incomodar-se com o fato de a mãe afirmar que era um horário mais tarde do que realmente era, para fazê-la levantar mais rápido. Como isso ocorria frequentemente, prejudicava o vínculo de confiança da participante com os pais, pois a

avaliação dela era de que eles estavam mentindo para ela. Heyman, Luu e Lee (2009) apontam que quando os pais contam uma mentira aos filhos, eles geralmente pensam apenas nas implicações imediatas, mas que isso pode acarretar na perda de credibilidade dos pais e fragilizar a percepção da criança sobre a importância da verdade.

Por isso, a forma como os pais acordavam Mariana dificultava a convivência familiar, não só por gerar um sentimento de incômodo na menina, mas também por atrapalhar o estabelecimento de um vínculo de confiança. Ressalta-se que Mariana disse ter consciência de que podia confiar nos pais, mas relatava não desejar. Crianças que passam por abandono precoce geralmente têm dificuldade em estabelecer laços de confiança com um adulto, que algumas vezes permanece por toda a vida. Por isso, é necessário que a família acolha essa criança, não tomando como pessoal as marcas dessa ruptura (Couto, 2014).

O fato de a adolescente ter mudado de rotina e passado a ter menos companhia na família desde a adoção dificultava sua adaptação, pois ela se sentia solitária e lembrava com nostalgia da época em que vivia na instituição de acolhimento, onde convivia com outras crianças. Desde a adoção, a adolescente relatou que precisou adaptar-se para realizar tarefas mais caseiras que pudesse realizar sozinha, tais como o crochê e o desenho. Ademais, ela afirmou desejar que seus pais tivessem outro filho que lhe fizesse companhia. No entanto, o sentimento de solidão era amenizado pelo fato de Mariana ter uma família extensa grande e próxima, possibilitando que ela tivesse um contato regular com as primas e facilitando o processo de adaptação. Da mesma forma, por mais que Mariana ainda não utilizasse todas as possibilidades do condomínio onde morava, ele era um potencial facilitador do convívio com outras pessoas, pois a adolescente tinha um espaço disponível para aumentar o círculo social, quando ela se permitisse.

Após a adoção, Júlia e João deixaram os empregos formais com horário fixo e se tornaram trabalhadores autônomos, possibilitando o ajuste dos horários para proporcionar mais

tempo com a filha. Essa mudança de emprego facilitava o processo de adaptação, pois permitia um aumento dos processos proximais. Os estudos de Bicca e Grzybowski (2014), Merçon-Vargas et al (2011), Mota et al (2015) e Sampaio et al (2018) mostram que os pais normalmente mudam sua rotina após a adoção para priorizar as necessidades das crianças.

Outra atitude da família que proporcionava o aumento das interações era a realização regular de viagens em família. As viagens são facilitadoras de convívio, pois são momentos de intensa convivência em que os três membros da família possuem um espaço para interagir somente entre eles, sem a necessidade de atender às atribuições da rotina diária, tais como escola e trabalho. Portanto, essas viagens proporcionavam um fortalecimento das relações e do vínculo entre a família nuclear, aumentando a ocorrência de processos proximais. Para que o processo proximal seja um motor do desenvolvimento efetivo, é necessário que exista a criação de vínculo, com partilha afetiva, estabilidade e reciprocidade (Bronfenbrenner & Morris, 2006). A adolescente afirmou sentir-se feliz durante essas viagens, pois conseguia comer coisas diferentes, conhecer vários lugares, culturas e pessoas. No entanto, a participante relatou que nos momentos em que se sentia mais feliz durante essas viagens, ela se recordava de sua família biológica e se sentia triste.

Conforme mencionado anteriormente, novamente comparecia a avaliação de Mariana de que não poderia ser feliz em sua nova família sem que isso decorresse na substituição da família biológica. Outra consequência desse fato era a dificuldade da adolescente de nomear seus pais adotivos de mãe e de pai. Isso era um dificultador na convivência da adolescente com sua nova família. Embora seus pais entendessem que essa dificuldade da adolescente fazia parte do processo de adaptação, eles afirmaram que isso gerava neles um sentimento de frustração. Esse incômodo pelo fato de o filho adotivo ainda não se referir ao pai ou mãe adotivo como pai ou mãe também foi observado no estudo de Féres-Carneiro, Machado, Melo e Magalhães (2017).

No entanto, vale ressaltar que a adolescente afirmou que estava buscando entender que

ela poderia ter mais de uma figura materna ou paterna em sua vida por meio do acompanhamento psicológico que havia iniciado. De fato, observou-se, ao longo da pesquisa, que Mariana já apresentava alguns indícios de que seu processo de elaboração da filiação estava ocorrendo, pois ela se referiu a Júlia e João como mãe e pai em alguns momentos durante a entrevista. Dessa forma, pode-se inferir que essa compreensão da adolescente era um sinal de que ela estava iniciando o processo de elaboração de conceitos relacionados à parentalidade e filiação. As transições ecológicas não normativas são aquelas que não são esperadas no curso normal da vida, e por isso demoram mais para serem adaptadas (Brofenbrenner, 1996). No curso de vida de uma criança, não é esperado que ela tenha uma família diferente da família de origem, ou que cresça em uma instituição. Essas vivências, especialmente quando a criança é mais velha, podem resultar em estresse e mais tempo para elaboração de novos papéis e relações.

O acompanhamento psicológico foi um aspecto que facilitava o processo de adaptação de Mariana na nova família. O estudo de Bento (2008) corrobora essa avaliação. A autora afirma que a psicoterapia apresenta resultados importantes na adoção, para que o processo de adaptação seja mais eficaz, possibilitando que a criança estabeleça vínculos saudáveis não só com sua nova família, mas também com a sociedade como um todo.

Segundo Júlia, a família procurou acompanhamento psicológico para Mariana para solucionar alguns conflitos existentes no microssistema familiar. Como exemplo, observaram-se que ocorreram alguns conflitos em relação a limites entre Mariana e os pais, principalmente com sua mãe. Pôde-se considerar que algumas características pessoais da adolescente e da mãe influenciavam esses conflitos, fragilizando a ocorrência de processos proximais. Afinal, a mãe se considerava “dura” e exigente, exigindo respeito à sua autoridade, definindo limites e esperando que a filha os acatasse, e, por outro lado, Mariana considerava-se resistente a aceitar limites, sendo, em suas palavras, “abusada”, afirmando não aceitar ouvir algo que não

concordasse sem retrucar e expor seu ponto de vista, mesmo quando quem comunicava fosse uma figura de autoridade – pessoa mais velha. Todas essas características podem ser consideradas características de força disruptiva, que se manifestaram nas interações impedindo ou retardando a ocorrência de processos proximais. Por outro lado, o fato de Mariana e sua mãe compreenderem que elas possuíam essas características era um fator positivo. Afinal, a avaliação de que tinham suas fragilidades era um primeiro passo para que elas pudessem superar suas dificuldades, sendo um aspecto que poderia favorecer o convívio.

Analisando as características pessoais de Mariana e seus pais sob a ótica da Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, observou-se que tanto a adolescente como os pais aparentavam ser alegres e acolhedores, o que podem ser consideradas características que favorecem a ocorrência de processos proximais. Em relação às características de recurso, que favorecem o engajamento efetivo em processos proximais, destacam-se os pais terem feito duas tentativas de adoção anteriores, a experiência prévia (por haver pessoas que foram adotadas na família) e a adolescente ter vivenciado a adoção das irmãs mais novas antes de ser adotada. Pode-se citar como características de força disruptiva o desconforto de Mariana em interagir em ambientes onde não conhecia as pessoas, sua agressividade e impulsividade, além das características citadas anteriormente na relação com a mãe, retardando ou impedindo os processos proximais. Como características de força geradoras, pode-se destacar o fato de Mariana ser comunicativa, carinhosa, ter facilidade em expressar seus sentimentos e fazer amigos, e a calma e a resiliência dos pais, que mantinham ou sustentavam os processos proximais, mesmo diante dos conflitos.

Outra hipótese para a ocorrência dos conflitos na família era de que Mariana estaria buscando sua autonomia, como um processo esperado durante o desenvolvimento. Os momentos de crise, conflitos e rebeldia podem ser necessários para que o adolescente faça valer sua opinião e atinja a autonomia, dependendo de como as interações se estabelecem com os

adultos cuidadores (Bertol & Souza, 2010). Segundo Ponciano e Féres-Carneiro (2014), quando há divergências entre a visão dos pais e dos adolescente sobre o limite para o exercício da autonomia, o filho pode responder com o conflito ou com a mentira. Segundo as autoras, a mentira seria uma forma que o adolescente encontra para evitar o conflito. Mariana não utilizava essa abordagem, pois ela relatou preferir não contar para os pais assuntos que poderiam gerar conflitos. O fato de a adolescente ter mais dificuldades com a mãe corresponde à análise das autoras de que os conflitos sejam maiores entre pessoas com pensamentos e desejos diferentes.

Vale destacar que, de acordo com relatos de Júlia, Mariana tinha evoluído no aspecto de aceitar limites, tendo acatado mais as suas orientações. Segundo Rodrigues, Gomes, Oliveira, Piccirillo e Brito (2017), a internalização de regras não se trata de submissão, mas de um processo de aquisição de valores, hábitos e normas pelas quais a criança se apropria dos valores da sociedade em que está inserida. Esse é um fator positivo para o processo adaptativo da adolescente, pois a existência de limites e regras é um meio de diminuir comportamentos agressivos, facilitando a adaptação (Bicca & Grzybowski, 2014; Merçon-Vargas et al, 2011; Mota et al, 2015; Sampaio et al, 2018; Verceze et al, 2015).

Por outro lado, a adolescente relatou ter sentido uma piora no convívio com os pais e a família extensa, ao passo que os familiares afirmaram ter havido uma melhora na convivência. Como Mariana tem treze anos, é difícil avaliar se os conflitos que sentia estavam mais relacionados ao seu processo desenvolvimental e, por consequência, busca de autonomia, ou se eram devido ao processo de adaptação com a nova família, em função da adoção.

Esse processo de adaptação entre a família adotante e a criança adotada pode provocar um desgaste afetivo-emocional de todas as pessoas envolvidas, podendo vir à tona conflitos, dúvidas e fantasias que tornam este processo por demais dolorido e frágil para o estabelecimento de um sentimento de confiança mútua (Silva, 2009, p. 62).

No estudo de Costa e Rossetti-Ferreira (2007) com uma família que realizou a adoção de duas crianças mais velhas, um participante relatou se sentir enfrentado quando as filhas não aceitavam suas regras ou contra-argumentavam, confrontando sua autoridade.

O fato de Mariana reconhecer que ainda estava em processo de adaptação, e que a situação provavelmente era tão difícil para os pais quanto era para ela, era um aspecto positivo para o processo de adaptação. Esse entendimento possibilitava que a adolescente exercesse a empatia e percebesse que algumas reações dos pais eram reações esperadas no processo de adaptação. Da mesma forma, o fato de a mãe reconhecer que Mariana estava evoluindo em seu processo de inserção facilitava o convívio, pois permitia que a mãe fosse mais resiliente. Segundo Sampaio et al (2018), na adoção de crianças maiores ocorre uma adoção mútua, construída pela criança e pelos pais ao longo do processo adotivo. Os autores relatam que é possível construir uma nova história, que ressignifique o passado, reparando as experiências negativas e legitimando as positivas. Segundo Dantas e Ferreira (2015, p. 594-595), “no processo de adoção, os pais não são os únicos a adotar. A criança ou o adolescente também os adota”. Vale destacar que um acompanhamento psicológico e social da criança e da família, tanto previamente à inserção da criança quanto no período inicial da adaptação, é um meio importante de aumentar as chances de sucesso do processo de adoção. No caso da família deste estudo, o acompanhamento psicológico da adolescente já apresentava alguns indícios de melhora na relação com a nova família, mesmo que ainda fosse recente e tivesse iniciado tardiamente, depois de alguns anos do convívio familiar. Verifica-se que tanto Mariana quanto os seus pais ainda estão se adaptando a seu novo contexto, em processo de elaboração da filiação e da parentalidade e construindo um ambiente de adoção mútua.

5.5 Família extensa e amigos

Segundo Sluzki (2006 citado em Machado, Féres-Carneiro, & Magalhães, 2015b), a existência de uma rede social de apoio é importante para a manutenção do sistema familiar. A rede social de apoio é o conjunto de vínculos interpessoais do sujeito, tais como a família nuclear e extensa, amigos, colegas de trabalho e de escola (Machado et al, 2015b). Nas análises dos dois ecomapas e nas entrevistas, observou-se que Mariana tinha uma rede social de apoio

formada por amigos da escola, família nuclear e extensa, além das irmãs biológicas e da instituição de acolhimento.

Notou-se, durante as entrevistas, que Mariana possuía facilidade para se referir aos membros da família como tio, tia, avó, prima e primo, remetendo-se a eles como parte de sua família. Dessa maneira, pôde-se inferir que a participante se considerava parte de sua família extensa. A tia e a prima relataram também que consideravam que Mariana fazia parte de sua família. Essa identificação de que a adolescente era um membro da família constitui um fator positivo que contribui para o processo adaptativo.

A aceitação e o apoio da família extensa são descritos como sendo muito importantes para a adaptação por diversos estudos. O estudo de Faleiros e Moraes (2015) concluiu que a família e os amigos são importantes para que a criança adotiva se insira em hábitos, costumes e tradições e para superar os conflitos que podem acontecer durante o processo de adaptação. Os autores ressaltam, ainda, que a interação entre a família extensa e a criança ocorre gradativamente, conforme a família supera a idealização da criança. Machado et al (2015a) afirmam que apesar de a família extensa não ser um fator determinante para a tomada de decisão na adoção, ela exerce um papel fundamental na inserção da criança na nova família. Schettini (2009) analisa que o apoio dos familiares e amigos é fundamental para que a criança adotiva se sinta segura no novo ambiente. Biassuti (2016) salienta que o suporte e a aceitação da família foram considerados pontos importantes para a construção do vínculo da criança adotada em famílias monoparentais. Valério e Lyra (2016) consideram ainda que a não aceitação da criança pela família extensa pode levar ao fracasso do processo adotivo.

Vale destacar que essa facilidade em nomear a família extensa em contraposição à sua família nuclear pode ser decorrente do fato de que a participante parecia não possuir referências desses papéis na sua família biológica, sendo mais fácil que essas pessoas assumissem posições que antes não estavam ocupadas do que a substituição da figura dos pais biológicos pelos

adotivos. Segundo Féres-Carneiro et al (2017), nomear significa dar sentido, permitindo que se materialize a existência do que é nomeado no meio social para que possa ser reconhecido.

Relativo à família extensa, a participante considerou que tem uma relação forte, boa, legal ou alegre com todos os membros citados no ecomapa. Além disso, os sentimentos relatados foram majoritariamente positivos, como tranquilidade, alegria e saudade. O único sentimento negativo escolhido por ela foi a raiva. Ela justificou essa escolha por não gostar das brincadeiras e implicâncias que alguns membros da família faziam com ela, além de se incomodar quando as primas mexiam nas suas coisas pessoais sem a sua permissão.

Da análise do ecomapa e das entrevistas, observou-se que Mariana possuía uma convivência boa com os membros da família extensa, frequentando os eventos familiares, visitando e recebendo a visita das primas e da avó, além de encontrar os familiares em situações sociais, tais como shopping, praia e piscina. A participante já havia construído uma identificação com os membros da família extensa, interagindo de forma diferente com cada um deles, fato que auxiliava no processo de adaptação e na convivência familiar. Por exemplo, ela relatou que costuma conversar e fazer “baladinhas” com a prima, ver televisão com a avó e jogar bola com o primo.

Bronfenbrenner (1996) relata que a participação da criança em diversos ambientes, exercitando papéis específicos em cada contexto, promove o processo de socialização. O autor cita que isso leva ao desenvolvimento da criança, já que ela consegue estabelecer relações significativas e se sentir apoiada. A participação em diversos microssistemas que interagem entre si constitui um mesossistema. No caso de Mariana, sua relação com a família extensa, amigos de escola e com as irmãs biológicas constituíam mesossistemas, e o fato de ela estabelecer interações com cada membro especificamente contribuía para o seu desenvolvimento e favorecia o seu processo de adaptação na nova família.

Vale destacar o relacionamento de Mariana com sua tia, pois ela era o membro da

família extensa que a participante citou como a pessoa com quem possuía maior afinidade. Ressalta-se que ela foi a única pessoa da família extensa para a qual Mariana selecionou o sentimento amor. O relacionamento especial entre a tia e a sobrinha pode ter decorrido do fato de que, segundo a avaliação da participante, a tia foi a única pessoa que agiu com naturalidade desde o primeiro dia de convivência. Embora a adolescente geralmente não se sentisse confortável para se expressar na frente de familiares, o mesmo não ocorria em relação à sua tia. Mariana considerava sua tia como sendo uma de suas melhores amigas, sentindo liberdade para dividir suas alegrias e angústias, conversando sobre “*crush*”, escola e trabalho. A existência de uma figura na família extensa com quem a adolescente se sentia livre para relatar seus sentimentos e confidências facilitava o processo de adaptação, pois a exposição dos pensamentos a outra pessoa ajudava a menina a elaborá-los.

Apesar de a participante não ter mencionado sua prima durante a aplicação do ecomapa, a prima foi citada diversas vezes durante as entrevistas como sendo um dos membros da família com quem ela possuía maior contato, principalmente devido ao fato de morarem no mesmo condomínio, o que possibilitava uma convivência quase diária. Essa regularidade é importante para o estabelecimento de processos proximais (Bronfenbrenner & Morris, 2006).

Essa prima relatou que no início ela não gostava de Mariana e de seu jeito. No entanto, a convivência proporcionou maior aproximação entre elas. As duas comentaram durante as entrevistas que somente após a prima se mudar para o mesmo condomínio, elas se aproximaram e começaram a conviver com mais frequência. Atualmente as duas são muito próximas e costumam descer ao espaço comum do condomínio para brincar, conversar e ir à piscina.

Concluiu-se que a boa convivência da Mariana com sua família extensa e a identificação dos membros da família adotiva extensa como membros de sua família contribuíam consideravelmente com a adaptação da participante ao seu novo lar. Além disso, a percepção de Mariana de que as pessoas da família extensa a consideravam um membro dessa família a

ajudou a se identificar como parte desta, também contribuindo positivamente com a sua adaptação.

A partir das entrevistas realizadas com Mariana, sua mãe, sua prima e sua tia, pôde-se concluir que a adolescente agiu com muita naturalidade com a família extensa desde os primeiros contatos. No entanto, isso não se aplicava a qualquer ambiente, pois a participante relatou sentir-se desconfortável a interagir em ambientes onde não conhecia as pessoas. Isso pôde ser observado na justificativa da adolescente de por que não frequentava o condomínio e na resistência inicial que ela tinha em frequentar os eventos dos amigos dos pais. No entanto, a partir do momento em que a adolescente estabeleceu uma relação de amizade com algum ator daquele ambiente, esse desconforto diminuiu. Como exemplo, Mariana passou a ir aos eventos dos amigos dos pais após se tornar próxima à filha de um deles. Pode-se considerar que a aparente facilidade de Mariana para interagir com a família extensa, em contraposição com o que ocorreu nos demais ambientes, tenha decorrido do fato de a adolescente identificar-se imediatamente com a tia, por ter considerado que ela agia com naturalidade.

Outra situação que evidenciou o desconforto de Mariana em ambientes desconhecidos foi em relação à nova escola. Após a adoção, Mariana foi transferida da escola que estudava há seis anos para uma escola mais próxima à sua nova residência. A adolescente relatou não se identificar com a nova escola e sentir vontade de voltar a estudar na escola anterior, pois nesta ela já conhecia todos os alunos e os funcionários. Pode-se considerar que a mudança de escola dificultou o processo de adaptação, pois a menina teve que elaborar ao mesmo tempo a ruptura do vínculo estabelecido com a instituição de acolhimento, cuidadores e crianças que viviam com ela e a ruptura do vínculo com a escola. Pereira (2012), em um estudo realizado com cinquenta pais que realizaram adoções tardias, constatou que existe uma relação significativa entre a mudança de escola e a vinculação afetiva com os pais. A autora afirma que isso reforça a hipótese de Dance e Rushton (2005) de que as crianças que, além de passar pelas mudanças

inerentes à adoção, ainda passam por uma mudança de escola sofrem uma ansiedade maior e isso pode afetar a vinculação. Dance e Rushton (2005) relataram em seu estudo que uma resposta comum das crianças entrevistadas ao que tornava difícil o processo de juntar-se a uma nova família foi não conhecer pessoas, não saber o que iria acontecer ou não saber o que seria esperado delas em relação à família, à nova escola ou a fazer novos amigos.

Embora Mariana tenha relatado ainda não se sentir completamente integrada à nova escola, ela afirmou possuir amigos muito próximos ao lugar, e destacou seu relacionamento com Lucas e Marta, incluindo-os em seu ecomapa. Esses amigos foram mencionados como pessoas com as quais a adolescente possuía um vínculo muito forte. A participante relatou identificar-se com os amigos, gostando de compartilhar seus sentimentos com eles. Além disso, a adolescente selecionou o sentimento amor no baralho das emoções para os dois, afirmando que gostaria de tê-los por perto sempre.

Pode-se observar, portanto, que a adolescente apresentava facilidade para fazer amizades, possuindo, inclusive, o costume de promover a integração de pessoas que estavam aparentemente isoladas, como ocorria na escola. Dessa forma, o estabelecimento de uma rede de apoio entre os pares era um fator positivo que auxiliava a adaptação de Mariana, ao passo que diminuía a resistência da menina para interagir, promovendo maiores oportunidades para a ocorrência de processos proximais em outros espaços. Além disso, a facilidade de Mariana em estabelecer relações de amizades também auxiliava em sua adaptação no processo adotivo, pois permitia que ela aumentasse a quantidade de ambientes com que interagira, e essas interações microssistêmicas aumentavam a ocorrência de processos proximais no mesossistema e promoviam seu fortalecimento. Bronfenbrenner (1996) afirma que o potencial de desenvolvimento do mesossistema é aumentado quando se observa confiança mútua e consenso dos objetivos entre os ambientes, aumentando a ocorrência de processos proximais.

6 Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo investigar a experiência de adaptação ao ambiente familiar após a adoção de uma criança por uma família residente na região metropolitana de Vitória, ES. Para isso, foi realizado um estudo de caso sobre a experiência de Mariana, uma adolescente de treze anos, no processo de adaptação à sua nova família.

Observou-se que a participante apresentou muita disposição para participar do estudo, não apresentando nenhuma resistência às perguntas ou sugestões da pesquisadora durante os encontros. Pode-se considerar que isso decorreu da escolha em utilizar instrumentos lúdicos, tais como o mapa afetivo, o ecomapa e o baralho das emoções, possibilitando que a participante conseguisse se expressar mais facilmente. Além disso, o estabelecimento de uma relação de confiança com a participante foi fundamental para que o estudo de caso tivesse sucesso. Ademais, vale ressaltar que a opção de realizar o estudo na casa da participante e de sua família extensa foi considerado um fator muito positivo, pois foi possível perceber detalhes na dinâmica familiar que não seriam possíveis se os instrumentos tivessem sido aplicados em um ambiente neutro. Por exemplo, notou-se que a adolescente e a mãe respeitavam o espaço uma da outra, não permanecendo no mesmo ambiente ou interrompendo a aplicação dos instrumentos. Além disso, havia uma relação de carinho no tratamento entre elas. A escolha pela Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano foi importante, pois incentiva uma aproximação entre o pesquisador e o cotidiano do sujeito pesquisado, dando ênfase à importância de estudar os processos de desenvolvimento humano no ambiente em que ele ocorre (Rosa & Tudge, 2017).

Verificou-se que Mariana possuía sentimentos fortes e ambivalentes em relação à sua casa e às pessoas em sua família nuclear e sua família extensa. Dessa forma, percebeu-se que a adolescente ainda estava em processo de adaptação à sua nova família.

Na análise do mapa afetivo da casa, observou-se que Mariana já considerava que a casa era dela, mas não havia desenvolvido em sua plenitude o sentimento de apropriação em relação

a todos os espaços da casa. Considera-se que essa dificuldade decorria do fato de a adolescente estar em processo de adaptação, e que o desconforto em relação aos cômodos de uso comum da família provavelmente diminuiria à medida que a adolescente reduzisse os sentimentos de insegurança.

Percebeu-se também que Mariana já se considerava parte de sua nova família, apesar de não haver se desvinculado completamente da ideia de reintegração familiar. A adolescente possuía um vínculo muito forte com a instituição de acolhimento, considerando o local como sua referência de lar.

Constatou-se que a adolescente passou por duas perdas muito significativas: a separação da família biológica e o afastamento da instituição de acolhimento, onde permaneceu por boa parte de sua infância. Devido ao fato de a adolescente ainda não ter elaborado essas vivências anteriores à adoção, ainda possuía dificuldade de se vincular completamente à nova família. Vale destacar que, apesar de relatar se considerar filha de seus pais adotivos, a participante não conseguia nomeá-los como pai e mãe.

Verificou-se que sua nova família possuía respeito pelo passado de Mariana, deixando-a conversar e se expressar sobre suas vivências e permitindo que ela mantivesse contato com suas irmãs biológicas, mesmo avaliando que a convivência com a irmã mais velha trazia conflitos para a interação familiar. O fato de a adolescente ter espaço dentro do contexto adotivo para expressar-se sobre sua família de origem e sobre a instituição de acolhimento ajudava na elaboração da filiação, contribuindo para sua adaptação. Mesmo assim, observou-se que a adolescente relatava precisar do auxílio profissional para ajudá-la no processo de elaboração. Isso foi observado no início do estudo, quando a menina relatou sentir falta de conversar com a pesquisadora, relatando que tinha dificuldade em expressar alguns pensamentos às pessoas do seu convívio. Além disso, durante o estudo, a adolescente iniciou um acompanhamento

psicológico, relatando sentir que isso seria muito bom para que ela pudesse elaborar alguns conceitos, como, por exemplo, a possibilidade de ter mais de uma mãe e um pai.

Observou-se que Mariana se identificava com sua família extensa, se sentindo aceita pelos familiares e considerando-os como membros de sua família. Essa aceitação de Mariana por parte dos familiares era muito importante na adaptação da adolescente. A convivência harmoniosa e regular com tios e primos era um aspecto importante que contribuía para o seu processo de adaptação, pois aumentava sua segurança e fortalecia o sentimento de pertencimento à família. Considera-se que relações positivas dentro do contexto adotivo ajudam a criança a elaborar suas histórias pregressas e construir novas.

Por fim, pôde-se observar que os pais e a família extensa reconheciam que Mariana ainda estava em processo de adaptação. Esse é um fator importante, pois possibilitava uma convivência mais tranquila, ao passo que as dificuldades no relacionamento entre a adolescente e sua família não eram consideradas um problema pessoal entre os envolvidos, mas parte do processo. Além disso, observou-se que a adolescente tinha consciência que o processo de adaptação provavelmente era tão difícil para os pais quanto para ela, possibilitando que exercesse empatia e percebesse que algumas reações dos pais eram reações esperadas do processo de adaptação.

Vale ressaltar que ao longo da pesquisa foram observados alguns sinais de que o processo de adaptação de Mariana estava se consolidando. Por exemplo, a adolescente estava participando mais ativamente da rede social da família, como em eventos dos amigos dos pais, e já se referia aos pais por pai e mãe em alguns momentos durante a aplicação dos instrumentos. Essas mudanças corroboram a percepção da família nuclear e extensa de que a participante estava avançando em seu processo de adaptação.

Destaca-se que foi observada a necessidade de um acompanhamento psicossocial mais ativo no processo de adoção, com constantes atendimentos psicológicos e sociais

individualizados da criança, desde o momento em que a criança é retirada da família biológica, ou antes, se possível, até os momentos iniciais da adaptação dessa criança em sua nova família. Da mesma forma, é imprescindível o acompanhamento da família desde o início do processo de habilitação. Além disso, é importante que exista um apoio maior das políticas aos grupos de apoio à adoção, que atuam como suporte das famílias adotivas e pretendentes à adoção.

A utilização de instrumentos variados permitiu que se realizasse uma visualização mais completa das relações que a adolescente tinha com sua casa e sua rede social de apoio, facilitando que a menina expressasse sentimentos que talvez não conseguisse por meio apenas da entrevista. O desenho é considerado um meio de comunicação e representação importante para a criança, que o utiliza como meio de expressar e refletir ideias, medos, percepções, descobertas, vontades, carências e realizações (Goldberg, Yunes, & Freitas 2005).

Espera-se que este estudo possa contribuir para ampliar os conhecimentos acerca do processo de adaptação da criança à nova família e na avaliação de possíveis impactos do processo adaptativo no relacionamento da criança com seu novo ambiente doméstico, sua nova família nuclear e nova família extensa. Além disso, aspectos dificultadores e facilitadores da convivência e da adaptação são elementos importantes para identificar pontos que podem ser trabalhados para aumentar a ocorrência de processos proximais e para a preparação da criança institucionalizada para a adoção. Ademais, como a maior parte da literatura sobre a adaptação adotiva tem como referência os pais, o fato de este estudo ter focado na perspectiva da criança possibilita uma ampliação do conhecimento sobre a vivência da criança durante o processo de adaptação à nova família.

Como limitação para o estudo, destaca-se a dificuldade de acesso aos participantes. Assim, por se tratar de um estudo de caso qualitativo, os resultados não podem ser generalizados. Além disso, considera-se que, se fosse possível realizar uma pesquisa mais

extensa por um período maior de tempo, seria possível avaliar melhor a evolução da adaptação da adolescente com o tempo.

Por fim, sugere-se a ampliação do estudo para outras famílias, permitindo que seja realizada uma visão mais ampliada dos resultados. Além disso, considera-se que seria importante que fossem realizadas outras pesquisas longitudinais sobre o processo adaptativo após a adoção, contribuindo para aumentar os conhecimentos acerca do processo de adaptação da criança e da família.

Referências

- Acioli, R. M. L., Barreira, A. K., Lima, M. L. C. D., Lima, M. L. L. T. de, & Assis, S. G. D. (2018). Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(2), 529–542. doi: 10.1590/1413-81232018232.01172016
- Adaptações (2019), In Dicionário do Aurélio Online. Recuperado de: <https://dicionariodoaurelio.com/adaptacoes>.
- Alexandre, D. T., & Vieira, M. L. (2004). Relação de apego entre crianças institucionalizadas que vivem em situação de abrigo. *Psicologia Em Estudo*, 9(2), 207–217. doi: 10.1590/s1413-73722004000200007
- Alvarenga, L. L. de, & Bittencourt, M. I. G. de F. (2013). A delicada construção de um vínculo de filiação: o papel do psicólogo em processos de adoção. *Pensando famílias*, 17(1), 41-53. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2013000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Andrade, L. C. S. de, Hueb, M. F. D., & Alves, C. M. P. (2017). Era uma vez... um estudo de caso sobre histórias e estórias adotivas. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 34(1), 173-183. doi:10.1590/1982-02752017000100017
- Araujo, I. C. C. de. (2017). *Tornar-se filho na perspectiva de crianças adotadas tardiamente* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/6876>
- Araujo, I. C. C., Nascimento, D. B. do, & Nascimento, C. R. R. (2017). Desafios éticos e metodológicos em pesquisa com famílias e crianças no contexto da adoção. *Revista da SPAGESP*, 18(2), 58-73. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000200006&lng=pt&tlng=pt.
- Barbosa, V. M. C., Antunes, M. C., & Padilha, M. da G. S. (2016). A reinserção familiar de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar em acolhimento institucional por medida de proteção: o abuso sexual em foco. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 36(91), 286-309. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v36n91/v36n91a04.pdf>
- Barbosa-Ducharme, M. A., & Soares, J. (2016). Process of adoption communication openness in adoptive families: adopters' perspective. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 29(1). doi: 10.1186/s41155-016-0024-x
- Bento, R. (2008). Família substituta: uma proposta de intervenção clínica na adoção tardia. *Psicologia: teoria e prática*, 10(2), 202-214. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872008000200016&lng=pt&tlng=pt.
- Bertol, C. E., & Souza, M. D. (2010). Transgressões e adolescência: individualismo, autonomia e representações identitárias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(4), 824–839. doi: 10.1590/s1414-98932010000400012

- Biasutti, C. M. (2016). *Parentalidade em casos de adoção monoparental* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufes.br/handle/10/9047>
- Bicca, A. & Grzybowski, L. S. (2014). Adoção tardia: percepções dos adotantes em relação aos períodos iniciais de adaptação. *Contextos Clínicos*, 7(2), 155-167. doi: 10.4013/ctc.2014.72.04
- Bomfim, Z. A. C. (2010). *Cidade e afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e São Paulo*. Fortaleza, CE: Edições UFC.
- Brasil (2006). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, DF: CONANDA. Recuperado de <http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/162>
- Bringiotti, M. I. (2005). Las familias en "situación de riesgo" en los casos de violencia familiar y maltrato infantil. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 14(spe), 78-85. doi: 10.1590/S0104-07072005000500010
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. doi: 10.1191/1478088706qp063oa
- Bronfenbrenner, U. (1994). Ecological models of human development. In T. Husen & T. N. Postlethwaite (Eds.), *International encyclopedia of education* (2a ed.) (Vol. 3, pp. 1643-1647). Oxford, England: Pergamon Press/Elsevier Science.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2001). The bioecological theory of human development. In N. J. Smelser & P. B. Baltes (Eds.), *International encyclopedia of the social and behavioural sciences*. (pp. 6963-6970) Oxford, UK: Elsevier.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In Damon, W. & Lerner, R.M. (Ed.). *Handbook of child psychology: theoretical models of human development*. (pp. 793-828). New York: John Wiley & Sons.
- Bueno, R. K., Vieira, M. L., & Crepaldi, M. A. (2016). Paternidade no Contexto da Adoção. *Pensando famílias*, 20(1), 57-67. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2016000100005&lng=pt&tlng=pt.
- Bussinger, R. V. & Rosa, E. M. (2018). Pelos caminhos da adoção: do interesse dos pretendentes ao convívio com as famílias adotivas. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).
- Bussinger, R. V., Merçon-Vargas, E. A., Nascimento, D. B., & Rosa, E. M. (2018). What characteristics are accepted in the child by Brazilian adoption applicants? A latent class analysis. *Children and Youth Services Review*, 95, 125–133. doi: 10.1016/j.childyouth.2018.10.033.
- Caminha, R. M. & Caminha, M. G. (2011). *Baralho das emoções: acessando a criança no trabalho clínico* (4a ed). Porto Alegre: Sinopsys.

- Campos, N. M. V., & Costa, L. F. (2004). A subjetividade presente no estudo psicossocial da adoção. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(1), 95–104. doi: 10.1590/s0102-79722004000100012
- Código Civil dos Estados Unidos do Brasil, Lei nº 3.071 de 1º de janeiro de 1916*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CF*. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
- Costa, L. T. M., & Kemmelmeier, V. S. (2013). O Olhar De Futuros Pais Sobre O Processo De Adoção. *Psicologia Argumento*, 30(71). doi: 10.7213/psicolargum.v31i72.20513
- Costa, N. R. D. A., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2007). Tornar-se pai e mãe em um processo de adoção tardia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 20(3), 425–434. doi: 10.1590/s0102-7972007000300010
- Couto, O. H. C. (2014). Os caminhos cruzados da adoção: do abandono precoce à última esperança. *Reverso*, 36(68), 63-69. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952014000200009&lng=pt&tlng=pt.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (3a ed) Porto Alegre: ARTMED.
- Cruz, M. A. R. F. B. da (2013). *A adoção de crianças mais velhas: esfera, transição, adaptação e integração* (Dissertação de Mestrado). Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade do Porto, Porto, Portugal. Recuperado de <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/114997/2/280653.pdf>
- Dance, C., & Rushton, A. (2005). Joining a New Family: The Views and Experiences of Young People Placed with Permanent Families during Middle Childhood. *Adoption & Fostering*, 29(1), 18–28. doi: 10.1177/030857590502900104
- Dantas, F. S. S., & Ferreira, S. A. P. (2015). Adoção tardia: produção de sentidos acerca da paternagem e filiação em uma família homoafetiva. *Temas Em Psicologia*, 23(3), 593–606. doi: 10.9788/tp2015.3-06
- Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927* (1927). Consolida as leis de assistência e protecção a menores - constituindo o Código de Menores. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm
- Dias, C. M. S. B., Silva, R. V. B. da, & Fonseca, C. M. S. M. De S. (2008). A adoção de crianças maiores na perspectiva dos pais adotivos. *Contextos Clínicos*, 1(1), 28-35. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-34822008000100004&lng=pt&tlng=pt.
- Diniz, A.P. , Bloris, D. A. , Alves, E. O & Moreira, T. O. (2015). Possibilidades de Escuta na Adoção Tardia: compondo novas histórias. In *1a Jornada Científica do Forum de Assitentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário do Espírito Santo, 2015, Vitória. Revista de Artigos da 1a Jornada Científica do Forum de Assitentes Sociais e Psicólogos do Poder Judiciário do Espírito Santo*. Vitória: Editora do Poder Judiciário do Espírito

Santo. v. 01. p. 245-250. Recuperado de https://docs.wixstatic.com/ugd/c3b09e_4939b1c524cf4da89a5239cd0434af34.pdf.

Dischinger, M., & Savi, A. E. (2018). Imagens e palavras na construção de fatores de ambiência que considerem a acessibilidade integral nas arquiteturas de acolhimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. *Blucher Design Proceedings*. doi: 10.5151/eneac2018-002

Dugnani, K. C. B. (2009). *Análise da adaptação familiar e estratégias estabelecidas para construção de vínculos afetivos na adoção tardia* (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/3030>

Estatuto da Criança e do Adolescente - ECRID, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm

Faleiros, V. D. P., & Moraes, P. J. F. de S. (2015). Desafios e possibilidades na adoção. *Serviço Social e Saúde*, 13(1), 29. doi: 10.20396/sss.v13i1.8634913

Féres-Carneiro, T., Machado, R. N., Mello, R., & Magalhães, A. S. (2017). Práticas de nomeação nas relações familiares contemporâneas. *Revista da SPAGESP*, 18(1), 4-19. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100002

Futuyma, D.J. (2002). *Evolução, Ciência e Sociedade São Paulo, SP*: SBG. Recuperado de https://www.sbg.org.br/sites/default/files/evolucao_ciencia_e_sociedade.pdf

Gabatz, R.I.B. (2016). *Formação de vínculos e interação entre cuidadores e crianças em um abrigo* (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação Enfermagem, Universidade Federal de Pelotas, RS, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.ufpel.edu.br:8080/handle/prefix/3829>

Goldberg, L. G., Yunes, M. A. M., & Freitas, J. V. D. (2005). O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano. *Psicologia Em Estudo*, 10(1). doi: 10.1590/s1413-73722005000100012

Gomes, I. C., & Levy, L. (2016). A Psicanálise Vincular e a preparação de crianças para a adoção: uma proposta terapêutica e interdisciplinar. *Contextos Clínicos*, 9(1). doi: 10.4013/ctc.2016.91.09

Gondim, A. K., Crispim, C. S., Fernandes, F. H. T., Rosendo, J. C., Brito, T. M. C., Oliveira, B. & Nakano, T. C. (2008). Motivação dos pais para a prática da adoção. *Boletim de Psicologia*, 58(129), 161-170. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432008000200004

Heyman, G. D., Luu, D. H., & Lee, K. (2009). Parenting by lying. *Journal of Moral Education*, 38(3), 353-369. doi: 10.1080/03057240903101630

Kramer, S. (2002). Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças. *Cadernos de Pesquisa*, (116), 41-59. doi: 10.1590/S0100-15742002000200003

- Lauz, G. V. M., & Borges, J. L. (2013). Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte de profissionais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(4), 852–867. doi: 10.1590/s1414-98932013000400007
- Lazarus, R. S. & Folkman, S. (1984). *Stress, appraisal, and coping*. New York: Springer.
- Lei 22 de setembro de 1828*. Extingue os Tribunaes das Mesas do Desembargador do Paço e da Consciência e Ordens e regula a expedição dos negócios que lhes pertenciam e ficam subsistindo. Recuperado de https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38218-22-setembro-1828-566210-publicacaooriginal-89826-pl.html
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm
- Lei nº 3.133, de 8 de maio de 1957 (1957)*. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm
- Lei nº 4.655, de 2 de junho de 1965 (1965)*. Dispõe sobre a legitimidade adotiva. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14655.htm
- Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979 (1979)*. Institui o ‘Novo’ Código de Menores. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm
- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (2002)*. Institui o ‘Novo’ Código Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm
- Lei nº 12.010, de 03 de agosto de 2009 (2009)*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112010.htm
- Lei nº 12.955 de 05 de fevereiro de 2014 (2014)*. Acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112955.htm
- Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016 (2016)*. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13257.htm
- Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017 (2017)*. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13509.htm

- Leoncio, E. T., Souza, S. R. P. de, & Machado, J. L. M. (2017). Degradação do vínculo parental e violência contra a criança: o uso do genograma familiar na prática clínica pediátrica. *Revista Paulista de Pediatria*, 35(2), 185-190. doi:10.1590/1984-0462/;2017;35;2;00009
- Levinzon, G. K.(2009). *Adoção*. (3a ed) São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Levy, L. (2005). Famílias monoparentais adotivas: a importância de uma rede de apoio. In Féres-Carneiro, T. *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (pp. 50-57). Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Levy, L., & Féres-Carneiro, T. (2002). Famílias monoparentais femininas: um estudo sobre a motivação de mulheres que adotam. *Interação Em Psicologia*, 6(2). doi: 10.5380/psi.v6i2.3312
- Lopes, B. M. R., Boesmans, E. F., Jr., A. D. L., Monte, B. C. B., Pinheiro, J. P., & Cordeiro, A. C. F. (2016). Liga de cores: relatos sobre direito à história da criança no contexto do acolhimento institucional. *Revista De Psicologia*, 7(1), 224-231. Recuperado de <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/3701>
- Machado, L. V., Ferreira, R. R., & Seron, P. C. (2015a). Adoção de crianças maiores: sobre aspectos legais e construção do vínculo afetivo. *Estudos Interdisciplinares Em Psicologia*, 6(1), 65. doi: 10.5433/2236-6407.2015v6n1p65
- Machado, R. N., Féres-Carneiro, T., & Magalhães, A. S. (2015b). Parentalidade Adotiva: Contextualizando a Escolha. *Psico*, 46(4), 442. doi: 10.15448/1980-8623.2015.4.19862
- Machin, R. (2016). Homoparentalidade e adoção: (re) afirmando seu lugar como família. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 350-359. doi: 0.1590/1807-03102016v28n2p350
- Mahl, F. D., Jaeger, F. P., Patias, N. D., & Dias, A. C. G. (2011). O luto da gravidez perdida: infertilidade x adoção. *ID on Line Revista de Psicologia*, 5(14), 62. doi: 10.14295/online.v5i14.36
- Marcílio, M. L. (1998). *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec.
- Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em estudos com famílias. *Estudos e pesquisas em psicologia*, 4(1), 63-77. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812004000100006
- Maux, A. A. B. & Dutra, E. (2010). A adoção no Brasil: algumas reflexões. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 10(2), 356-372. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000200005
- Merçon-Vargas, E. A., Rosa, E. M., & Dellaglio, D. D. (2011). Adoção nacional e internacional: processos proximais no período de convivência. *Salud & Sociedad*, 2(3), 268–283. doi: 10.22199/s07187475.2011.0003.00004
- Miura, P. O. (2012). *A violência intrafamiliar em Brasil e Portugal: uma avaliação das ações terapêuticas a partir de duas cidades, Arujá e Coimbra*. (Tese de Doutorado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15112>.

- Moraes, P. J. F. de S. (2011). *Ressignificando o processo de adoção: encontros e desencontros* (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação Strictu Sensu em Psicologia, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/123456789/1775>
- Moré, C. L. O. O., & Sperancetta, A. (2010). Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 22(3), 519–528. doi: 10.1590/s0102-71822010000300012
- Morelli, A. B., Scorsolini-Comin, F. & Santeiro, T. V. (2015). O "lugar" do filho adotivo na dinâmica parental: revisão integrativa de literatura. *Psicologia Clínica*, 27(1), 175-194. doi: 10.1590/0103-56652015000100010
- Mota, M. M., Vargas, M. M., & Vasconcelos, T. T. (2015). Filiação Adotiva por Pares Homoafetivos: Um Estudo do Processo e Significados para Famílias Protagonistas. *Interação Em Psicologia*, 19(2). doi: 10.5380/psi.v19i2.21219
- Nascimento, C. R. R., Araujo, I. C., & Biasutti, C. M. (2017a). O direito à convivência familiar a partir da adoção: ampliando o entendimento sobre a família. In Rosa & Avellar. *Psicologia, Justiça e Direitos Humanos* (pp.111-127). Curitiba: Juruá.
- Nascimento, D. B., Ferreira, S. N., Rosa, E. M., Nascimento, C. R. R. & Dell’aglio, D. D. (2017b). Mapa dos cinco campos, genograma e ecomapa no estudo da rede de apoio social e afetiva de crianças e adolescentes. In Dias, A. C. G. & Rosa, E. *Metodologias de pesquisa e intervenção com crianças, adolescentes e jovens* (pp. 65-100). Vitória: Edufes.
- Oliveira, P. A. B. A., Souto, J. B., & Silva, E. G. D., Jr. (2017), Adoção e psicanálise: a escuta do desejo de filiação. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(4), 909-922. doi: 10.1590/1982-3703003672016
- Otuka, L. K., Scorsolini-Comin, F. & Santos, M. A. (2009). A configuração dos vínculos na adoção: uma atualização no contexto Latino-Americano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19(3), 475-486. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822009000300013&lng=pt&tlng=pt.
- Paiva, L.D. (2004). *Adoção: significados e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Patterson, J. M. (2002). Understanding family resilience. *Journal of Clinical Psychology*, 58(3), 233–246. doi: 10.1002/jclp.10019
- Peixoto, A. da C., Giacomozzi, A. I., Bousfield, A. B. da S., Berri, B. & Fiorott, J. G. (2019). Desafios e estratégias implementadas na adoção de crianças maiores e adolescentes. *Nova Perspectiva Sistêmica*. (63), 89-108. doi: 10.21452/2594-43632019v28n63a05.
- Pereira, C. L. (2012). *Adoção tardia: Investigação sobre padrões de relacionamento familiar, comportamento escolar e social*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil. Recuperado de <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/36558>

- Pereira, M. & Canavarro, M. C. (2008). Adaptação à gravidez e ao nascimento de um filho de mulheres infectadas pelo VIH/SIDA. *Psychologica*, 49, 30-54. Recuperado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/20685>
- Piaget, J. (2014a). *Seis estudos de psicologia*. (25a.ed., M. A. M. D'Amorim & P. S. L. Silva Trad.), Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Obra original publicada em 1964)
- Piaget, J. (2014b). *Relações entre afetividade e a inteligência no desenvolvimento mental da criança*. (C. J. P. Saltini & D. B. Cavenaghi, Trad.), Rio de Janeiro: Wak Editora. (Obra original publicada em 1954)
- Pinheiro, G. R. & Bomfim, Z. A.C. (2009). Afetividade na relação paciente e ambiente hospitalar. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 8(1), 45-74. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000100003
- Ponciano, E. L. T., & Féres-Carneiro, T. (2014). Relação Pais-Filhos na Transição para a Vida Adulta, Autonomia e Relativização da Hierarquia. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(2), 388–397. doi: 10.1590/1678-7153.201427220
- Queiroz, E. (2009). Saúde da Família Adotiva. *Mudanças - Psicologia Da Saúde*, 17(2), 73-78. doi: 10.15603/2176-1019/mud.v17n2p73-78
- Reppold, C. T., & Hutz, C. S. (2003). Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 8(1), 25-36. doi: 10.1590/s1413-294x2003000100004
- Ribeiro, J. M. L. (2008). *Laços afetivos que (des)ligam famílias, adolescentes e abrigo*. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento- Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Recuperado de <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/2320>
- Rizzini, I & Rizzini, I (2004). *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Rodrigues, H., Gomes, A. M. M., Oliveira, R. T. D., Piccirillo, D., & Brito, R. C. D. (2017). Socialização legal de crianças e adolescentes: revisão da literatura e desafios de pesquisa. *Plural*, 24(1), 105–123. doi: 10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2017.127330
- Román, M., Palacios, J., Moreno, C., & López, A. (2012). Attachment representations in internationally adopted children. *Attachment & Human Development*, 14(6), 585–600. doi: 10.1080/14616734.2012.727257
- Rosa, E. M. & Tudge, J. R. H. (2017). Teoria bioecológica do desenvolvimento humano: considerações metodológicas. In Dias, A. C. G. & Rosa, E. *Metodologias de pesquisa e intervenção com crianças, adolescentes e jovens* (pp. 65-100). Vitória: Edufes.
- Rosa, E. M., Nascimento, C. R. R., Matos, J. R., & Santos, J. R. dos (2012). O processo de desligamento de adolescentes em acolhimento institucional. *Estudos De Psicologia (Natal)*, 17(3), 361–368. doi: 10.1590/s1413-294x2012000300003

- Rossato, J. G., & Falcke, D. (2017). Devolução de crianças adotadas: uma revisão integrativa da literatura. *Revista da SPAGESP*, 18(1), 128-139. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702017000100010
- Sampaio, D. S., Magalhães, A. S., & Carneiro, T. F. (2018). Pedras no caminho da adoção tardia: desafios para o vínculo parento-filial na percepção dos pais. *Temas Em Psicologia*, 26(1), 311-324. doi: 10.9788/tp2018.1-12pt
- Santos, C. P., Fonsêca, M. C. S. M., Fonsêca, C. M. S. M. S., & Dias, C. M. S. B. (2011). Adoção por pais solteiros: desafios e peculiaridades dessa experiência. *Psicologia: teoria e prática*, 13(2), 89-102. Recuperado de <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/3039/2979>
- Savi, A. E., Dischinger, M., & Hespanhol, L. J. (2016). Apo sobre inclusão: O desenho universal como ferramenta em casa de acolhimento institucional. *Anais do XVI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído: desafios e perspectivas da internacionalização da construção*, 3337-3347, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de http://www.infohab.org.br/entac/2016/ENTAC_2016_paper_11.pdf
- Schettini, L. F. (2009). *Pedagogia da adoção: criando e educando filhos adotivos*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Schettini, S. S. M., Amazonas, M. C. L. de A. & Dias, C. M. de S. B. (2006). Famílias adotivas: identidade e diferença. *Psicologia Em Estudo*, 11(2), 285-293. doi: 10.1590/s1413-73722006000200007
- Schmidt, D. M., Rosenthal, J. A., & Bombeck, B. (1988). Parents views of adoption disruption. *Children and Youth Services Review*, 10(2), 119-130. doi: 10.1016/0190-7409(88)90032-1
- Segalin, A. (2013). Serviço social e viabilização de direitos: a licença/ salário-maternidade nos casos de adoção. *Serviço Social e Sociedade*, 115, 581-594. doi: 10.1590/S0101-66282013000300010
- Sequeira, V. C. & Stella, C. (2014). Preparação para a adoção: grupo de apoio para candidatos. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 16(1), 69-78. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100006
- Silva, C. L. & Benetti, S. P. C. (2015). Older child adoption: a study of the affiliation process. *Estudos de Psicologia Campinas*, 32(1), 121-127. doi: 10.1590/0103-166X2015000100011
- Silva, J. A. de. (2009). Adoção de crianças maiores: percepções e vivências dos adotados. (Dissertação de Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil. Recuperado de http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_SilvaJA_1.pdf
- Silva, J. M. M. D., & Avelar, T. C. D. (2017). Crianças em situação de rua e suas representações sobre lar e família por meio do desenho. *Psicologia Argumento*, 32(76). doi: 10.7213/psicol.argum.32.076.ao03

- Silva, N. L. P., & Dessen, M. A. (2001). Deficiência mental e família: implicações para o desenvolvimento da criança. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 17(2), 133–141. doi: 10.1590/s0102-37722001000200005
- Soares, J., Barbosa-Ducharne M, Palacios J & Pacheco A. (2017) Adopted children's emotion regulation: The role of parental attitudes and communication about adoption. *Psicothema*, 29(1), 49-54. doi: 10.7334/psicothema2016.71
- Solon, L. A. G. (2008). *Conversando com a criança sobre adoção*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Sonego, J.C. (2007). *A experiência da maternidade em mães adotivas* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento- Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. Recuperado de <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13408/000641877.pdf?...1>
- Souza, L. N. (2016). *A “nova cultura da adoção”: reflexões acerca do cenário atual da adoção no Brasil* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, MA, Brasil. Recuperado de <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/tede/1468>
- Teixeira, C. T., & Rampelotto, E. M. (2017). Adoção de crianças público-alvo da Educação Especial: adaptação familiar e o contexto escolar. *Revista Educação Especial*, doi: 10.5902/1984686x17191
- Tudge, J. (2008). A teoria de Urie Bronfenbrenner: uma teoria contextualista? In L. C. Moreira & A. M. A. Carvalho, *Família e educação: Olhares da psicologia* (pp. 209– 231). São Paulo: Paulinas.
- Valério, T. A. D. M., & Lyra, M. C. (2016). Significados Ambivalentes No Processo De Adoção: Um Estudo De Caso. *Psicologia Em Estudo*, 21(2), 337. doi: 10.4025/psicoestud.v21i2.28460
- Vanalli, A. C. G., & Santana, A. M. D. (2008). O Processo de Adoção: Conhecendo as Vivências das Famílias Adotantes. *Revista Brasileira Multidisciplinar*, 11(2), 158. doi: 10.25061/2527-2675/rebram/2007.v11i2.186
- Vereze, F. A., Silva, J. M., Oliveira K. M. de & Sei, M. B. (2015). Adoção e a psicoterapia familiar: uma compreensão winnicottiana. *Revista Spagesp*, 16(1), 92-106. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100008
- Vieira, I. M., & Coutinho, S. M. D. S. (2019). Representações Sociais de Família para Adolescentes Institucionalizados em um Município Norte Fluminense. *Revista De Psicologia Da IMED*, 11(2), 34-50. doi: 10.18256/2175-5027.2019.v11i2.2957
- Vieira, J. M. (2004). *Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas médias*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil. Recuperado de <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279542>
- Weber, L. N. D. (1998). *Laços de Ternura: pesquisas e histórias de adoção*. Curitiba: Editora Santa Mônica.

Weber, L. N. D. (2004). *Aspectos psicológicos da adoção*. (2a ed.). Curitiba: Juruá.

Weber, L. N. D. (2008). *Pais e filhos por adoção no Brasil. Características, expectativas e sentimentos*. (8a ed.). Curitiba: Juruá.

Yin, R. K. (2015). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Apêndices

Apêndice A - Entrevista complementar do mapa afetivo para avaliação da convivência no espaço da casa e com as pessoas:

- 1) Quais são os espaços onde você mais fica na sua casa?
- 2) Quais são os espaços que você mais fica na sua casa?
- 3) Qual você mais gosta? Por quê?
 - a) Com quem você mais fica quando está nesse espaço da casa?
 - b) O que vocês fazem juntos?
- 4) Qual você menos gosta? Por quê?
 - a) Com quem você mais fica quando está nesse espaço da casa?
 - b) O que vocês fazem juntos?
- 5) O que você gosta de fazer na sua casa?
 - a) Com quem você gosta de fazer essas atividades?
- 6) O que você não gosta de fazer na sua casa?
- 7) Você considera que aqui está a sua família?
- 8) A partir de que momento você se sentiu assim?
- 9) Você traz amiguinhos para brincar na sua casa? Em que parte da casa vocês brincam?
 - a) Como sua família recebe seus amigos?
 - b) Como você faz para brincar com eles?
- 10) Outras pessoas da sua família (avós, primos) frequentam a sua casa?
 - a) Eles vêm com que frequência?
 - b) Em que lugar da casa eles ficam quando vem visitar?
 - c) O que vocês fazem juntos?

- 11) Você frequenta a casa de outros familiares?
 - a) Com que frequência?
 - b) O que vocês fazem juntos quando você faz a visita?
- 12) Como foi sua chegada a esta casa e a esta família?
 - a) Qual foi sua primeira impressão?
 - b) Como foram os primeiros dias?
 - c) Conte-me como foi o seu primeiro dia aqui. Quem te trouxe aqui? Quem te recebeu? O que te falaram?
 - d) O que você sentiu na primeira noite que passou aqui?
 - e) Como foram os dias seguintes? Como você se sentia com o passar dos dias?
 - f) Você conversa com alguém sobre você o modo como você chegou nessa nova família?
 - g) Como você se sente em relação a isso?
 - h)) A sua rotina mudou depois da chegada a essa família? O que mudou?
- 13) O que você gosta de fazer nas horas livres? Você chama alguém para estar com você nessas horas? Quem?
- 14) Como é a hora de dormir? Quem cuida de você nessa hora?
- 15) Você já acordou à noite com medo de alguma coisa? Você procurou alguém?
- 16) Como é a hora das refeições? Quem está junto com você nesses momentos?
- 17) E nos finais de semana? Com quem você mais passa seu tempo livre?
- 18) Tem mais alguma coisa que você gostaria de me falar sobre sua vida nessa casa?
- 19) Tem mais alguma coisa que você gostaria de me falar sobre sua vida com essa família

Apêndice B - Entrevista complementar relacionada as pessoas que aparecem no Ecomapa da criança

- 1) Você tem alguma foto com essa pessoa? Você pode me mostrar?
- 2) Como é sua relação com essa pessoa?
- 3) Desde quando você conhece essa pessoa?
- 4) O que fazem juntos?
- 5) O que você conversa com ela?
- 6) Com que frequência você convive com essa pessoa?
- 7) Em que momento você gosta de ter ela por perto?
- 8) Em que momento você não gosta de ter ela por perto?
- 9) Com quem você mais se identifica? Por quê?
- 10) Com quem você menos se identifica? Por que?
- 11) Com quem você gosta de estar por mais tempo? Por quê?
- 12) Quando você está triste ou chateado, você conversa com alguma dessas pessoas?
- 13) Quando você está feliz ou animado, você procura e conversa com alguma dessas pessoas?

Apêndice C - Entrevista com a adolescente

1. Você me contou um pouco sobre sua escola e sua amiga:
 - a) Você pode me contar um pouco mais sobre isso?
 - b) Você entrou lá com quantos anos?
 - c) O que você mais gosta de fazer na escola?
 - d) Qual matéria você mais gosta? Por que?
 - e) Qual matéria você menos gosta? Por que?
 - f) Qual é o professor mais legal? Por que?
 - g) E o menos legal?
 - h) Como é a sua sala?
 - i) Você conversa com todos?

2. Você me contou que durante os finais de semana as vezes você sai com a sua prima:
 - a) Você pode me contar mais sobre o que você faz nos finais de semana?
 - b) Com quem?
 - c) Fazendo o que?
 - d) Como você se sente com essas pessoas?

3. Na nossa conversa anterior, você me deu algumas informações sobre seu pai, gostaria de saber um pouco mais:
 - a) Você pode me contar um pouco sobre como é sua relação com o seu pai?
 - b) O que vocês fazem juntos nos finais de semana?
 - c) Vocês saem para algum lugar?
 - d) E durante a semana?

- e) O que você acha mais legal no seu pai.
 - f) Que características seu pai tem que você gosta? Por que?
 - g) Que características seu pai tem que você gostaria que fossem diferentes? Por que?
4. Na nossa conversa anterior, você me deu algumas informações sobre sua mãe, gostaria de saber um pouco mais:
- a) Você pode me contar um pouco sobre como é sua relação com a sua mãe?
 - b) O que vocês fazem juntos nos finais de semana?
 - c) Vocês saem para algum lugar?
 - d) E durante a semana?
 - e) O que você acha mais legal na sua mãe?
 - f) Que características sua mãe tem que você gosta? Por que?
 - g) Que características sua mãe tem que você gostaria que fossem diferentes? Por que?
5. Sobre você:
- a) Que características você tem que você gosta? Por que?
 - b) Essas características te ajudam em que?
 - c) Que características você tem que você gostaria que fossem diferentes? Por que?
 - d) Essas características te atrapalham em que?
6. Você me contou que faz algumas viagens com os seu pais:
- a) Você pode me contar um pouco mais sobre elas?
 - b) Quem escolhe para onde vai?
 - c) Quem foi junto?
 - d) O que vocês fazem nessas viagens?

- e) Quem escolhe o que vocês fazem durante a viagem?
- f) Como você se sentiu ao viajar com seus pais?
- g) Conte um momento que você achou legal.
- h) Conte um momento que você não gostou.

Apêndice D - Entrevista com a família extensa

Idade:

Profissão:

Sexo:

Filhos:

Idade dos filhos:

Quem mora junto

Ela já morava antes?

1. Como você soube que o João e Júlia iriam adotar? Quando? Como comunicaram-se?
2. Quando você soube que eles tinham a intenção de adotar? O que você achou da decisão deles?
3. O que você achou de eles adotarem uma menina mais velha?
4. Como e onde você conheceu a criança?
5. Você acompanhou a chegada da criança na família? Como foi?
6. Como foi a convivência dela com você e com outros membros família, inicialmente?
7. Como é a convivência com ela hoje em dia?
8. O que você acha que contribuiu para essa convivência?
9. O que você acha que dificultou?
10. De quem ela é mais próxima?
11. O que vocês fazem juntos? (atividades, lugares)
12. Você percebeu alguma mudança em relação à criança ao longo desses anos, comparando com os primeiros meses da chegada dela?
13. Você percebeu alguma mudança em relação à mãe?
14. Você percebeu alguma mudança em relação ao pai?

15. Como é a relação dela com os seus filhos? Com seu marido? Com sua mãe?
16. Que lugar você acha que ela ocupa na sua família?

Apêndice E - Termo de consentimento livre e esclarecido



Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Programa de Pós Graduação em Psicologia
**Termo de Consentimento Livre e
Esclarecido**

Senhores Pais,

Estamos realizando uma pesquisa intitulada **“O processo de adaptação de crianças adotivas e sua família sob a perspectiva da criança”**, sob a responsabilidade da Mestranda do programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Bianca Vello Colnago, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Célia Regina Rangel Nascimento. O estudo pretende-se conhecer a experiência de crianças adotadas e suas vivências relacionadas ao estabelecimento de vinculação e a adaptação no processo de adoção. Por isso seu filho está sendo convidado a participar deste estudo. A participação de seu filho/sua filha consistirá em

a) responder a entrevistas que serão gravadas em áudio; b) responder ao instrumento intitulado Ecomapa; c) responder ao instrumento intitulado Mapa afetivo. Os instrumentos trarão aspectos relacionados ao processo de adaptação familiar e às interações das criança com os pais, irmãos e família extensa. Durante toda a aplicação dos instrumentos serão utilizadas atividades lúdicas ao longo da interação da pesquisadora com as crianças. A coleta de dados com a criança será realizada através de quatro visitas domiciliares, que estão programadas para ocorrer durante 1 hora, cada.

Os dados pessoais dos participantes serão mantidos em sigilo e os resultados da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho, podendo futuramente ser apresentado em eventos científicos e publicação em revistas especializadas. As informações obtidas através dos instrumentos serão analisadas para auxiliar, no futuro, as famílias estão passando pelo processo de adaptação famílias possibilitando gerar reflexões acerca das vivências relacionadas a esse processo. Os dados obtidos serão guardados no Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento da UFES e destruídos após o período de cinco anos. A participação de seu (ua) filho(a) é voluntária, podendo ser interrompida em qualquer etapa, sem nenhum prejuízo ou punição. É possível que algumas questões relacionadas a experiências de vida possam desencadear sentimentos desagradáveis. Se isso ocorrer, será realizado um intervalo ou a interrupção da aplicação do instrumento. Caso seja necessário, a criança será encaminhada para algum serviço que ofereça atendimento psicológico. Não há nenhuma forma de compensação financeira decorrente da participação neste projeto. A colaboração de seu filho(a) é muito importante.

Em caso de eventuais danos recorrentes da pesquisa, o participante poderá ser indenizado. Não haverá nenhum tipo de despesa com a participação mas, se houver, haverá ressarcimento. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, o participante pode contatar a pesquisadora responsável (orientadora)

Célia Regina Rangel Nascimento, entrar em contato pelo telefone (27) 3335-2501 (Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFES), ou pelo e-mail celiarn@gmail.com. Para entrar em contato com a pesquisadora Bianca Vello Colnago, entrar em contato com o telefone (27) 99913-8990, ou pelo e-mail bibivc@gmail.com. Perante a necessidade de reportar qualquer injúria ou dano relacionado com o estudo o participante pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Para entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa UFES/Campus Goiabeiras

/UFES, ligar para o telefone (27) 3145-9820, enviar e-mail para cep.goiabeiras@gmail.com, ir pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória- ES, CEP 29.075- 910. Caso concorde, por favor preencha as informações abaixo, assinar no local indicado e rubricar todas as páginas das duas vias deste documento. Você ficará com uma via. A pesquisadora responsável pelo estudo também assinará as duas vias deste documento e ficará com uma via.

Autorização: Eu _____

(nome do responsável pelo participante) fui informada (o) dos objetivos e da justificativa desta pesquisa, sobre o processo de adaptação e suas vivências relacionadas de forma clara e detalhada. Recebi informações sobre cada procedimento, dos riscos previstos e benefícios esperados. Terei liberdade de retirar o consentimento de participação na pesquisa, em qualquer momento do processo. Ao assinar este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os meus direitos legais serão garantidos e não renuncio a quaisquer direitos legais. Ao assinar este Termo, dou meu consentimento livre e esclarecido, concordando que meu filho/minha filha

_____ (nome do filho) participe do referido estudo.

Autorizo a participação do meu filho/minha filha neste estudo ()sim ()não

Assinatura do responsável: _____ Data: / ____ / ____

Assinatura da pesquisadora: _____ Data: / ____ / ____

Apêndice F - Termo de assentimento livre e esclarecido



Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Programa de Pós Graduação
em Psicologia
Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa: **“O processo de adaptação de crianças adotivas e sua família sob a perspectiva da criança”**, que está sendo realizado pela pesquisadora Bianca Vello Colnago, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Célia Regina Rangel Nascimento. O estudo pretende-se conhecer a experiência de crianças adotadas e suas vivências relacionadas ao estabelecimento de vinculação e a adaptação no processo de adoção.

A pesquisa será feita na sua casa, em três encontros, onde faremos atividades com desenho, baralho das emoções, e eu lhe farei algumas perguntas sobre o seu processo de adaptação familiar e às suas interações com seus pais, seus irmãos e sua família extensa. A participação nessa pesquisa permite que você possa se expressar livremente acerca de sua adoção, suas interações com a nova família, sua nova casa e o processo de adaptação.

Seus pais permitiram que você participe da pesquisa, mas se você não quiser participar não terá nenhum problema. O que você me contar não será revelado a seus pais. Os seus dados pessoais serão mantidos em sigilo e os resultados da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar o objetivo do trabalho, podendo futuramente ser apresentado em eventos científicos e publicação em revistas especializadas. Pode ser que algumas questões relacionadas a tudo o que você vivenciou e vivência causem sentimentos desagradáveis. Se isso ocorrer, você poderá solicitar para realizar uma pausa ou até mesmo pedir para interromper nosso encontro. Caso seja necessário, você poderá ser encaminhado para algum serviço que ofereça atendimento psicológico e te dê suporte para lidar com esses sentimentos. Você poderá deixar de participar da pesquisa a qualquer momento. Não há nenhuma forma de pagamento decorrente da participação neste projeto.

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, o participante pode contatar a pesquisadora responsável (orientadora) Célia Regina Rangel Nascimento, entrar em contato pelo telefone (27) 3335-2501 (Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UFES), ou pelo e-mail celiarnn@gmail.com. Para entrar em contato com a pesquisadora Bianca Vello Colnago, entrar em contato com o telefone (27) 99913-8990, ou pelo e-mail bibivc@gmail.com. Perante a necessidade de reportar qualquer injúria ou dano relacionado com o estudo o

participante pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Para entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa UFES/Campus Goiabeiras /UFES, ligar para o telefone (27) 3145-9820, enviar e-mail para cep.goiabeiras@gmail.com, ir pessoalmente ou pelo correio, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514 Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória- ES, CEP 29.075-910. Caso concorde, por favor preencha as informações abaixo, assinar no local indicado e rubricar todas as páginas das duas vias deste documento. Você ficará com uma via. A pesquisadora responsável pelo estudo também assinará as duas vias deste documento e ficará com uma via.

Autorização:

Eu _____(nome do participante) aceito participar da pesquisa. A pesquisadora tirou minhas dúvidas sobre a minha participação e meus pais autorizaram minha participação.

Assinatura do participante: _____ Data: / ____ / ____

Assinatura da pesquisadora: _____ Data: / ____ / ____

Anexos

Anexo A - Roteiro de aplicação do Mapa afetivo

Data: _____ Nome do aplicador: _____

Início: _____ Término: _____

Nome da criança: _____

Você poderia desenhar nessa folha de papel, um desenho que represente sua forma de ver, sua forma de representar ou sua forma de sentir a sua casa?

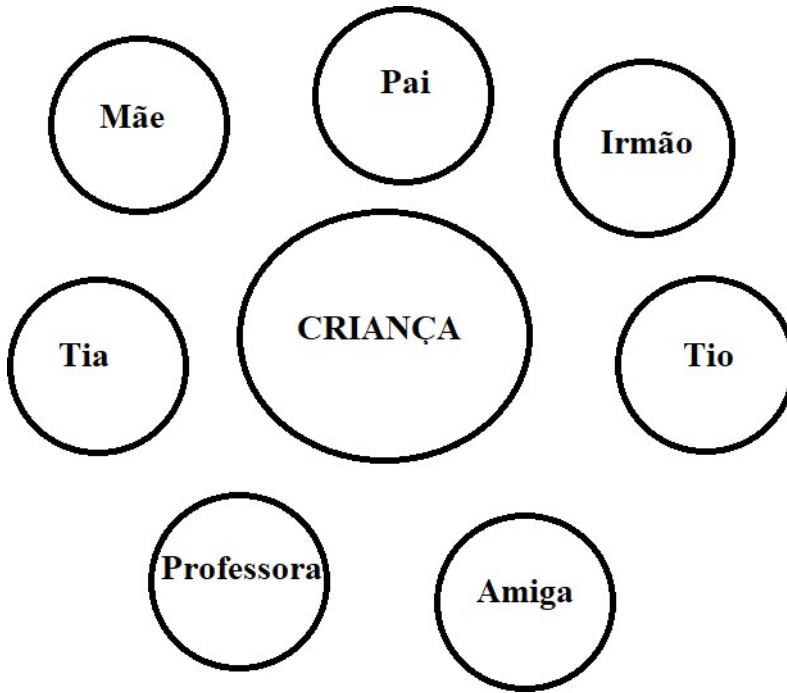
- 1) O que você quis representar com esse desenho?
- 2) O que ele significa para você?
- 3) Quais são os sentimentos que o desenho lhe desperta?
- 4) Dentre essas cartas, quais você escolheria? (Utilização do baralho das emoções como apoio)
- 5) O que você pensa sobre sua casa?
- 6) Você poderia compara a sua casa com algo e me dizer o porquê dessa comparação?

Anexo B - Baralho das emoções



Anexo C - Ecomapa

Instruções: Este é um mapa de redes sociais. Uma forma de visualizar quem são as pessoas, grupos ou as instituições (escola, igreja, projetos sociais, etc.) que fazem parte da sua vida e com as quais você tem algum tipo de relação. Você é representado pelo círculo central, e ao seu redor você pode colocar todos aqueles que julga serem participantes de sua vida, de forma tanto positiva, quanto negativa. Quanto mais completo ficar o mapa, melhor poderá ser visualizado como sua rede social se configura.



Tipos de relações

_____ Relação forte

////////// Relação conflitante

..... Relação distante ou fraca



Direção ou fluxo

Anexo D - Roteiro de entrevista com os pais (adaptado)

1. Sobre a família:

- a) Vou pedir para você lembrar de como era quando iniciou a pesquisa. Como você era?
Como você está hoje?
- b) Como observa este “antes e depois” no seu filho/filha? E No seu marido/esposa?
- c) Nos últimos dois momentos, sempre falávamos sobre o que havia acontecido diferente e o que permanecia o mesmo. E agora? Houve algum fato recente nos últimos seis meses (morte, nascimento, perda de emprego, emprego novo, mudança de endereço...)
- d) Como avalia que isto afetou ou afeta a família?
- e) Como está a dinâmica e organização familiar hoje?
- f) Como avalia a convivência de vocês hoje?
- g) Me diga, com a maior sinceridade possível, o que era família para você antes e agora, transcorridos “X” tempo após a adoção.

2. Sobre as relações familiares:

- a) Você poderia falar especificamente sobre sua convivência com seu filho/filha? O que mudou de dois anos para cá?
- b) Que diferenças você observa no desenvolvimento do seu filho/filha, considerando este mesmo tempo (aspectos cognitivos, emocionais, sociabilidade)?
- c) Acha que a adoção teve impacto nisso? De que maneira?
- d) E o que você acha que como pai/mãe contribuiu para isso?
- e) Agora gostaria que me dissesse sobre sua convivência com sua esposa/marido, também tomando como referência os acontecimentos após a adoção.

3. Sobre o entrevistado/entrevistada

- a) Me fale com mais detalhes sobre você hoje, por exemplo, o que gosta/ não gosta de fazer?
- b) Seu filho/filha participa dessas mesmas atividades?
- c) Me diga qual sua maior preocupação como pai/mãe?
- d) E quando se sente seguro/a, ou seja, que “está no caminho certo”?
- e) Você e sua esposa/marido concordam sobre isso? Em que discordam? Como resolvem a situação?
- f) Escolha uma frase para te definir como mãe/pai hoje. Comece pelo seu nome.
Ex: Maria é

4. Sobre seu filho/filha:

- a) Me fale sobre seu filho/filha. Quem é? O que gosta de fazer? O que gosta e o que não gosta nele/nela?
- b) Você acha que conhece bem seu filho/filha? Por quê?
- c) O que ele/ela gosta de fazer? Em casa, com amigos, escola, igreja, outros membros da família.
- d) Você acha que atende aos anseios e necessidades dele/dela? Por quê?
- e) Agora me descreva um momento marcante que vivenciaram desde que “X” foi adotado/adotada.
- f) Tente se colocar no lugar dele/dela agora. O que acha que ele/ela lhe diria sobre você como pai/mãe?

5. Sobre seu filho/filha– perguntas adicionais:

- a) Houve algo que representou algum tipo especial de desafio durante esse processo inicial

de convivência entre você e a criança?

- b) Quais são suas expectativas para o futuro em relação a seu filho?
- c) O que tem sido mais gratificante após a adoção?
- d) A Mariana me falou sobre a família extensa. Você poderia me falar como foi o início da convivência com os familiares?
- e) Como você ve essa convivência ?
- f) Qual lugar você acha q ela ocupa entre seus familiares?
- g) Mariana me falou que está fazendo acompanhamento psicológico. Como voce acha que esta sendo ? Como esta sendo a relação com voces?

6. Sobre a pesquisa:

- a) Gostaria que me falasse como foi para você participar dessa pesquisa adoção. Achou importante, significativo? Por quê?
- b) Como pensa que contribuiu para este trabalho? Em que acha que ele pode impactar na vida de outras famílias adotivas ou que pensam em adotar?
- c) Quais sentimentos, emoções eram mais frequentes quando falava de sua história, sua experiência?
- d) Como ficava após as entrevistas (explorar sentimentos, pensamentos, significados)?
- e) Por fim, o que sugere às e aos pesquisadores que trabalham com este tema?

7. Para finalizar, você mudaria alguma coisa no processo de adoção hoje no Brasil? O quê? Por quê?

8. Diga-me uma frase que defina o que é adotar. Use como exemplo: Adotar é...